

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
CURSO DE MESTRADO

**PATRÍCIA IVANCA DE ESPÍNDOLA GONÇALVES**

**ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO  
MUNICÍPIO DE GARANHUNS/PE: PERSPECTIVAS DA EQUIPE  
MULTIPROFISSIONAL**

Recife  
2018

PATRÍCIA IVANCA DE ESPÍNDOLA GONÇALVES

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO MUNICÍPIO DE  
GARANHUNS/PE: PERSPECTIVAS DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais, Poder e Práticas Coletivas

**Orientador:** Prof. Dr. Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca.

Recife  
2018

Catálogo na fonte  
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

G635e Gonçalves, Patrícia Ivanca de Espíndola.  
Enfrentamento à violência contra as mulheres no município de  
Garanhuns/PE : perspectivas da equipe multiprofissional / Patrícia Ivanca  
de Espíndola Gonçalves. – 2018.  
119 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2018.  
Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Psicologia. 2. Violência. 3. Mulheres – Assistência médico-social. 4.  
Crime contra as mulheres. 5. Serviços de saúde para mulheres. I. Fonseca,  
Jorge Luiz Cardoso Lyra da (Orientador). II. Título.

150 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-202)

PATRÍCIA IVANCA DE ESPÍNDOLA GONÇALVES

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO MUNICÍPIO DE  
GARANHUNS/PE: PERSPECTIVAS DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

**Aprovada em:** 26/02/2018

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Telma Low Silva Junqueira (Examinadora Externa)  
Universidade Federal de Alagoas

Aos meus pais e irmãos. Obrigada pelo apoio incondicional.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, de início, aos meus pais (Ivan e Socorro) e irmãos (Eliezer e Emanuel) pelo carinho, pelo apoio e por acreditarem em todos os meus projetos e sonhos.

Ao meu orientador, Jorge Lyra, por todas as conversas, ensinamentos e abraços durante o percurso do mestrado. Pela confiança na minha proposta de pesquisa em um campo distante de Recife e pelo afeto e respeito sempre presente em nossos encontros.

Agradeço aos integrantes do GEMA, em especial a Jorge Luiz, Juliana Keila, Talita e Rodrigo por todas as conversas, palavras de incentivo, risadas e sonhos compartilhados.

Gratidão às minhas duas ANJAS, Mirela e Débora, e um amigo com o qual este mestrado me presenteou, Edgley. Sem vocês este trabalho não seria possível. Obrigada pela disponibilidade e escuta, o que tornou o processo de escrita menos solitário.

Agradeço às participantes desta pesquisa pela confiança na proposta que apresentei e por compartilharem comigo o dia a dia do trabalho.

Obrigada a Marta e Audrey, que foram co-facilitadoras nas oficinas da pesquisa, o olhar de vocês foi fundamental para o planejamento e análise dos materiais.

Agradeço a Janaína, Roseane e Milena. Compartilhamos o apartamento, angústias e alegrias. Obrigada pelo apoio!

Agradeço a Rosineide Cordeiro e Telma Low pelas valiosas contribuições na banca de qualificação, nosso diálogo foi fundamental para o delineamento da pesquisa. E por fazerem parte desse rito importante que é a defesa de mestrado.

A todos/as da minha turma de mestrado, em especial a Laerte. Aos professores Karla Galvão, Felipe Rios e Elaine, pois as discussões em sala de aula contribuíram para reflexão na pesquisa.

Agradeço a Marilyn Sena, que foi minha orientadora durante o período da graduação e com quem aprendi a gostar e fazer pesquisas, e a Dharah Puck, pela leitura cuidadosa do meu trabalho. E a todos/as que diretamente e indiretamente contribuíram com esta dissertação.

À Capes pelo incentivo e financiamento ao longo do desenvolvimento desta pesquisa de mestrado.

## RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres realizadas pela equipe multiprofissional da Secretaria da Mulher de Garanhuns (SecMul) e pelo Centro Especializado de Atendimento à mulher em situação de violência – Joana Beatriz de Lima e Silva (CEAM-JB). Trata-se de uma pesquisa que parte da perspectiva construcionista do conhecimento e das epistemologias feministas. Como metodologia, foram realizadas observação no cotidiano, análise de documentos públicos e três oficinas com 13 profissionais que compõem a equipe das referidas Instituições. Como referencial teórico, buscamos refletir sobre o campo-tema da violência contra as mulheres (VCM), discutindo a contextualização histórica deste fenômeno no Brasil, a importância dos movimentos feministas no enfrentamento à VCM, as leis e políticas nacionais e a rede de enfrentamento à VCM. A partir dos resultados, foi possível perceber que a SecMul e o CEAM-JB organizam as ações de enfrentamento a partir de três eixos: prevenção, atendimento e articulação intersetorial. No que se refere à prevenção, as profissionais relataram que esta se configura como a “porta de entrada” das usuárias no serviço. Em relação ao atendimento, as interlocutoras relataram dificuldades para escuta e intervenção das mulheres em situação de violência e, por isso, utilizam da discussão coletiva de alguns casos que mobilizaram a equipe. Em relação à articulação intersetorial, observamos que após a implantação da Câmara Técnica ocorreu um diálogo e intervenções articuladas mais eficientes nas diferentes instituições, porém, ainda ocorrem fragilidades principalmente devido ao que as profissionais apontam como “personificação” das instituições. O uso de metodologias participativas nas ações de prevenção, as intervenções pautadas a partir de uma perspectiva de gênero e o fortalecimento de ações intersetoriais são elementos principais das ações de enfrentamento à violência contra as mulheres realizadas pela equipe multiprofissional da SecMul e do CEAM-JB.

**Palavras-chave:** Violência. Mulheres. Enfrentamento. Equipe multiprofissional.

## ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the actions to combat violence against women carried out by the multiprofessional team of the Garanhuns Women's Department (SecMul) and the Specialized Center for Assistance to Women Under Violence - Joana Beatriz de Lima e Silva (CEAM- JB). It is a research that embraces the constructionist perspective of knowledge and feminist epistemologies. As a methodology, there were daily observation, analysis of public documents and three workshops with the 13 professionals who composes the staff of these institutions. As a theoretical reference, we sought to think about the theme of violence against women (VCM), discussing the historical contextualization of this phenomenon in Brazil, the importance of feminist movements in confronting VCM, national laws and policies and the VCM. From the results, it was possible to perceive that SecMul and CEAM-JB organize the actions of confrontation from three axes: prevention, care and intersectoral articulation. With regard to prevention, professionals reported that this is configured as the "gateway" of users in the service. Regarding the attendance, the interlocutors reported difficulties in listening and intervention of women in situations of violence and, therefore, use the collective discussion of some cases that mobilized the team. Regarding the intersectoral articulation, it was observed that after the implementation of the Technical Chamber, a more efficient dialogue and articulated interventions were carried out in the different institutions, however, there are still weaknesses due to what the professionals point out as "personification" of the institutions. The use of participatory methodologies in prevention actions, interventions based on a gender perspective and the strengthening of intersectoral actions are the main elements of the actions to combat violence against women carried out by the SecMul and CEAM-JB multiprofessional team.

**Keywords:** Violence. Women. Confrontation. Multiprofessional team.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Configuração da Rede de atendimento à mulher em situação de violência .....	29
Figura 2 – Cidades circunvizinhas do município de Garanhuns/PE .....	56
Figura 3 – Linha do tempo construída na primeira oficina .....	57
Figura 4 – Linha do tempo das ações realizadas pela SecMul-GUS e pelo CEAM-JB.....	58
Figura 5 – Ação do Projeto Movimento .....	67
Figura 6 – Peça de teatro “A história de Maria” .....	70
Figura 7 – Fluxograma de atendimento às mulheres em situação de violência realizado pelo CEAM-JB .....	72
Figura 8 – Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres do município de Garanhuns/PE, construída na terceira oficina .....	78
Figura 9 – Rede de relação entre a SecMul-GUS, CEAM-JB e equipamentos, construída na terceira oficina .....	79
Figura 10 – Cartão com o número da Patrulha Cidadã e <i>Whatsapp</i> Mulher.....	84
Figura 11 – Ação do “Maria da Penha vai à escola” .....	87

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Estimativa de pessoas alcançadas pelas ações de prevenção .....	66
Gráfico 2 - Estimativa de pessoas alcançadas por ano nas ações preventivas/informativas da SEcMUL e do CEAM-JB em 2016 .....	66
Gráfico 3 - Quantitativo de mulheres acompanhadas pelo CEAM-JB no período de 2013 a abril de 2017 .....	71

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tratados e declarações referidos pelos textos que fazem parte da revisão.....	20
Quadro 2 - Nomeações nos textos que fazem parte desta revisão para a Rede de enfrentamento à violência contra a mulher .....	29
Quadro 3 - Dados sobre as interlocutoras da pesquisa .....	41
Quadro 4 - Contextos onde ocorreu a observação no cotidiano .....	46
Quadro 5 - Documentos públicos que foram objetos de análise.....	48
Quadro 6 - Organização das oficinas .....	51
Quadro 7 - Quadro de análise .....	52
Quadro 8 - Objetivos dos Decretos e Lei Municipal.....	63
Quadro 9 - Nomeações sobre violência contra as mulheres .....	63
Quadro 10 - Ações de prevenção realizadas pela SecMul-GUS e pelo CEAM-JB .....	65
Quadro 11 - Relacionamento da SecMul-Garanhuns/CEAM-JB com o equipamento da área da saúde .....	80
Quadro 12 - Relacionamento da SecMul-Garanhuns/CEAM-JB com o equipamento da assistência social .....	81
Quadro 13 - Relacionamento da SecMul-Garanhuns/CEAM-JB com o equipamento dos sistemas judiciário e policial .....	82
Quadro 14 - Relacionamento da SecMul-Garanhuns/CEAM-JB com o equipamento da educação .....	86
Quadro 15 - Relacionamento da SecMul-Garanhuns/CEAM-JB com outros equipamentos..	88

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AESGA	Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns
AMSTT	Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BO	Boletim de Ocorrência
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas
CEAM-JB	Centro Especializado de Atendimento à mulher em situação de violência – Joana Beatriz de Lima e Silva
CEAPA	Central de apoio às medidas e penas alternativas
CEDAW	Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher
CRAM	Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializados de Assistência Social
CTA	Centro de Testagem e Aconselhamento
CVLI	Crimes violentos letais intencionais
DDM	Delegacia de Direito das Mulheres
DEAM	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
ESF	Estratégia de saúde da Família
FACEG	Faculdade de Ciências Exatas de Garanhuns
FAGA	Faculdade de Administração
FAHUG	Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas
FDG	Faculdade de Direito
HRDM	Hospital Regional Dom Moura
IML-Vivos	Instituto Médico Legal – Vivos
JECRIM	Juizados Especiais Cíveis e Criminais
LMP	Lei Maria da Penha
NASF	Núcleo de apoio à saúde da família
NEVIGA	Núcleo de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa de Garanhuns
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização não governamental

ONU	Organização das Nações Unidas
PAISM	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PNPM	Plano Nacional de Política para as Mulheres
SDS	Secretaria de Desenvolvimento Social
SecMul -GUS	Secretaria da Mulher de Garanhuns
SecMul - PE	Secretaria da Mulher de Pernambuco
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESI	Serviço Social da Indústria
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC	Serviço Social do Comércio
SINAN	Sistema nacional de agravos notificáveis
SMADS	Secretaria Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social
SPM	Secretaria de Políticas para Mulheres
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UPAE	Unidade Pernambucana de Especialidades
UPE	Universidade de Pernambuco
USF	Unidade de Saúde da Família
VCM	Violência contra as mulheres

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2</b>	<b>REVISÃO DA LITERATURA: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS</b> .....	19
2.1	DIÁLOGOS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES.....	20
2.1.1	Contextualização histórica da Violência Contra as Mulheres no Brasil .....	20
2.1.2	Rede de enfrentamento à Violência Contra as Mulheres .....	30
2.1.3	Fatores que dificultam a saída das mulheres .....	33
2.1.4	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.....	34
2.1.5	Centro de referência de atendimento às mulheres em situação de violência .....	36
2.1.6	Justiça .....	39
2.1.7	Assistência psicossocial .....	40
2.1.8	Saúde .....	40
<b>3</b>	<b>INTINERÁRIOS DA PESQUISA: CAMINHOS E ENCONTROS</b> .....	42
3.1	CAMINHOS EPISTEMOLÓGICOS.....	43
3.1.1	Pesquisa de Inspiração Feminista .....	44
3.1.2	Perspectiva Construcionista .....	45
3.2	CAMINHOS PERCORRIDOS .....	47
3.2.1	1º Passo: Observação no Cotidiano.....	47
3.2.2	2º Passo: Análise de Documentos Públicos.....	49
3.2.3	3º Passo: Oficinas .....	51
3.2.4	4º Passo: Análise de dados.....	54
3.3	CONSIDERAÇÕES ÉTICAS.....	55
<b>4</b>	<b>ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: ENTRE RESISTÊNCIAS, AFETOS E CUIDADOS</b> .....	57
4.1	(RE)CONTANDO NOSSA HISTÓRIA.....	57
4.2	AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM GARANHUNS .....	67
4.2.1	Ações de prevenção: porta de entrada do serviço .....	67
4.2.2	Atendimento às mulheres em situação de violência .....	72
4.3	REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ARTICULAÇÕES INTERSETORIAIS.....	79
4.3.1	Saúde .....	81
4.3.2	Assistência Social.....	83

4.3.3	Sistemas Judiciário e Policial.....	84
4.3.4	Educação .....	88
4.3.5	Outros Equipamentos .....	90
4.3.6	O que pensamos dessa Rede?.....	91
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>93</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>97</b>
	<b>APÊNDICE A - DADOS DOS ARTIGOS, TESES E DISSERTAÇÕES DA REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>104</b>
	<b>APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO .....</b>	<b>106</b>
	<b>APÊNDICE C - PLANEJAMENTO DAS OFICINAS .....</b>	<b>109</b>
	<b>APÊNDICE D - FOTOS DAS OFICINAS .....</b>	<b>112</b>
	<b>APÊNDICE E - CONVITE PARA AS OFICINAS .....</b>	<b>114</b>
	<b>APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>115</b>
	<b>APÊNDICE G - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS .....</b>	<b>117</b>
	<b>ANEXO A - PARECER FINAL DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....</b>	<b>118</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Pensar uma proposta de projeto, realizar a pesquisa no campo e escrever esta dissertação foram momentos de muita angústia, ansiedade e intensa reflexão. Não foi à toa que o texto que mais me mobilizou na disciplina de Teoria Feminista e de Gênero, facilitada pela professora Karla Galvão, foi o de Glória Anzaldúa (2000). Em seu ensaio, ela mostra a potência que a escrita possui, uma vez que nos confronta com os nossos demônios e, ao olhar para eles, falamos daquilo que nos atravessa. Escrever, para ela, é algo perigoso porque temos medo do que a escrita nos revela: os medos, as raivas, as opressões, porém, é neste ato que reside a nossa sobrevivência, pois uma mulher que escreve tem poder.

Este poder reside naquilo que a escrita revela para mim e para aqueles/as que a leem. Os incômodos que senti a cada nova descoberta sobre meu campo de pesquisa e sobre a pesquisadora que estava ali me fizeram ora travar na escrita desta dissertação, ora me motivar para escrever aquilo que vivenciei. Ao refletir sobre este processo, entre silêncios, medos e força, vejo que há relação com a forma com que cada palavra e cada cena que ouvi e vi no campo afetou-me. Tocaram-me porque falava do lugar das profissionais e tocava-me por estar também no lugar de mulher, que enxergava as dores das usuárias do serviço.

Lourdes Bandeira (2017, p. 16) diz que o ato de escrever sobre situações de violência, especificamente sobre as violências contra as mulheres e de gênero

não é um fim em si mesmo, nem apenas um exercício de estilo livre. Requer um envolvimento emocional, afetivo e um compromisso intelectual particular e político de quem escreve, **pois a violência é uma força perturbadora, um poder inquietante** (Grifo meu).

Este envolvimento emocional e afetivo que a autora descreve me remeteu à afirmação de Sandra Azerêdo (2010), quando, ao citar a defesa de mestrado de uma de suas alunas, disse que talvez a “encrenca de gênero” esteja no fato de que gênero atravessa a gente o tempo todo. Logo, escrever e escutar situações de violências contra as mulheres atravessa minha história como mulher, sertaneja e psicóloga. Dessa forma, ao escrever sobre as experiências das participantes da minha pesquisa falo de um lugar conhecido e desconhecido para compreender o contexto social e histórico o qual se materializa nos corpos de diferentes mulheres, inclusive no meu.

Minha vinculação com a temática da violência contra as mulheres iniciou antes mesmo do ingresso no curso de Mestrado (PPGPSI/UFPE). Ocorreu através da minha participação em movimentos sociais, bem como durante a graduação (UPE - *Campus Garanhuns*), no

desenvolvimento de pesquisas, e da minha inserção nas Redes de Atendimento (saúde, assistência e de atendimento à mulher em situação de violência) durante a Residência Multiprofissional no município supracitado.

Em 2010, realizamos uma pesquisa<sup>1</sup> na 9ª Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) do município de Garanhuns/PE, com o intuito de identificar os tipos de violência doméstica e os motivos relatados pelas mulheres a partir dos Boletins de Ocorrência (BO). Durante o período do estudo, foram registrados 277 BO's referentes à Lei Maria da Penha (LMP), nestes, a violência mais relatada foi a psicológica (37,1%), seguida da violência física (18,4%) e, em terceiro, a associação destas (12,9%), os índices indicam, portanto, aspectos relevantes da realidade feminina na região (GONÇALVES et al, 2013).

Entre 2014 e 2015, foram registrados cerca de 1002 BO's relativos à Lei Maria da Penha (Lei 11340/06) na 9ª DEAM, sendo que os três principais motivos relatados pelas mulheres para o registro da queixa foram: ameaça (550), lesão corporal (236) e outros (95), o que desenvolve uma narrativa violenta tanto no nível simbólico, quanto no plano físico (GARANHUNS/PE, 2016). Verifica-se que, assim como na pesquisa descrita acima, a violência psicológica e a física são as mais frequentes.

Outro dado relevante proveniente da pesquisa realizada na 9ª DEAM foi o relato dos/as profissionais acerca dos encaminhamentos das situações de violência contra as mulheres (VCM), visto que eles/as relataram dificuldades de identificar quais serviços poderiam ser acionados por eles/as ou pelas mulheres após a denúncia. O serviço mais indicado nas falas foram as Unidades de Saúde da Família (USF).

A partir desse resultado, em 2011, optei por dar continuidade à aproximação com o tema da violência contra mulheres no Trabalho de Conclusão de Curso, com vistas a identificar as formas de enfrentamento dos/as profissionais de saúde da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), voltadas à temática supracitada. Participaram 17 profissionais, destes, 7 relataram ter realizado pelo menos um atendimento às mulheres em situação de violência dentro da unidade de saúde. Nos registros verifiquei que os atendimentos, muitas vezes, ficaram restritos ao encaminhamento para a DEAM (GONÇALVES, 2011).

Dentre as principais causas identificadas pelos/as profissionais para que as mulheres não conseguissem sair de alguma situação de violência, destacam-se: o amor pelo companheiro, não ter trabalho, a fragilidade das medidas protetivas, o fato de ter filhos/as e, por último, o

---

<sup>1</sup> Pesquisa de Iniciação Científica intitulada: “Violência de Gênero: levantamento dos boletins de ocorrência da Delegacia da Mulher do Município de Garanhuns”, 2010, sob orientação da Profª Drª Marilyn Sena.

álcool como facilitador das situações de violência. Os/as profissionais que participaram da pesquisa relataram dificuldades em realizar intervenção/encaminhamento, pois havia a “omissão” das mulheres em efetuar denúncia. Diante deste quadro, os membros das equipes indicaram sentir medo para realizar intervenções no âmbito da violência contra as mulheres, uma vez que, tecnicamente, torna-se complexo e grave este evento, já que o autor da violência permanece na comunidade e no convívio com as mulheres. Os/as profissionais apontaram a integralidade no cuidado e no acolhimento como fatores que propiciam uma intervenção satisfatória nos casos de violência.

No período das pesquisas que descrevi (2010 e 2011), o município de Garanhuns/PE não tinha outros serviços especializados para o atendimento às mulheres em situação de violência além da 9ª DEAM. Em 2013, com a implantação da Coordenadoria da Mulher, o município passou a contar com ações de prevenção e enfrentamento à VCM de forma mais sistemática, uma vez que os diversos equipamentos da rede (saúde, educação, assistência, justiça) já realizavam ações pontuais.

A partir da implantação de um novo serviço de atenção à VCM, no ano de 2014, durante o estágio opcional da Residência Multiprofissional (UFPE – CAV - HRDM), fui para o Centro Especializado de Atendimento à mulher em situação de violência – Joana Beatriz de Lima e Silva (CEAM-JB) vinculado à Secretaria da Mulher de Garanhuns/PE (SecMul-GUS). Neste período, participei das ações de prevenção e atendimento individual às usuárias do serviço. Após a conclusão do estágio, fiquei como voluntária em algumas ações pontuais.

Diante das inquietações geradas pelas pesquisas de que participei ao longo da graduação e da minha experiência como profissional, optei por refletir sobre as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres no município de Garanhuns/PE a partir do olhar da equipe multidisciplinar da SecMul-GUS e do CEAM-JB. Além disso, foram objeto deste estudo as articulações intersetoriais realizadas por esta instituições.

Esta dissertação está organizada da seguinte forma: o primeiro capítulo, intitulado “*Revisão da literatura: aproximações teóricas*”, busca refletir sobre o campo-tema da violência contra as mulheres, discutindo a contextualização histórica deste fenômeno no Brasil, a importância dos movimentos feministas no enfrentamento à VCM, as leis, políticas nacionais e a rede de enfrentamento à VCM.

No segundo capítulo, “*Itinerários da pesquisa: caminhos e encontros*”, indicamos a aproximação com o campo da pesquisa, o contato com as participantes, as observações e as oficinas, articulados ao embasamento epistemológico que circunscreve esta pesquisa.

No terceiro capítulo, “*Enfrentamento da violência contra as mulheres: entre resistências, afetos e cuidados*”, apresentamos a nossa análise, dividida em três grandes eixos. O primeiro, “*Recontando nossa história*”, analisa a história da SecMul-GUS e do CEAM-JB no período de 2013 a abril de 2017, dialogando com os eventos municipais, estadual e federal que influenciaram nas políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres em Garanhuns/PE. No segundo, “*Ações de enfrentamento à violência contra as mulheres*”, discutimos as ações de prevenção realizadas pelas instituições e o atendimento à mulher em situação de violência realizado pela equipe multiprofissional do CEAM-JB. No terceiro e último eixo, “*Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres: articulações intersetoriais*”, buscamos compreender quais equipamentos são acionados pelas instituições participantes, bem como tecemos a rede de relações entre eles.

Na última parte desta dissertação, *Considerações finais*, retomamos alguns pontos da discussão feita nos capítulos anteriores para refletir as políticas de enfrentamento VCM diante do atual contexto sócio-político.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

A construção da revisão de literatura foi um momento fundamental no percurso da escrita deste trabalho, pois a partir dela pude olhar para os diversos textos e autoras/es que estão inseridos no mesmo campo de discussão e a partir do diálogo com elas/es compreender fenômenos, encontros e desafios no meu campo de pesquisa.

Alfonso Montuori (2016, p. 2) diz que

uma revisão da literatura pode ser encarada como um processo criativo na medida em que o/a pesquisador/a é um participante ativo na construção de uma interpretação da comunidade e de seu discurso.

Para o autor, a criação surge do diálogo entre o/a pesquisador/a e o campo para o qual escolheu viajar, como também um reconhecimento dos principais pontos de referência, movimentos teóricos e personalidades importantes.

Acredito que um dos desafios na escrita de uma revisão de literatura é a construção de um texto no qual os/as diversos autores dialoguem e não seja apenas uma exposição de diversas falas. Sharon Walker (2016) diz que ao escrever a revisão devemos montar as conexões, padrões e interações relacionais entre os textos, como também os organizar para que conversem entre si.

Levando em conta as colocações de Montuori (2016) e Walker (2016), nesta revisão de literatura pretendo, a partir dos textos e autoras/es escolhidos, dialogar com as questões relativas ao meu campo de pesquisa. Para isto, antes de me deter ao diálogo, apresento quais critérios utilizei para a seleção dos textos.

Ao pensar sobre os artigos privilegiados para a revisão, Walker (2016) diz que, apesar da intenção de explorar vários artigos, apenas conseguimos fazê-lo a partir de um número administrável, por isso deve-se estabelecer critérios de inclusão e exclusão para exprimir e determinar quais textos serão incluídos. A autora ainda pontua que estes critérios devem ser determinados pelas necessidades de suas pesquisas e não por conveniência própria.

A presente revisão da literatura foi realizada nas seguintes bases de dados: Scielo, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Repositório de Dissertações e Tese da Universidade Federal de Pernambuco. O levantamento dos materiais ocorreu no período de outubro a dezembro de 2016.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Os dados referentes aos artigos, teses e dissertações está disponível no apêndice A deste trabalho.

Após a coleta de todos dos materiais, foi realizado o processo de “limpeza”. Esta etapa consistiu em excluir os materiais duplicados e aqueles que, na leitura, não tinha relação com o tema e/ou objetivos da dissertação. Desta forma, o quantitativo final ficou composto de 10 (dez) artigos, 07 (sete) dissertações e 3 (três) teses.

Para esta busca, delimitamos o período que compreende os anos de 2006 a 2016, com vistas à seleção de artigos, teses e dissertações, todos eles em língua portuguesa. A escolha do recorte (2006 – 2016) deve-se ao um importante marco para o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil que foi a Lei 11340/06 (Lei Maria da Penha), logo pudemos analisar pesquisas desenvolvidas durante os 10 anos de sua implantação.

Em relação à escolha dos descritores (Violência contra a mulher AND centro; Violência contra a mulher AND profissionais; Violência contra a mulher AND rede de atendimento), foram definidos de acordo com o tema e os objetivos da pesquisa da dissertação.

Para compor a discussão dos textos, foram escolhidas as autoras Lourdes Bandeira (2009; 2014; 2017), Bandeira e Tânia Mara Campos de Almeida (2004; 2015), Lia Zanotta Machado (2016) e Wânia Passinato (2015), que discutem questões relacionadas à VCM e políticas públicas.

Nesta revisão, serão discutidas questões relativas à contextualização histórica da violência contra as mulheres (VCM) no Brasil, à importância dos movimentos feministas na luta contra este tipo de violência, à construção de uma política nacional de enfrentamento à VCM e à Lei Maria da Penha (LMP). Também buscamos discutir a Rede de enfrentamento à VCM.

## 2.1 DIÁLOGOS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

### 2.1.1 Contextualização histórica da Violência Contra as Mulheres no Brasil

As décadas de 1970 e 1980 foram referidas pelas/os autoras/os (KISS; SCHRAIBER; D’OLIVEIRA, 2007; CÔRTEZ, 2008; SARAIVA, 2010; PICOLO, 2013; LATTIERE, 2014; COUTINHO, 2015) como o momento no qual o enfrentamento da violência contra a mulher (VCM) começou a ter visibilidade no Brasil, a partir, principalmente, dos tensionamentos realizados pelos movimentos feministas e de mulheres.

Para Gisele Rocha Côrtes (2008), estes movimentos configuraram-se como protagonistas da politização da violência doméstica no Brasil, na década de 70 e início da

década de 80, na medida em que transgrediram dicotomias e fronteiras ao inserir no espaço público o debate e a denúncia a uma modalidade de crime considerada de “foro interpessoal”, “intersubjetivo”.

Com isso, a partir da década de 1970, dois temas estiveram na pauta das lutas do movimento feminista brasileiro: saúde das mulheres, que incluía questões da sexualidade e direitos reprodutivos, e o enfrentamento da violência contra mulheres, que ocupou mais espaço nas lutas do movimento feminista, visto que o assassinato de mulheres<sup>3</sup> estava entre as principais questões (MACHADO, 2012).

Lourdes Bandeira (2009) diz que o processo de resistência dos movimentos feministas se fortaleceu com várias estratégias de luta e uma delas foi a nomeação da expressão *violência contra a mulher*, seguida pela demanda de políticas públicas. Esta expressão, segundo Bandeira e Almeida (2004), foi cunhada pelos movimentos feministas na década de 1960, o que constituiu um fenômeno sociocultural e político persistente e multiforme, que pode designar diversas categorias de atos (dos episódios cruéis, como estupro e a tortura, até formas mais sutis de violência que têm ocorrido na vida cotidiana das mulheres).

Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o Ano Internacional da Mulher, cujo principal objetivo foi o reconhecimento do problema social que muitas mulheres vivenciavam, o que acabou contribuindo para a visibilização das bandeiras de lutas dos movimentos feministas e de mulheres. Em 1980, estes movimentos se consolidavam como uma força política e social, neste período foram organizadas várias conferências, assembleias e encontros mundiais para montar uma agenda de ações políticas (SARAIVA, 2010).

Para Ana Rita Rocha Coutinho (2015), a partir do processo de redemocratização, em meados de 1980, o Brasil passou a reconhecer e assinar importantes tratados internacionais de direitos humanos. Os tratados e declarações mais referidos pelos textos que fazem parte desta revisão foram:

---

<sup>3</sup> No final dos anos 70, os assassinatos de mulheres cometidos pelos respectivos maridos, ex-maridos, companheiros, localizados nos segmentos de classe média, ganharam visibilidade midiática e de autoridades. Bandeira (2014) lembra o assassinato, com argumento de defesa de honra, em 1976, da socialite Ângela Diniz.

**Quadro 1** – Tratados e declarações referidos pelos textos que fazem parte da revisão.

<b>DOCUMENTOS</b>	<b>AUTORES/AS</b>
Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW) (1979)	COUTINHO (2015)
Declaração sobre a eliminação da violência contra a mulher (1993)	LATTIERE (2014)
Declaração e programa de ação de Viena - Conferência mundial sobre Direitos Humanos (1993)	COUTINHO (2015); PICOLO (2013)
Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, “Convenção de Belém do Pará” (1994)	LATTIERE (2014); BRASILINO (2014); COUTINHO (2015); PICOLO (2013); CARVALHO (2013)
Conferência sobre a População e Desenvolvimento do Cairo (1994)	COUTINHO (2015)
Conferência mundial de Beijing (1995)	LATTIERE (2014); COUTINHO (2015)

**Fonte:** Elaboração desta pesquisadora.

Observa-se que a maioria dos/as autores/as citam como importante referência a Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, Convenção de Belém do Pará” (1994). Lourdes Bandeira e Tânia Mara Campos de Almeida (2015) dizem que esta convenção se configurou como o primeiro tratado específico sobre combate à VCM oriundo do continente sul-americano e que repercutiu em outros países.

As autoras supracitadas, ao analisar as quatro premissas iniciais que fazem parte do “*Guia para la aplicación de la Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y erradicar la Violencia contra la Mujer – Convención de Belém do Pará*”, destacam o papel do Estado no que toca ao tema Mulher e Violência. Pois, é dever do Estado oferecer prevenção, investigação, sanção e reparação para as mulheres em situação de violência. A justiça deve

[...] ser aplicada a partir de uma perspectiva de gênero. Ou seja, com essa perspectiva possibilitar-se-á romper com as formas tradicionais de aplicar a justiça, no sentido de remover as dificuldades postas ao inquérito, à credulidade sobre o depoimento da mulher, à não revitimização da mulher, à escuta contextualizada em cenário de poder e à impunidade do agressor. Para tanto, as autoridades judiciais devem ser cobradas pela plena diligência do processo e sua eficiência – e não apenas que este represente o rito mecânico de formalidades processuais e sem consideração da situação histórica em que se insere a opressão de gênero vivida pela mulher em situação de violência. (BANDEIRA e ALMEIDA, 2015, p. 501)

As autoras supracitadas dizem que um aspecto fundamental da “Convenção Belém do Pará” é o enfrentamento da violência nos âmbitos políticos, jurídicos, social, econômicos,

privado e público, de modo transversal, bem como pressionar os Estados-membros a tomarem medidas neste sentido para assegurar às mulheres uma vida sem violência.

Célia Regina J. Pinto (2003), ao traçar a trajetória do Feminismo no Brasil, aponta que na década de 1980 ocorreram a partidarização e a institucionalização do movimento feminista no Brasil. Ao lado de ações mais políticas, muitas vezes identificadas como partidárias, firmaram-se grupos autônomos organizados, principalmente em torno de duas temáticas específicas: violência e saúde.

Ligia Bittencourt Kiss, Lilia Bilma Schraiber e Ana Flávia P. L. D'Oliveira (2007) referem que na década de 1980 a questão da violência contra as mulheres no Brasil transformou-se em um dos grandes eixos de ação do movimento feminista no sentido assistencial, dando início a parcerias com o Estado destinadas à formulação de políticas públicas que contemplassem a questão de gênero. Sobre isso, Cirlene Aparecida D. Picolo (2013) argumenta que as políticas públicas operadas pelo Estado para o enfrentamento da VCM só se materializaram através de tensionamentos realizados pelos movimentos feministas que lutaram para ampliar os direitos das mulheres, principalmente, o direito de viver sem violência.

No início da década de 1980, surgiram no Brasil as organizações de apoio às mulheres vítimas de violência, a primeira delas foi o SOS Mulher, inaugurada no Rio de Janeiro em 1981. Esta organização tinha como objetivo constituir um espaço de atendimento à mulher vítima de violência e também de reflexão e mudança da condição de vida das mulheres. Mas, no decorrer do trabalho, perceberam que seus esforços não resultavam em mudança de atitude das mulheres, após o acolhimento e os primeiros atendimentos, as mulheres voltavam para seus companheiros e não retornavam para os grupos de reflexão promovidos pelo SOS Mulher. O encontro desta realidade pelas feministas que realizavam este trabalho fez com que ocorresse uma nova organização, surgindo um feminismo de prestação de serviço, em que as mulheres vítimas de violência encontravam profissionais de saúde e da área jurídica para dar-lhes apoio (PINTO,2003).

Segundo Côrtes (2008), os SOS's funcionavam de forma autônoma através de plantões de reflexão, campanhas públicas sobre violência e prestação de serviços (informações dos direitos e orientação jurídica gratuita). Os atendimentos eram ofertados por militantes e voluntárias de Psicologia e Direito.

Segundo Bandeira (2009; 2014), os SOS foram as primeiras organizações a denunciar a violência contra a mulher, sem nenhum apoio institucional, com atuações da sociedade civil organizada, crítica e propositiva reivindicaram a tomada de consciência do Estado conferindo

novos contornos as políticas públicas. Destaca-se a criação de grupos de combate ao atendimento à mulher em situação de violência, sendo pioneiras o SOS São Paulo, Campinas e Belo Horizonte (década de 80). Caracterizam-se por um agir político diante das instâncias públicas, contribuindo com a politização das violências de gênero cotidianas e para a demanda por uma resposta do Estado.

Em meados dos anos 80 e início da década de 90, foram criados em algumas regiões do país órgãos específicos de atendimento, como as Delegacias Especiais em Atendimento às Mulheres (DEAMs), as Casas - Abrigo e os Centros de Referência da Mulher, bem como foram alteradas as legislações referentes à temática (CÔRTEZ, 2008).

Diante desta conjuntura, em 1985, a primeira Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) foi criada. As/os profissionais que trabalhavam nesta instituição tinham a mesma queixa das feministas do SOS Mulher, de que as mulheres iam à delegacia, mas dificilmente mantinham a queixa, elas queriam que o órgão policial chamasse o agressor e que ele se comprometesse a não continuar com a conduta violenta (PINTO, 2003).

O movimento de mulheres reagiu ao isolamento das Delegacias de Defesa da Mulher, ao atendimento centrado na perspectiva policial, reivindicando ao Estado a promoção de políticas integradas para um atendimento mais eficiente junto às mulheres, englobando a criação de abrigos, centros de referência, defensorias públicas, serviços na área da saúde, geração de trabalho e renda, entre outros (CÔRTEZ, 2008).

Com a criação das DEAM'S, Pinto (2003) afirma ter existido um avanço quanto à questão da violência: as mulheres se tornou reconhecida como vítima. Porém, Carvalho e Rocha (2015) indicam que a ideia de vítima elaborada pelas feministas nos anos 1970 e 1980 tornou-se uma faca de dois gumes: de um lado, contribuiu com a visibilidade da VCM, tornando-se um instrumento de sensibilização dos agentes do Estado, que em geral culpabilizavam as mulheres pela situação de violência e não enxergavam a agressão como crime, mas, por outro lado, colocaram as mulheres em uma relação passiva, reiterando uma visão essencialista das mulheres como frágil nas relações.

Outro marco importante foi a criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECRIMS) regidos pela Lei nº 9.099/95, que tinha como objetivo tratar de crimes gerais de “menor potencial ofensivo”. Para Bandeira (2009), este espaço estimulava o mecanismo de conciliação das partes envolvidas, ocasionando muitos equívocos devido à compreensão das situações de violência contra a mulher até decisões inadequadas, que

em muitos momentos justificavam a violência social e jurídica. Fato que ocasionou resistência da militância feminista à aplicação desta Lei.

De 1985 a 2002, a criação de DEAM'S e de Casas-abrigo foi o principal eixo da política de enfrentamento, cuja ênfase estava na segurança pública e na assistência social. Esse foco também constitui a base do programa nacional de combate à VCM, criado em 2002 e vinculado ao Ministério de Justiça. (BRASIL, 2011a). Para Cecília MacDowell Santos (2015), nesta época a política privilegiava a responsabilização penal, na área da segurança, e a assistência em situação-limite e risco de vida, dessa forma, tratava-se de uma política fragmentada e sem um órgão federal dotado de recursos e poderes para executá-la.

Para Bandeira (2009, p. 403), a partir de 2000

a intensificação da luta pela democratização dos direitos humanos e pela cidadania impulsionou a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, que se efetivou em 2003, e esteve presente na elaboração da nova legislação destinada a erradicar a violência contra as mulheres.

Em 2003, no governo Lula (2003-2006 e 2007-2010), foi criada a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), com status ministerial, que inaugurou uma nova política para além do “combate” à violência (na esfera criminal) e para além do Estado. A partir da criação da SPM ocorreram diversas ações importantes para o enfrentamento da VCM, dentre elas: em 2004, foi instituído o Ano da Mulher e ocorreu o lançamento do Plano para Combate da Violência Contra a Mulher e a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Com base nos resultados desta conferência, foi elaborado o Plano Nacional de Política para as Mulheres (PNPM). Um dos capítulos do PNPM define a criação de uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (SANTOS, 2015; BRASIL, 2011a; MELO, 2007).

Esta política de enfrentamento à violência contra a mulher incorporou uma antiga demanda feminista por “atenção integral” à mulher em situação de violência, e seguiu as diretrizes da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), ratificada pelo Brasil em 1995, Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a mulher (CEDAW) (1981), Convenção Palermo (2000). E com a Lei 11340, conhecida como Lei Maria da Penha. Esta nova política baseia-se em um paradigma de “rede” e de “transversalidade de gênero”, bem como promove a criação de uma “rede de enfrentamento” à violência contra a mulher que inclui instituições e serviços governamentais e não governamentais e comunidade (SANTOS, 2015; BRASIL, 2011b).

Em Pernambuco, o Plano Estadual para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra as Mulheres (2007-2016) alinhou-se às diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher, merecendo destaque, ainda nesse contexto, o fato de Pernambuco ter sido o primeiro estado da Federação a assinar o Pacto Nacional (PERNAMBUCO, 2011).

O conceito de violência adotado pela Política e Plano supracitados fundamenta-se na definição da “Convenção Belém do Pará”, que entende a violência como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (OEA, 1981).

O conceito de gênero adotado na Política de Enfrentamento à VCM é da autora Joan Scott (1994), para ela, o conceito de gênero implica na ligação de quatro elementos que são interligados, o primeiro destacado pela autora diz respeito aos

[...] símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequência contraditórias) – Eva e Maria como símbolos da mulher, por exemplo, na tradição cristã ocidental – mas também mitos de luz e escuridão, purificação e poluição, inocência e corrupção (p. 21).

O segundo elemento, para Scott (1994), é relativo aos conceitos normativos, que afirmam o feminino e o masculino de forma binária, através de doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas. O terceiro elemento refere-se ao modelo binário fixo de homens e mulheres no nível da política, instituições e organizações sociais. Para a autora, muitos/as pesquisadores/as, antropólogos/as, reduziram o uso da categoria gênero ao sistema de parentesco, fixando o espaço doméstico como fundamento da organização social, para ela, o gênero:

[...] é construído através do parentesco, mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia, na organização política e, pelo menos na nossa sociedade, opera atualmente de forma amplamente independente do parentesco. (SCOTT, 1994, p.22)

O quarto elemento refere-se à identidade subjetiva, que diz respeito à diferença entre os corpos que estão ligados ao sexo, estando fixado no binarismo masculino-feminino associado à reprodução (SCOTT, 1994).

Ao traçar os quatro elementos propostos por Scott (1994), é possível identificar que o gênero se constitui nas relações sociais e é uma forma de dar significado às relações de poder, sendo importante levar em consideração sua dimensão social, histórica e política, não restrita a questões biológicas. Dessa forma, ao utilizar

conceitualmente e politicamente gênero a partir desta perspectiva, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres deve levar em conta a complexidade das relações afetivas e sociais nas quais as situações de violência ocorrem.

A VCM deve ser compreendida sempre sob a perspectiva de gênero, pois este traz à tona o contexto e a lógica da hierarquia entre os termos que são relacionais, uma vez que a ação humana é pautada pelo gênero e é estruturante das relações humanas e atividades sociais em geral. Logo, faz-se necessário que a perspectiva de gênero esteja no epicentro de qualquer ato político e das estratégias de implantação e gestão de políticas públicas (KUCHEMANN, BANDEIRA, ALMEIDA, 2015).

A expressão *violência de gênero*, independentemente da matriz teórica, associa-se à luta da VCM e de outras reivindicações feministas referentes à mudança de ordem legal, social e jurídica a fim de interferir na estrutura patriarcal e familiar vigente através da implantação de políticas públicas de combate a este tipo de violência (BANDEIRA, 2014).

A expressão transversalidade de gênero emergiu no contexto internacional dos movimentos feministas e de mulheres. Bandeira e Almeida (2013) citam a primeira Conferência Mundial de Mulheres (México, 1975), CEDAW (1979), Nairóbi (1985), Beijing (1995) e Beijing + 5 (2000), mas foi na IV Conferência Mundial das Mulheres, em Beijing (1995), que essa estratégia foi designada por *gender mainstreaming* e reconhecida como transversalidade de gênero. No contexto mundial, a transversalidade de gênero significou para os governos não apenas a incorporação em um ministério ou secretaria específica de atuação na área da mulher, mas um impacto vinculante a ser assimilado pelas políticas propostas pelo Estado e desenvolvido em cada área governamental.

A transversalidade de gênero nas políticas públicas significa incluir a noção de gênero na própria definição de política, em sua formulação, aplicação e avaliação. Mas também pode ser conquistada, na medida em que não apenas passa a ser nomeada nos documentos, mas em lograr às mulheres, organizadas na sociedade civil, parte das definições e proposições das políticas públicas (BANDEIRA e ALMEIDA, 2004).

O status de ministério da SPM implicava autonomia orçamentária e reconhecia a necessidade de produção de políticas públicas específicas, coordenação e incentivo de ações nos demais órgãos governamentais com vistas à transversalidade das questões sociais e de gênero. O status ministerial e o vínculo da SPM com o Gabinete Civil se manteve até outubro

de 2015, quando foi criado o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos – SEPIR - (MACHADO, 2016).

Lia Zanotta Machado (2016, p. 47), ao discutir as relações entre os feminismos brasileiros e o Estado, observa que a tensão entre feminismo e Estado teve início em 2005/2006:

A ministra Nilcéia Freire, em nome da SPM, e em resposta à demanda da I Conferência, instaura a comissão tripartite para a elaboração da minuta do projeto de lei para legalizar a interrupção da gravidez e se encaminhava para apresentá-la à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara de Deputados. Nesse momento ocorria a denúncia do mensalão. A partir deste fato, as condições tornaram-se propícias à troca de moedas políticas: apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ao governo desde que retirasse o projeto do aborto.

Diferente do que aconteceu entre os anos 1970 e 2000, as relações entre o feminismo e Estado, como também os movimentos de diversidade sexual, começaram a ser demonizadas pelos líderes políticos da bancada religiosa, tanto a evangélica, no Congresso, como de políticos que atuam como católicos conservadores; ambos dizem ter como objetivo a defesa da família, esta entendida nos moldes tradicionais. O governo Lula, a partir de 2005/2006, e os dois governos Dilma (2011/2014 e o iniciado em 2015) ficaram bloqueados por essas lideranças políticas neoconservadoras em relação a determinadas políticas, como: “legalização do aborto, atenção e cuidado com o abortamento inseguro, legitimação de diversos arranjos familiares e de uniões, seja ou não entre pessoas do mesmo sexo, proposição de uma educação não sexista, não homofóbica e não lesbofóbica e o uso das teorias de gênero<sup>4</sup>” (MACHADO, 2016, p. 46-47).

Outro marco importante para o enfrentamento da VCM referido pelos/as autores/as (COUTINHO, 2015; LATTIERE, 2014; PICOLO, 2013; MENEGHEL, 2011; SARAIVA, 2010) foi a implantação da Lei 11.340/2006, nomeada como Lei Maria da Penha em homenagem à biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que por duas vezes foi vítima de tentativa de assassinato por parte de seu marido.

Em 2002, um consórcio composto por entidades públicas, Organizações não governamentais (ONGs), representantes dos movimentos feministas e grupos organizados interessados na questão uniu-se a uma parte da bancada feminina no Congresso e teve início a elaboração de uma nova proposta de Lei que, calcada na “Convenção de Belém do Pará”, enfrentasse a violência doméstica contra as mulheres de forma mais eficaz (BANDEIRA, 2009).

---

<sup>4</sup> No capítulo de análise serão aprofundados os debates nas políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres da discussão de “ideologia de gênero”.

Em abril de 2004, o executivo instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar proposta de medida legislativa e outros instrumentos para coibir a violência doméstica contra a mulher, sendo relatora da Lei a então deputada Jandira Feghali. Depois de mais de um ano de diálogo e discussão com vários grupos feministas, entidades políticas e assessoras da SPM, e contando com advogados sensíveis à questão, chegou-se ao texto definitivo da nova lei de combate à VCM (BANDEIRA, 2009).

Para Picoletto (2013), o contexto em que se deu a aprovação desta Lei é emblemático, visto que foi necessária a interferência de organismos externos para que o Brasil reconhecesse a violência contra as mulheres como crime contra os direitos humanos e, portanto, passível de punição. Ou seja, tal reconhecimento não partiu espontaneamente do legislador brasileiro, embora este sofresse muita pressão dos movimentos feministas. Esta Lei possibilitou o cumprimento do que estava previsto na Conferência para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher da OEA (Organização dos Estados Americanos), bem como do que prevê a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), documentos estes aos quais o Brasil é signatário.

A LMP estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, para efeitos da Lei

configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (BRASIL, 2013, p. 16).

Wânia Pasinato (2015, p. 534) discute que a LMP representou um marco político nas lutas pelos direitos das mulheres no Brasil, mas também “representou um divisor de águas na abordagem jurídica da violência baseada no gênero” através do reconhecimento deste tipo de violência como uma violação dos direitos humanos. Fato que constitui um novo paradigma para “o ordenamento jurídico brasileiro, rompendo com a lógica da criminalização como remédio para acabar com a violência contra as mulheres”.

A autora supracitada também traz um aspecto importante no que tange à inovação da LMP, que é a conjugação de ações de proteção, punição e prevenção que devem ser aplicadas de forma articulada, equilibrada. Dessa forma, esta Lei deve ser compreendida como uma política intersetorial e multidisciplinar e deve resultar na articulação entre diferentes esferas do poder (legislativo, judiciário e executivo da união, estados e municípios) através de políticas públicas, programas e serviços direcionados ao atendimento a mulheres em situação de violência.

Outro ponto importante em relação à LMP é o uso da nomenclatura “mulheres em situação de violência”, Pasinato (2015, p. 540) diz que esta nomenclatura foi

formulada pelos movimentos feministas para indicar que essas situações são resultado de relações desiguais de gênero, construções sociais e não destino inflexível das mulheres, a expressão sugere que a mudança é possível se mulheres tiverem acesso às ferramentas necessárias para acionar seus direitos. A mesma expressão foi incorporada à Lei Maria da Penha em substituição à denominação “vítima”, de uso corrente na abordagem jurídica.

Pasinato (2015) argumenta que compreender esta questão é importante para que os serviços de atendimento possam romper com lógicas tradicionais e trabalhar com uma nova concepção que incorpore não apenas as necessidades imediatas das mulheres, o risco eminente ou potencial, mas o histórico dessa violência e todas as dúvidas e incertezas que possam apresentar no percurso que realizem em busca de ajuda.

### 2.1.2 Rede de enfrentamento à Violência Contra as Mulheres

A Rede de Atendimento às mulheres em situação de violência leva em conta a Rota Crítica que a mulher percorre. Para Sagot (2000), esta Rota começa a partir da decisão e determinação das mulheres de sair da situação de violência. O caminho percorrido pode ser iniciado a partir de diversas portas-de-entrada, a exemplo da Delegacia, serviço da assistência social, emergências, serviços especializados, entre outros. Faz-se necessário que, independentemente de onde ocorra o primeiro atendimento, as diversas instituições da rede possam trabalhar de forma articulada para uma assistência qualificada, integral e que não revitimize a mulher que se encontra em situação de violência.

Esta rede, segundo a política nacional de enfrentamento à violência contra a mulher, está dividida em quatro principais setores e duas principais categorias de serviço, como pode ser visualizado na imagem abaixo:

**Figura 1** – Configuração da Rede de atendimento à mulher em situação de violência.

Rede de Enfrentamento	Rede de Atendimento
Contempla todos os eixos da Política Nacional (combate, prevenção, assistência e garantia de direitos).	Refere-se somente ao eixo da Assistência /Atendimento
Inclui órgãos responsáveis pela gestão e controle social das políticas de gênero, além dos serviços de atendimento.	Restringe-se a serviços de atendimento (especializados e não-especializados).
É mais ampla que a rede de atendimento às mulheres em situação de violência.	Faz parte da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.

**Fonte:** BRASIL, Secretaria Especial de Política para Mulheres. Configuração da Rede de Atendimento à mulher em situação de violência (BRASIL, 2011b).

Picolo (2013) argumenta que para os estudiosos o conceito de rede não é de fácil compreensão, demandando por parte de seus atores empenho e compromisso para que ela (a Rede) possa exercer o papel de articuladora e não apenas de agrupamento de pessoas. Além da complexidade que envolve este conceito, Brasilino (2014) alerta-nos em sua pesquisa para o conceito polissêmico da Rede, fato que foi constatado durante a leitura dos textos e pode ser verificado no quadro abaixo, no qual estão descritos as nomeações utilizadas, pelos/as autores/as que fazem parte desta revisão, para se referir a Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.

**Quadro 2** – Nomeações nos textos que fazem parte desta revisão para a Rede de enfrentamento à violência contra a mulher

<b>NOMEAÇÕES</b>	<b>AUTORAS/ES</b>
Rede de Enfrentamento da violência contra a mulher / Rede de Atendimento da violência contra a mulher	LATTIERE (2014); COUTINHO, (2015); MENEGHEL et al (2011); SANTOS (2015);
Rede de serviços de acolhimento e proteção às mulheres em situação de violência	BRASILINO, (2014);
Redes de atendimento e políticas integradas	DENÚBILA, L. A (2015);
Rede de Atenção à Violência	PICOLO, (2013);
Rede específica de atenção à violência contra a mulher	DUTRA, et al (2013);
Rede intersetorial	KISS; SCHRAIBER; D'OLIVEIRA (2007);
Rede de Atenção a Pessoas em Situação de Violência	MENEZES, et al (2014).

**Fonte:** Elaboração desta pesquisadora.

Independentemente das nomeações utilizadas pelos/as autores/as, as competências da Rede foram similares. Jeiza das Chagas Saraiva (2010) refere que os serviços oferecidos para o enfrentamento da violência contra as mulheres têm como objetivo trabalhar integradamente como uma Rede. O modo de atuação prevê a reinserção social da mulher e busca oferecer condições de superação da violência, possibilitando a reconstrução das suas vidas. Para o funcionamento efetivo, seus integrantes (setores, equipamento e profissionais) são corresponsáveis, tanto pelo fluxo de informação, como pela tomada de iniciativas. Outra característica deve ser a participação democrática, que deve ser pautada na transparência e na solidariedade entre os integrantes (PICOLO, 2013).

Maria de Lourdes Dutra et al (2013), ao referir-se à rede de atendimento à mulher em situação de violência, utiliza o conceito de Rede Social, que é definida como a trama de relações que envolvem os sujeitos, sejam pessoas, instituições ou movimentos sociais considerados atores. Para definir a articulação entre os atores e os materiais e simbólicos

envolvidos, utiliza-se os termos *rede sociotécnica*, formada por pessoas que atuam no interior de sistemas organizacionais regulamentados no planejamento de ações com impacto na base dos sistemas; *rede socioinstitucional*, que atua na fronteira entre os sistemas governamental e não governamental, criando mecanismos que possibilitam a governança; *rede sócio humana*, na qual os sujeitos se articulam, por relações de parentesco ou amizade, socializando-se e adquirindo noção de pertencimento. Essa rede não se conecta diretamente com as outras, exceto quando são implantados serviços que atendam às suas necessidades.

Outro conceito referido pelos/as autores/as (LATTIERE, 2014; MENEZES, 2014; KISS; SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 2007) foi o de Intersetorialidade. Para Kiss; Schraiber; D'oliveira (2007), o conceito de rede intersetorial diz respeito à articulação das ações interinstitucionais e interação entre os agentes, como também à presença de canais de comunicação entre os serviços que compõem a rede. Sendo a *rede intersetorial*, o lugar onde convivem os atores, suas relações e suas trajetórias biográficas teriam peso considerável nas possibilidades de conexão e na qualidade delas, faz-se também necessário que esta rede tenha metas e objetivos comuns.

Angelina Lattiere (2014) realizou estudo em um município do interior de São Paulo no qual participaram três instituições da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, nas áreas de: saúde, assistência social e segurança pública. Observou-se que as instituições procuram a intersetorialidade através da busca de parcerias, mas que a transversalidade das ações ainda é algo distante, fato que reflete a fragilidade da rede. Alguns elementos favorecem esta fragilidade, a saber: falta de comunicação, de capacitação e banalização da violência pelos/as profissionais. Paulo Ricardo de M. Menezes (2014), também refere-se à dificuldade de articulação com o setor saúde que pode estar associada à pouca percepção por parte dos/as profissionais de que a vivência de violência representa um agravamento à saúde individual e coletiva.

A importância dos encontros e reuniões sistemáticos, para Menezes (2014), pode ser uma estratégia que favorece o fortalecimento da rede de enfrentamento à VCM, pois neste espaço pode ocorrer a socialização de problemas, conhecimento e ideias que auxiliem para o progresso e conquistas no enfrentamento da violência, uma vez que a atenção integral envolve a identificação das necessidades das mulheres, atendimento ao que compete a cada órgão e encaminhamentos no sentido de contemplar a demanda. Observa-se também a necessidade de estratégias de divulgação das instituições que integram a Rede de atenção a vítimas de violência. A possibilidade da formulação de um site específico da Rede é citada por mais de

um serviço e aparece como uma boa alternativa na ampliação da visibilidade dos serviços, suas competências, contatos, localização e disponibilidade.

A formação das equipes técnicas para o atendimento às mulheres em situação de violência representa outro fator que possibilita o fortalecimento da rede de enfrentamentos. Picolo (2013) chama a atenção para que essas formações sejam direcionadas com enfoque nas questões de gênero, conceitos de violência, formas de enfrentamento e compreensão do fenômeno como questão cultural, socioeconômico e político.

Para Dutra (2013), a segurança se instala quando os/as profissionais têm uma escuta ampliada para as suas necessidades e as mulheres a percebe, havendo então uma maior possibilidade de vínculo com o serviço e de rompimento com a violência. Transitando pela rede de atenção, as mulheres experimentam diferentes posturas e procedimentos frente à situação de violência que buscam solucionar. Esta fragmentação da rede pode minar a segurança das mulheres em sentir-se acolhida e apoiada pelo serviço.

A autora supracitada relata que nas entrevistas que realizou em sua pesquisa emergiram atores/atrizes, sem vínculo com alguma instituição, que desempenharam diferentes papéis para auxiliar as mulheres em situação de violência, demonstrando a importância do afeto e da solidariedade no cuidado. Em alguns casos, a orientação e o apoio de um membro da igreja, o telefonema de uma vizinha ou uma ação articulada dos profissionais foi determinante para um desfecho satisfatório.

### 2.1.3 Fatores que dificultam a saída das mulheres

Na pesquisa realizada por Dutra (2013), num município da região metropolitana de São Paulo, observou-se que à medida que o tempo de convívio do casal aumentava os reflexos dos diversos tipos de violência iam transformando a configuração das redes sociais das mulheres, que se tornava cada vez mais restrita e reduzida a atores com pouco poder para oferecer apoio. Esta restrição da rede sócio-humana também restringiu e dificultou o acesso à rede sócioinstitucional. Dessa forma, a desarticulação de sua rede pode reduzir a eficácia do apoio institucional e aumentar o poder do seu parceiro. Em relação à rede sócio-institucional, observa-se que o acesso também é restrito, limitando-se, por vezes, aos serviços de saúde ainda sob a vigilância de seus parceiros. Outro aspecto da configuração da rede socio-institucional é a desconfiança das mulheres em relação aos sistemas de proteção e de segurança em geral. À medida em que se estabelece uma relação de confiança com os atores das instituições, altera-se a percepção das mulheres sobre o apoio e o acolhimento recebidos.

Saraiva (2010) afirma que a informação por parte das mulheres acerca das instituições e os serviços oferecidos faz com que a busca de apoio institucionais seja frequente, estes apoios podem contribuir para o “rompimento” da situação de violência, com o afastamento da mulher do autor de violência ou serem utilizados por elas como mecanismo de coerção da violência, pelas punições que prevê aos agressores. Porém, existem algumas dificuldades para as mulheres chegarem às instituições, algumas delas são: falta de informação e fatores subjetivos, que passam pelo medo da exposição até o constrangimento e a falta de preparo dos/das profissionais que lidam com essas questões, o que acaba inviabilizando ou desencorajando o prosseguimento da denúncia.

Para Meneghel, et al (2011), a rota crítica percorrida pelas mulheres em Porto Alegre refere-se, principalmente, aos setores policial, jurídico e de saúde. Além da Delegacia da Mulher, o primeiro contato pode ocorrer em um serviço de saúde, assistência social, centro de referência ou conselhos de direitos, principalmente o Conselho Tutelar e os Centros de Referência da Assistência Social. Ao mapear a rota, as autoras observaram que antes de buscar um serviço a maior parte das entrevistadas precisava se dar conta de que estava sofrendo violência. Normalmente, as mulheres relatam a violência vivida a pessoas próximas, mas não encontram solidariedade e empatia, principalmente quando as questões de gênero e familiares são muito tradicionais. A atitude das famílias geralmente é contraditória entre apoiar as mulheres e aconselhar na permanência da relação.

#### 2.1.4 Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

Conforme referido na contextualização histórica, os esforços dos movimentos feministas resultaram na primeira política pública voltada para a questão da VCM, as DEAM's. Com a criação deste equipamento, a consciência e não aceitação deste tipo de delito expandiram-se, afetando as esferas jurídica e legislativa. A VCM passou a constituir uma categoria conceitual de investigação e análise acadêmica, possibilitando um novo campo de pesquisa e reflexão e subsidiando atuação dos movimentos feministas em busca da equidade de cidadania (BANDEIRA e ALMEIDA, 2004).

Menezes, et al (2014) relatam que todas as policiais que foram entrevistadas e as que responderam aos questionários nas nove Delegacias de Direito das Mulheres (DDM) da cidade de São Paulo informaram que, no curso preparatório de ingresso à carreira policial, tinham assistido a apenas uma ou a nenhuma aula sobre violência contra as mulheres. As que ingressaram na carreira depois de 2006 tiveram uma ou nenhuma aula sobre a Lei Maria da

Penha, fato que dificultou o atendimento em alguns casos, e, muitas vezes, a negligência no atendimento. Em resposta a denúncias de mau atendimento nas DDMs, encaminhadas à Corregedoria de Polícia e à SPM em novembro de 2013, a coordenadora do Serviço Técnico propôs ao Delegado Geral de Polícia a realização de um curso à distância de “atualização” dos/as policiais que trabalham nas DDMs em todo o estado de São Paulo.

Para Santos (2015), muitas policiais têm alguma familiaridade com a linguagem de “gênero”, referida como uma relação “entre homem e mulher”. Mas não há uma elaboração mais aprofundada sobre “gênero” e a maior parte das entrevistadas não conhecia o discurso de “violência de gênero” disseminado na Lei Maria da Penha e nos planos de governo. As que se apropriam de um discurso de gênero muitas vezes veem a violência como um “desvio social” ou um “desvio moral”, relacionado com o uso de drogas ou o abuso de álcool. Estas abordagens das relações sociais e da forma como a violência deve ser enfrentada podem contribuir para o tipo de relação entre as DDMs e outras instituições e serviços da rede de enfrentamento à violência contra mulheres.

A autora supracitada observou que as DDMs não participam das reuniões mensais que acontecem na Rede Sul e na Rede Leste, a não ser que sejam convidadas individualmente para esclarecer dúvidas. Isto significa que muitas policiais nas DDMs não se veem como parte integrante da rede de enfrentamento à violência contra mulheres e não conhecem os serviços especializados, fato que contribui para que os encaminhamentos realizados, em sua maioria, sejam para os serviços da assistência social não especializados no atendimento às mulheres e sob a gestão da Secretaria Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), tais como os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que têm como enfoque a “família”.

Kiss, Schraiber e D’Oliveira (2007), em relação à assistência policial, observaram que as delegadas enxergam a Delegacia da Mulher como desvalorizada pelas demais instâncias policiais. A DEAM possui cotidiano rotineiro, marcado pela sequência repetitiva e pouco flexível de atendimento. A escuta é um procedimento valorizado estritamente pela sua função: recolher as informações necessárias à continuidade do trabalho. O atendimento é pensado exclusivamente com base na necessidade de iniciar o caso na trajetória legal. Antecipam, como produto do seu trabalho, a condenação do agressor e, quando uma decisão das mulheres interromper o processo, sua queixa perde legitimidade do ponto de vista das profissionais.

As delegadas não reconhecem uma dimensão pedagógica no seu trabalho. Acreditam que as mulheres possuem um padrão de comportamento não influenciável ou alterável pelas ações desenvolvidas pela DEAM. A maioria das demandas que recebem é demanda

espontânea, conhecem pouco os outros serviços da rede, e as principais referências que têm afora o judiciário são as de atendimento hospitalar de casos de aborto legal. Não há consenso quanto à importância do atendimento psicossocial. Entre as causas da violência ganham destaque a questão da negociação do casal, o machismo, a ausência de diálogo e o ciúme. A causa mais imediata das situações de violência é o abuso de álcool pelo parceiro (KISS; SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 2007).

Jullyane Brasilino (2014) realizou sua pesquisa na Rede de serviços de acolhimento e proteção às mulheres em situação de violência em São Paulo e verificou que, apesar dos serviços oferecerem possibilidades de enfrentamento da violência, trata-se de uma situação complexa da qual por diversos motivos as mulheres não conseguem sair. Em um relato de uma das entrevistadas, ela pontuou que muitas vezes há uma ambiguidade no atendimento das delegacias normais, pois algumas mulheres desistem da denúncia quando são orientadas de que aquele ato causará problemas aos denunciados.

Ao falar da trajetória de Vera, uma das entrevistadas da pesquisa de Brasilino (2014), a pesquisadora observou a impotência da divulgação dos serviços existentes. O primeiro serviço buscado foi a Delegacia de Defesa da Mulher, este serviço muitas vezes é a porta de entrada das usuárias. A DDM não a encaminhou para outro serviço de rede de acolhimento e proteção à mulher em situação de violência, apenas foi feito o direcionamento para questões jurídicas. No Centro de Cidadania da Mulher, começou a ter acesso a orientações específicas de gênero, VCM, entre outros e, com o passar do tempo, tornou-se multiplicadora.

Para Bandeira (2014), ainda persistem problemas em relação ao atendimento/acolhimento das mulheres em situação de violência pelas DEAM'S. Além das restrições de capacitação e sensibilização de recursos humanos, que ainda possuem representações patriarcais sobre as mulheres, há carência de equipamentos necessários aos procedimentos de investigação e acompanhamento dos casos, reduzindo o êxito policial e dos demais trabalhos em rede.

#### 2.1.5 Centro de referência de atendimento às mulheres em situação de violência

Com a criação da SPM, as ações de enfrentamento à VCM foram ampliadas no sentido de promover e criar novos serviços, a exemplo do Centro de Referência de Atendimento às Mulheres em situação de violência (CRAM), Defensoria das mulheres, Promotorias especializadas, entre outros. Um aspecto importante desta ampliação foi a construção da Rede de Atendimento às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011b).

Dentro do desenho da Rede de Atendimento, no que se refere aos serviços especializados voltados para as mulheres, os CRAM's são estruturas do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres. Este equipamento tem como objetivo a ruptura das situações de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação). Ele deve, também, exercer o papel de articulador dos serviços organismos governamentais e não-governamentais que integram a rede de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social, em função da violência de gênero (BRASIL, 2006).

O objetivo primário da intervenção é cessar as situações de violência vivenciadas pelas mulheres atendidas sem ferir o seu direito à autodeterminação, mas promovendo meios para que ela fortaleça sua autoestima e tome decisões relativas à situação de violência. O foco da intervenção deve ser o de prevenir futuros atos de agressão e interromper o ciclo da violência (BRASIL, 2006).

Para algumas/uns autoras/es (SANTOS, 2015; BRASILINO, 2014; CÔRTEZ, 2008; KISS; SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 2007), a Casa Eliane de Grammont – São Paulo foi um dos primeiros equipamentos com características de CRAM. Segundo Santos (2015), a casa Eliane de Grammont e a Casa Helenira sempre tiveram uma relação de proximidade com segmentos dos movimentos de mulheres que abordavam a violência contra as mulheres na perspectiva feminista. As primeiras coordenadoras atuavam nos movimentos de mulheres, identificavam-se como feministas, eram militantes e tinham fundado ou trabalhado no SOS-Mulher de São Paulo ou em ONGs feministas, como o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Mesmo com a crise de financiamento das ONG's, no final dos anos 1990, a casa Eliane de Grammont sobreviveu e manteve sua linha de atuação baseada em sua experiência feminista, incorporando também a linguagem de gênero (SANTOS, 2015).

Côrtes, Luciano e Dias (2012), em uma pesquisa realizada no Centro de Referência da Mulher “Ednalva Bezerra”, na cidade de João Pessoa – PB, observaram que o órgão vem assumindo um papel significativo no atendimento às mulheres em situação de violência. Fato também referido por Leônidas A. Netto et al (2015) acerca do CRAM de Duque de Caxias/RJ, este possibilitou um “resgate” da autoestima e o alcance da autonomia financeira pelas usuárias. As pesquisas supracitadas concordam que é importante uma maior divulgação dos serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência e que estes serviços possam atuar de forma articulada com diversas áreas: educação, geração de trabalho e renda, segurança pública, inclusão social, cultura, justiça, saúde, dentre outras, para garantir a autonomia das mulheres e o enfrentamento da violência.

Diferentes portas de entrada podem proporcionar às mulheres o ingresso nas instituições antes de chegarem aos Centros de Referência especializados no atendimento às mulheres em situação de violência. A pesquisa realizada por Izumi (2015), no Centro de Referência da Mulher Casa Brasilândia – São Paulo, mostra que as mulheres chegam à instituição através de diferentes organismos, sendo poucas as que procuram o serviço espontaneamente. A maioria dos encaminhamentos foi originada da área de segurança pública (Delegacias, advogados particulares e defensoria pública etc); assistente social (ONG's, Centro de referência da assistência social - CRAS, Centro de referência especializada da assistência social – CREAS, Conselho Tutelar, casa-abrigo) e de Saúde (Centro de atenção psicossocial – CAPS, Unidades básicas de saúde, hospitais etc).

No Centro de Referência de Atendimento à Mulher Márcia Calixto - Porto Alegre, os serviços de saúde foram referidos pelas entrevistadas como as primeiras instituições buscadas pelas mulheres, pois, muitas vezes, a exposição em relacionamentos abusivos pode ocasionar sérios agravos para a saúde (COUTINHO, 2015). Já o estudo de Cortês, (2008) identificou que as mulheres que declararam ter sofrido violência do companheiro/ex-companheiro foram encaminhadas, em sua maioria, pelas DEAM's e os órgãos/funcionários/as da prefeitura. Milena S. Costa, Marcia Serafim, Aissa Romina Nascimento (2015), no estudo realizado no CRAM do município de Cajazeiras – PB, observou que as mulheres, na maioria das vezes, veem encaminhadas pelo CREAS, DEAM's e Conselho Tutelar.

O estudo realizado por Carvalho (2013), no Centro de Referência Loreta Valadares, identificou que em diversos espaços da rede, inclusive os de referência para a assistência às mulheres em situação de violência, julgaram seus relatos e negligenciaram a assistência. A autora destaca a necessidade de reavaliar o atendimento, principalmente daqueles centros de referência que não alcançam seus objetivos, ou seja, que não estejam pautado nas políticas de atenção às mulheres em situação de violência. Em relação à assistência prestada pelo Centro de Referência Loreta Valadares, as mulheres deram destaque positivo, uma vez que este serviço realiza o atendimento de qualidade, o que denota o alcance do objetivo da política e da norma técnica.

Côrtes, Luciano e Dias (2012) identificam que a sistematização das informações, através do banco de dados criado, poderá contribuir para suprir lacunas nos registros e uniformização das fichas de atendimento e para o delineamento das prerrogativas da Lei Maria da Penha 11.340/06, a fim de que a União, os estados e os municípios promovam estatísticas relativas às causas, às consequências e à frequência da violência, para o monitoramento das políticas públicas. Este trabalho pode contribuir com o estudo dos

processos sociais de produção e comunicação da informação e propor ações de informação em rede. Um dos fatores que contribuem para a subnotificação dos casos de violência é o preenchimento inadequado de informações relevantes, o que pode induzir a dados generalizados e que muitas vezes não representam a realidade (COSTA, SERAFIM, NASCIMENTO, 2015).

#### 2.1.6 Justiça

Em relação à Assistência Jurídica, Kiss, Schraiber e D'oliveira (2007) têm entre seus objetivos o atendimento à população de baixa renda. Por não se dedicarem, em sua maioria, exclusivamente ao atendimento de VCM, os/as profissionais desses serviços possuem discursos bastante diversos sobre o tema, não demonstrando grande potencial de inclusão e integração em uma potencial rede de assistência a mulheres em situação de violência. Os/as profissionais da Assistência e Orientações Jurídicas desconhecem outros serviços que atendem mulheres em situação de violência, possuindo pouca ou nenhuma perspectiva de trabalho intersetorial.

Para Meneghel, et al (2011), no que se refere ao setor jurídico, depois da denúncia efetuada na Delegacia da Mulher, é aberto um processo e enviado ao Ministério Público, onde é designado um/uma defensor/a para acompanhar as mulheres que não têm recursos. Os/as defensores/as nem sempre se inteiram do processo ou conhecem a pessoa que irão representar antes da audiência. Em adição, existe muita rotatividade entre eles/as, de modo que, durante o processo, uma mulher pode ser atendida por vários profissionais. Diante desse procedimento, as mulheres não se sentem devidamente ouvidas, entendidas e amparadas.

Os processos são agendados para audiência pública no único Juizado da Violência Doméstica e Familiar da cidade de Porto Alegre. As audiências são realizadas com periodicidade semanal e duram, em média, dez minutos. Nessa situação, as mulheres são inquiridas para decidir se querem manter a denúncia, reconciliar ou separar. Na audiência, elas são levadas a tomar decisões rapidamente, havendo uma pressão para que reconsiderem a queixa e retornem ao domicílio. Os entrevistados também apontaram para os limites institucionais, medidas legais de difícil fiscalização e falta de recursos e equipamentos sociais, como a Casa Abrigo. Como o município ainda não dispõe de uma Casa Abrigo e a polícia não tem condições de oferecer proteção por 24 horas, é difícil conscientizar as mulheres a fazer o boletim de ocorrência devido às consequências que ela pode enfrentar, expondo-se à reação do agressor. Outro limite percebido relaciona-se à morosidade dos processos judiciais.

Para Bandeira (2009, p. 429), ainda há nas práticas de alguns/algumas operadores de direito a “ideologia da conciliação” nos casos do direito em relação aos processos de VCM.

Questiona:

Diante das situações de violência de gênero, porque o judiciário se empenha em promover a “conciliação” entre o casal? Estaria o significado da conciliação, para além da des-responsabilização as situação de violência à esfera do privado, para que o casal busque solução?

### 2.1.7 Assistência psicossocial

Para Kiss, Schraiber e D’Oliveira (2007) os serviços de assistência psicossocial diferem bastante em relação às delegadas e às profissionais de assistência jurídica. Elas pensam a rede como parte de um projeto pessoal, nascido em trajetórias de vida marcadas pelo engajamento no movimento feminista e em propostas de mudança social. Sentem-se compromissadas com seu trabalho, mas apontam a dificuldade que enfrentam em ter reconhecimento por outros/as profissionais, seja da área médica ou da policial. As profissionais da assistência psicossocial são, em sua maioria, psicólogas. Uma das diferenças apontadas em relação às delegacias refere-se ao tipo de escuta oferecido pelos serviços. Enquanto, na delegacia, a escuta centra-se no registro da queixa, na assistência psicossocial, a fala das mulheres é o núcleo do trabalho. A falta de agilidade na resposta dos serviços também é vista como um fator inibidor da adesão da mulher à proposta do serviço de atenção psicossocial.

Assistência de orientação básica reúne serviços com vocação pluriprofissional e é caracterizada pelo predomínio trabalho de orientação e educativo. A maioria dos profissionais possui forte envolvimento com movimento feminista. Assim como na assistência psicossocial, a fala é valorizada como acesso à subjetividade das mulheres e caminho para seu fortalecimento, sempre dentro da perspectiva feminista (KISS; SCHRAIBER; D’OLIVEIRA, 2007).

### 2.1.8 Saúde

A partir de 1984, com o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), foi a primeira vez que aconteceu uma ação voltada exclusivamente para as mulheres na saúde pública. Porém, as questões de gênero nesse campo equivalem às especificidades ginecológicas e obstétricas (BANDEIRA, 2014).

Meneghel, et al (2011) argumenta que no setor saúde os operadores formulam um discurso ambivalente em relação às intervenções sobre a violência de gênero. Eles conhecem a política de enfrentamento à violência contra as mulheres, mas consideram que os serviços não estão funcionando adequadamente e não se sentem capacitados/as para atender os casos. Os/as profissionais da saúde mostram-se atemorizados em relação ao atendimento de violências e, apesar de toda a discussão sobre esse tema, ainda o consideram um assunto do âmbito privado.

Embora o setor saúde continue privilegiando as intervenções pautadas no modelo biomédico e a maioria das práticas se restrinja ao tratamento das lesões, algumas vezes, incluindo a concepção da violência como doença, direcionando o tratamento e isentando o autor de violência de responsabilidade, expondo as mulheres a violências adicionais. Meneghel, et al (2011) perceberam indicativos de que, mesmo de modo pouco sistematizado, há profissionais de saúde que diagnosticam a violência contra as mulheres e realizam medidas de intervenção eficazes e oportunas, mostrando sensibilidade, empatia e adequação. Porém, os/as autores/as identificaram que, muitas vezes, eles/as se limitam a ouvir a queixa da mulher e encaminhá-la a outros locais. No campo da saúde, as equipes que entrevistamos não se sentem capazes de prestar atenção integral às mulheres em situação de violência conjugal, limitando-se a tratar as lesões físicas e a referi-las ao setor policial.

### 3 ITINERÁRIOS DA PESQUISA: CAMINHOS E ENCONTROS

Neste capítulo, tento descrever os caminhos percorridos nesta pesquisa, tarefa que não é fácil. Como escrever de forma didática e linear um percurso que visualizo de forma espiral? Como transformar em palavras sensações, incômodos, alegrias etc. que me atravessaram durante a construção do projeto até o último dia da produção de dados? Talvez não consiga descrever aqui tudo que foi vivenciado, mas pretendo leva-lás/os a uma viagem através da leitura, dos incômodos e das alegrias que construíram essa pesquisa.

Benedito Medrado e Jorge Lyra (2015) exploram a metáfora/argumento da *pesquisa-viagem* ao recordar o filme roadmovie “Viajo porque preciso, volto porque te amo” (2009, p. 89), a partir da qual deixam claro que para eles a semelhança das viagens que se faz ao pesquisar não é coincidência:

*Viajo porque preciso*, porque desejo, necessito inclusive (des)construir meu conhecimento, (des)construir a mim, *Volto porque te amo*, porque isso não se faz sem a produção de vínculos. (...) Viajar é, portanto, uma experimentação do questionamento das parciais, precárias e provisórias, produções de verdade sobre o mundo e sobre si. Assim também, deveria ser encarada a produção de conhecimento científico (MEDRADO e LYRA, 2015, p. 89).

Esta metáfora me fez refletir sobre meu movimento de pensar e executar esta dissertação. O que apresento é um retrato, um momento capturado no instante em que estive presente naquele espaço e com aquelas/es que estavam comigo. O que aconteceu naqueles encontros, oficinas, conversas foi único. Assim como uma fotografia de viagem depois que você captura aquele instante e volta para uma nova foto o lugar não é o mesmo. Dessa forma, o que vou apresentar posteriormente acerca da perspectiva da equipe multiprofissional sobre o enfrentamento da violência contra as mulheres em Garanhuns/PE fala daquelas pessoas e daquele contexto.

A pesquisa ocorreu na Secretaria da Mulher de Garanhuns e Centro Especializado de Atendimento à mulher em situação de violência – Joana Beatriz de Lima e Silva (CEAM-JB). Participaram em diversos momentos da pesquisa 13 profissionais que assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e preencheram o questionário (apêndice F):

**Quadro 3 – Dados sobre as interlocutoras da pesquisa**

<b>Interlocutoras da pesquisa<sup>5</sup></b>			
<b>Nome</b>	<b>Sexo ao nascer</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Ano de ingresso</b>
Acácia	Feminino	Nível Superior	2013
Amarilis	Feminino	Nível Superior	2013
Tulipa	Feminino	Nível Médio	2013
Violeta	Feminino	Nível Médio	2013
Girassol	Feminino	Nível Superior	2013
Hortênci	Feminino	Nível Médio	2013
Lírio	Feminino	Nível Superior	2014
Magnólia	Feminino	Nível Superior	2015
Orquídia	Feminino	Nível Superior	2015
Dália	Feminino	Nível Médio	2016
Jasmin	Feminino	Nível Médio	2016
Azaléia	Feminino	Nível Superior	2017

**Fonte:** Elaboração desta pesquisadora.

Nos próximos tópicos vamos apresentar os caminhos epistemológicos que orientam esta pesquisa e de forma detalhada como ocorreu o levantamento de informações.

### 3.1 CAMINHOS EPISTEMOLÓGICOS

O presente estudo se constitui como uma pesquisa qualitativa. Para Maria Cecília S. Minayo e Iara C. Z. Guerriero (2014), as pesquisas qualitativas e antropológicas estão conectadas com desejos, necessidades, objetivos de uma sociedade democrática, pois os/as pesquisadores/as devem assumir compromissos de cidadania com as pessoas e temas com os quais trabalham. Existem inúmeras técnicas e referenciais para as pesquisas de abordagem qualitativa, mas apesar da pluralidade todas as abordagens têm um único objetivo: compreender o sentido ou a lógica interna que os sujeitos atribuem a suas ações, representações, sentimentos, opinião e crenças.

Minayo e Guerriero (2014) apontam que a pesquisa antropológica ou qualitativa valoriza a compreensão dos processos e não apenas o resultado, incluindo o que é singular num contexto histórico e social ampliado. Para isto, faz-se necessário que os indivíduos e os grupos sejam entendidos em meio a sua história e circunstâncias. Além da abordagem qualitativa, esta pesquisa tem inspiração nas pesquisas feministas e do Construcionismo Social.

<sup>5</sup> Optamos por não colocar informações como idade, cargo etc, afim de garantir o anonimato das interlocutoras da pesquisa, uma vez que o município em que a pesquisa foi desenvolvida é de pequeno porte e as mesmas poderiam ser identificadas com facilidade.

### 3.1.1 Pesquisa de Inspiração Feminista

De acordo com Mary M. Gergen (1993), há várias críticas importantes ao paradigma empirista na Psicologia que são relevantes para a avaliação feminista das ciências sociais. A autora traz cinco questões que são fundamentais para embasar esta crítica, a primeira refere-se à posição do/a cientista como um/uma observador/a independente, que minimiza qualquer relacionamento entre si e o objeto de estudo. Esta perspectiva é criticada pelas feministas por esta visão ser apresentada como limitada e androcêntrica, a possibilidade seria admitir a conexão entre as pessoas, reconhecer os laços nos contextos sociais e construir métodos científicos nessas bases.

O segundo aspecto diz respeito à descontextualização do fenômeno, as objeções das feministas a este processo se concentram nas consequências que se abateram nas mulheres como objetos de estudo, as mulheres “descontextualizadas” são, muitas vezes, isoladas de suas circunstâncias, fazendo com que, muitas vezes, passe-se por cima de importantes fatores sociais e culturais que influenciam a vida das mulheres.

A terceira perspectiva relaciona-se à possibilidade da teoria e da prática isenta de valor, as cientistas feministas rejeitam a hipótese de que o conhecimento e sua criação possam estar isentos de valor (GERGEN, 1993).

A quarta questão está relacionada à possibilidade de fatos brutos, que se refere a um paradigma tradicional que estabelece o mundo como independente do/a observador/a, na perspectiva feminista, observa-se que todos os aspectos do método científico requerem atos de interpretação. As interpretações são necessárias para selecionar ou criar vocabulários e um modelo teórico. As pensadoras feministas são críticas em relação ao fato de que a linguagem científica foi modelada com o fim de produzir um mundo androcêntrico de “fatos” que, frequentemente, dá aos homens vantagens sobre as mulheres (GERGEN, 1993).

A última perspectiva diz respeito à superioridade da ciência e do/a cientista, as feministas defendem realçar a voz dos/as participantes da pesquisa, o/a cientista deve respeitar o valor em potencial das ideias dos objetos de pesquisa e estar ao máximo sensibilizado/a para as perspectivas dos/as pesquisados/as e suas experiências. A pesquisa de inspiração feminista quer que se reconheça que cientista, objetos de pesquisa e fatos estão todos/as inter-relacionados/as, envolvidos/as em influências recíprocas e

sujeitos a constrangimentos lingüísticos e de interpretação (GERGEN, 1993). Observa-se que os paradigmas da crítica ao empirismo na Psicologia e sua influência para a epistemologia feminista centram-se na discussão acerca do essencialismo no qual o feminino é representado pela ciência, o que resvala no enquadramento em categorias universais não levando em conta o contexto no qual os sujeitos estão inseridos.

Lourdes Bandeira (2008), afirma que as mudanças provocadas pela crítica feminista, a partir da noção de gênero, produziram novas formas de compreender o mundo, evidenciando uma nova dialética das práticas sociais, novos comportamentos, linguagem e olhares.

As metodologias de investigação feminista resgatam o valor da reflexão e da crítica subjacente à avaliação dos efeitos da dimensão relacional e social na produção dos discursos científicos. O que pode ser esperado com o uso desse tipo de metodologia é a oportunidade de nos tornarmos reflexivos/as. Ou seja, reconhecer a influencia dos fatores históricos, culturais e políticos na construção do conhecimento, bem como o reconhecimento do envolvimento dos/as investigadores/as na produção da ciência e seus discursos (NEVES; NOGUEIRA, 2005).

### 3.1.2 Perspectiva Construcionista

Questionando os pressupostos do essencialismo e do humanismo, a teoria do Construcionismo Social moveu-se do centro da atenção das pessoas para o domínio social. A psicologia, nesta perspectiva, torna-se o estatuto de ser socialmente construída, produto de discursos históricos e culturalmente contingentes, discursos que trazem consigo uma rede complexa de relações de poder (NOGUEIRA; NEVES; BARBOSA, 2005). Dessa forma, as pesquisas construcionistas ocupam-se principalmente em explicar os processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam, ou, de alguma forma, dão conta do mundo em que vivem (incluindo a si mesmas) (GERGEN,2009).

Spink (2010), ao falar do Construcionismo Social, traz três pressupostos para compreendê-lo: 1) *Epistemológicos*, o conhecimento não representa a realidade, pois não é possível distinguir nossa inteligência sobre o mundo e o mundo como tal; 2) *Natureza Humana*, o conhecimento é tomado como prática social, os objetos e os critérios de verdade são produções sociais que se institucionalizaram por meio de processos de habituação. 3) *Metodológicos*, a pesquisa para o Construcionismo traz uma

postura desreificante, desnaturalizante, desessencializadora que radicaliza ao máximo a natureza social do nosso mundo vivido e a historicidade de nossas práticas.

Para Spink e Medrado (2013, p. 26), as práticas discursivas tendo como referencial teórico-metodológico o Construcionismo Social e o trabalho de psicólogos/as sociais podem ser definidas

como linguagem em ação, ou seja, as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentido e se posicionam em relações sociais cotidianas. As práticas discursivas têm como elemento constitutivo: a dinâmica, ou seja, os *enunciados* orientados por *vozes*; as formas, que são os *speech genres* e os conteúdos que são os repertórios interpretativos.

Ao definir as práticas discursivas, os/as autores/as trazem alguns conceitos importantes: *speech genres*, enunciados, vozes e repertórios interpretativos. A partir de Bakthin, Spink e Medrado (2013) definem os *speech genres* ou gêneros de fala como formas mais ou menos estáveis de enunciados, que buscam coerência com o contexto, tempo e os interlocutores/as. Dessa forma, este conceito focaliza o habitual gerado pelos processos de institucionalização que ocorrem tanto no nível macro (sistemas políticos e disciplinares) como no nível mais restrito de grupos sociais.

Os enunciados e vozes caminham juntos e descrevem o processo de interanimação dialógica na conversação. Os enunciados são endereçados a uma ou várias pessoas e se interanimam mutuamente com as vozes que podem ser compreendidas como os interlocutores (pessoas) presentes ou presentificados no diálogo (SPINK e MEDRADO, 2013).

Os repertórios interpretativos são unidades de construção das práticas discursivas, que dizem respeito a:

Conjunto de termos, descrições, lugares comuns e figuras de linguagem – que demarcam o rol de possibilidades de construções discursivas, tendo como parâmetro o contexto em que as práticas são produzidas e os estilos gramaticais específicos ou *speech genres* (SPINK E MEDRADO, 2013, p. 28).

Ao entender que o uso dos repertórios interpretativos nas práticas discursivas cotidianas, percebo que eles possuem uma inscrição na história. Dessa forma, Spink e Medrado (2013) observam a necessidade de trabalhar o contexto discursivo em três tempos históricos: 1) *tempo longo*, marca os conteúdos culturais ao longo da história da civilização; 2) *tempo vivido*, das linguagens sociais aprendidas pelos processos de socialização; 3) *tempo curto*, marcados pelos processos dialógicos. Para compreender o modo como os sentidos circulam na sociedade, é necessário considerar as interfaces desses tempos nos quais se processa a produção de sentidos.

## 3.2 CAMINHOS PERCORRIDOS

O levantamento de informações da pesquisa ocorreu entre janeiro a maio de 2017, porém, antes do início da produção de dados ocorreram vários encontros para discutir a proposta da pesquisa com as profissionais da instituição. Apresentei a proposta à equipe antes da construção do projeto para qualificação e após a contribuição da banca houve algumas alterações; antes de submeter ao Comitê de Ética em Pesquisa, apresentei à equipe novamente. Dessa forma, compreendo que esta pesquisa foi co-construída junto à equipe multidisciplinar da SecMul-GUS e do CEAM-JB, fato que possibilitou que os instrumentos fossem pensados e repensados durante o processo junto com as interlocutoras.

Para uma melhor compreensão do caminho percorrido na pesquisa, detalharei cada passo, porém, é importante frisar que eles ocorreram, na maioria das vezes, de forma simultânea.

### 3.2.1 1º Passo: Observação no Cotidiano

A observação deve ser compreendida como empreendimento dialógico não controlado. Dessa forma, há um envolvimento, em certa medida, dos conflitos, tencionamentos em relação à colaboração entre pesquisador/a e participantes da pesquisa (CARDONA; CORDEIRO; BRASILINO, 2014). Nesta pesquisa, optamos pela observação no cotidiano. Spink (2007) discorre que a ênfase dada *no* ao invés *do* cotidiano refere-se ao fato de o/a pesquisador/a participar das ações que se desenrolam nos espaços de convivência, compartilhando das normas e expectativas e permitindo assim a pressuposição de uma compreensão partilhada dessas interações.

Peter Spink (2008) compreende o cotidiano como microlugares, ele chama atenção à importância do acaso diário, dos encontros e desencontros, do falado e ouvido nos diversos espaços e dos breves encontros e de passagem. Os microlugares, assim como os lugares, somos nós que construímos e continuamos a fazê-lo numa tarefa coletiva permanente e sem fim.

Os locais em que a observação ocorreu não foram estabelecidos *a priori* e sim de forma fluida durante a vivência da pesquisa, a partir do diálogo com as/o interlocutoras/o, que me chamavam em alguns momentos para participar de atividades específicas, e do meu desejo de compreender algumas ações realizadas. Segue abaixo o detalhamento de alguns espaços onde a observação ocorreu:

Quadro 4 – Contextos onde a observação no cotidiano ocorreu.

CONTEXTOS DA OBSERVAÇÃO	
Cotidiano da SecMul-GUS e CEAM-JB	Fiquei em todos os setores para compreender o fluxo dos atendimentos e as ações de prevenção;
Atendimento às mulheres em situação de violência	Participei com a equipe multidisciplinar do atendimento individual a duas usuárias;
Reunião com equipamentos da rede	Conselho Tutelar e Programa Mãe Coruja;
Reunião de equipe	Estas reuniões ocorriam de forma sistemática para definir atividades a serem feitas e/ou discussão de alguma questão que precisava ser resolvida pela equipe da SecMul e CEAM-JB;
Ação do projeto movimento <sup>6</sup>	Participei de duas ações em clínicas particulares;
Ação do projeto Maria da Penha vai à escola <sup>7</sup>	Participei de uma ação em uma escola estadual e uma reunião com a gestora de uma escola municipal;
Ida à 9ª DPMul	Duas idas (uma com a estagiária de direito e uma com a assistente social).

**Fonte:** Elaboração desta pesquisadora.

Durante os meses em que a pesquisa foi realizada, não tive dificuldades em participar de nenhuma atividade que as profissionais realizaram dentro ou fora da instituição, como também não houve resistências em relação à minha presença em reuniões de equipe. Compreendendo que a observação não é neutra, Cardona, Cordeiro e Brasilino (2014) discutem que a/o pesquisadora/o deve refletir sobre sua interação e os sentidos dados a ela pelas pessoas e o lugar. Esse empreendimento dialógico nem sempre é evidente; faz parte do processo de convivência, que também influencia nas formas e condições para o registro do que é observado.

Dessa forma, no decorrer da pesquisa refleti sobre meu lugar como pesquisadora e minha aproximação com as interlocutoras. Compreendo que duas questões foram essenciais para que não houvesse resistência por parte da equipe: a primeira deve-se ao fato que já conhecia grande parte das profissionais e fui estagiária durante a Residência nesta instituição; a segunda atribuo aos encontros anteriores ao levantamento das informações, em que apresentei a proposta da pesquisa para toda a equipe, escutei sobre

<sup>6</sup> O Projeto Movimento será detalhado no capítulo de análise.

<sup>7</sup> O Projeto Maria da Penha vai à escola será detalhado no capítulo de análise.

o que tinham achado da proposta, incorporei ideias e modifiquei algumas questões que havia planejado depois destas conversas. Uma das modificações mais significativas foi a incorporação da equipe da SecMul-GUS, pois a princípio a pesquisa seria apenas com as profissionais do CEAM-JB. Na reunião em que eu apresentei a proposta, uma das interlocutoras disse que não conseguia ver uma separação entre o trabalho dos dois lugares, que eles eram complementares e que a equipe trabalhava de forma articulada. Dessa forma, compreendi que não tinha sentido que minha pesquisa tivesse como foco apenas um aspecto do trabalho e as duas instituições deveriam ser incluídas.

Para o registro da observação no cotidiano, foi utilizado o diário. Os/a autores/a Benedito Medrado, Mary Jane Spink e Ricardo P. Mélo (2014) argumentam que este instrumento deve ser considerado como participante da pesquisa, com ele e nele a pesquisa começa a ter fluidez na medida em que o/a pesquisador/a dialoga com o diário, construindo relatos, dúvidas, impressões que produzem a pesquisa. Esta relação entre o/a pesquisador/a e o diário possibilita o rompimento do binarismo sujeito-objeto, o que permite a potencialização da pesquisa. O que se deve anotar nas cadernetas ou em outros aparatos é um conjunto de fragmentos (tópicos, trechos de fala, fluxos, entre outros) que posteriormente devem ser submetidos a uma organização narrativa.

Em uma pesquisa sobre Paternidade no cotidiano de uma unidade de saúde realizada, por Medrado et al (2011), utilizaram para o registro-análise o “diário de bordo”, os/as autores/as enfatizam duas dimensões importantes para o uso deste instrumento: a primeira é a ideia do diário como uma produção narrativa particular produzida pelo/a pesquisador/a no sentido de apropriação e construção singular; a segunda dimensão refere-se ao termo “bordo” ao invés de “campo” para demarcar um indissociável relação entre sujeito-objeto, visibilizar a ideia de “viagem” na qual se inscreve elementos como movimentos, transições, desvios, atalhos, imprevistos etc.

A utilização do diário de bordo contribuiu para pensar as oficinas, técnicas e temas, bem como compreender e recordar situações e acontecimentos durante a vivência da pesquisa.

### 3.2.2 2º Passo: Análise de Documentos Públicos

Peter Spink (2013) se refere aos documentos de domínio público como produtos sociais tornados públicos. O/a pesquisador deve agir eticamente e com responsabilidade na análise destes materiais. Para ele, como práticas discursivas estes documentos podem

assumir diferentes formas, como: arquivo, diários oficiais, jornais, revistas, publicidade, manuais, relatórios de gestão, entre outros. A escolha de material pode ser feita a partir de uma análise inicial do campo ou pode emergir ao acaso, pois o/a pesquisador/a no campo de produção de sentido aprende a ser catador/a permanente de materiais possivelmente pertinentes.

Nesta pesquisa, a escolha dos materiais de domínio público ocorreu a partir do que foi referenciado pelas interlocutoras da pesquisa como materiais importantes para a instituição (decretos, leis, estatísticas) e os materiais didáticos produzidos pela equipe que encontrei na sede da instituição e os que eram entregues as usuárias do serviço e nas ações de prevenção. Segue abaixo o detalhamento dos materiais:

**Quadro 5** – Documentos públicos que foram objetos de análise

<b>DOCUMENTOS</b>	<b>OBJETIVO</b>
Decreto nº 084/2015	Institui o Plano de Enfrentamento da violência de gênero no município de Garanhuns e dá outras providências.
Decreto nº 085/2015	Dispõe sobre ação estratégica de prevenção à violência contra a mulher por meio do projeto “Maria da Penha vai à escola”.
Plano anual de trabalho da Secretaria da mulher do município de Garanhuns/PE – 2016	Plano de atividades para 2016.
Demonstrativo dos anos 2014 – 2016	Estatística dos atendimentos e ações de enfrentamento à violência contra a mulher realizados pela secretaria da mulher e centro de referência.
Número de acompanhamento às assistidas de janeiro a dezembro – 2016	Dados dos atendimentos do CEAM-JB.
Lei nº 4386/2017	Institui o Plano de enfrentamento da “violência de gênero feminino” no município de Garanhuns e da outras providências.
Materiais produzidos pela secretaria e centro de referência	Folder (Plano de segurança, Explicativo sobre violência e sobre o CRAM e da Câmara Técnica).

**Fonte:** Elaboração desta pesquisadora.

Os documentos (lei e decretos municipais) referenciados pelas profissionais foram importantes para compreender o processo e o momento histórico do enfrentamento à violência contra as mulheres em Garanhuns, bem como os entraves e acordos com o

poder público municipal, tendo fornecido inclusive subsídios para a discussão na primeira oficina. As estatísticas de atendimento e ações de prevenção possibilitaram identificar o perfil das usuárias da SecMul e do CEAM-JB e extensão do trabalho de prevenção realizado. Através dos materiais educativos pude observar as nomeações utilizadas pelas interlocutoras da pesquisa em relação à temática da violência contra a mulher.

### 3.2.3 3º Passo: Oficinas

A escolha da oficina como método de produção de informação deve-se ao fato de que esta modalidade grupal, segundo Mary Jane Spink, Vera Menegon e Benedito Medrado (2014) são espaços com potencial crítico de negociação de sentidos, o que permite uma visibilidade de argumentos, posições e deslocamentos entre outros elementos privilegiados para a análise sobre produções de jogos de verdade e processos de subjetivação.

Os/as autores/as supracitados/as ressaltam o potencial das oficinas em promover o exercício ético e político, pois ao mesmo tempo em que será gerado material para análise, criamos um espaço para trocas simbólicas que potencializam a discussão do grupo em relação à temática proposta, o que pode gerar conflitos construtivos no que tange ao engajamento político de transformação. O efeito da oficina para os/as participantes e pesquisador/a não se limita ao registro de informações que serão utilizados no estudo, uma vez que há uma sensibilização das pessoas para as temáticas trabalhadas, possibilita a convivência com a multiplicidade de versões e sentidos sobre o tema.

O que Spink, Menegom e Medrado (2014) falam acerca do efeito da oficina para os/as participantes aproxima-se do que Maria Lúcia Afonso (2015) aponta como uma questão central que o grupo se propõe a elaborar, pois para ela durante a oficina os sujeitos trabalham a experiência através da comunicação de maneira integral (sentir, pensar, agir).

A autora observa que a reflexão não emerge automaticamente da experiência, pois esta precisa ser compreendida e descrita para ser objeto da reflexão. Dessa forma, para chegar ao foco de elaboração, é necessário, de maneira implícita ou explícita, ter passado por outros focos do processo grupal, sendo descritos pela autora cinco processos.

O primeiro seria a sensibilização dos/as participantes sobre sua experiência em

relação ao tema, em seu contexto social, envolvendo relações de sentimentos no aqui agora dos grupos, pertencimentos, identificações e sensibilização diante de vivências fora do grupo. O segundo foco diz respeito ao esclarecimento e sistematização dos participantes sobre suas experiências, ou seja, à elucidação e reconstrução da narrativa que tecem o vivido e o pensado (AFONSO, 2015).

O terceiro foco diz respeito à elaboração da experiência ao mobilizar narrativas sistematizadas no grupo e as reinvestir de significados, partindo da demanda do grupo e em sua rede de transferências. O quarto foco necessita da reconstrução/desconstrução de representações e identidades sociais, o que implica a construção de novos olhares e formas de escuta da realidade. O último foco envolve processos de decisão em relação às relações interpessoais e sociais (AFONSO, 2015).

Quando elaboramos o planejamento das oficinas (*apêndice C*), levamos em conta os objetivos da pesquisa, elementos da observação no cotidiano e esses elementos descritos por Afonso (2015) para que o grupo chegue à elaboração. Um importante elemento no planejamento e na execução das oficinas foi a escolha das técnicas utilizadas. Para Afonso (2015, p. 57), as técnicas utilizadas nas oficinas “configuram-se como estratégias, jogos, atividades que motivam a ação e comunicação no sentido de facilitar, esclarecer e elaborar o processo grupal”. Logo, elas devem ser tomadas como meios e não como fins, pois a partir delas pode-se expandir o conhecimento no grupo e abrir possibilidades de interação. Dessa forma, as técnicas são linguagens e armam uma encenação de relações ou situações a se trabalhar, o processo de tradução entre as linguagens, do lúdico ao compreensivo, propicia o *insight*, na medida em que o grupo fala sobre o que encenou operando no registro da fala. Dessa forma, a abertura perceptiva e a criatividade na vivência de técnicas ajudam nesse processo.

Um elemento muito importante para o planejamento e a execução das oficinas foi a participação de duas co-facilitadoras: Audrey Luciane de Melo Rodrigues e Marta Simone Martins de Melo<sup>8</sup>. A participação delas foi fundamental para a fluidez das oficinas, pois elas auxiliaram na entrega dos materiais, na sistematização do que estava sendo falado pelas/o interlocutoras/e. E, além disso, a partir do olhar e escuta delas pude enxergar outros elementos que sozinha não teria conseguido por estar, em muitos momentos, imersa nos objetivos da minha dissertação, no cotidiano da pesquisa e por minha vinculação com algumas

---

<sup>8</sup> Audrey Luciane de Melo Rodrigues, é formada em Serviço Social e durante o período da pesquisa estava realizando um trabalho voluntário na Secretaria da Mulher de Garanhuns/PE. Marta Simone Martins de Melo é Psicóloga e uma amiga. Convidei as duas para colaborar nas oficinas.

profissionais. Os (re)encontro, conversas, risos e compartilhamento de alegrias e preocupações foi essencial durante todo o percurso de trabalho e para minha reflexão depois dele.

Ao definir como ponto de partida o olhar das/os profissionais da SecMul e do CEAM-JB sobre as ações de enfrentamento da VCM no município de Garanhuns/PE, deparei-me com algumas dificuldades: como pensar a trajetória de cada profissional e as ações da instituição em duas horas de oficina? Que técnicas utilizar? E, principalmente, o que fazer para que as/os profissionais, depois de um dia intenso de trabalho, participassem de uma oficina após o expediente? Estes e outros questionamentos me invadiram a cada nova observação no campo e planejamento de oficina.

As respostas também estavam nos mesmos lugares de onde estas perguntas vieram: nas observações e nas conversas com as/os interlocutores desta pesquisa. Compreendi durante o processo que a adesão das/os profissionais em relação à pesquisa ocorreu porque se sentiram co-participantes desde a construção do projeto até a minha entrada no campo. Dessa forma, ao pensar sobre os temas e técnicas utilizadas para as oficinas, não o quis fazer de modo solitário. Além dos diálogos com as co-facilitadoras, orientador e Mirela, busquei discutir com as participantes da pesquisa as ideias do que pretendia fazer e sobre o que gostaria de abordar em cada oficina.

Para Afonso (2015, p. 31), “a oficina deve ser um trabalho aceito pelo grupo, nunca imposto”, dessa forma, a apropriação e aceitação do trabalho que irá ser realizado pelos participantes é fundamental. Ao se referir a um dos momentos de preparação da oficina, a autora supracitada diz que ao analisar a demanda é preciso ter uma escuta articulada ao contexto sociocultural, “a partir do diálogo com o grupo atendido na medida em que procura construir com esse grupo, uma proposta de oficina”.

Foram realizadas três oficinas do início no mês de março até o mês de maio, em encontros quinzenais. O planejamento da primeira oficina foi realizado após um (01) mês de observação, a segunda e terceira neste intervalo de quinze dias. Optamos por fazer o planejamento à medida que cada oficina fosse encerrada para que a proposta apresentada ao grupo fosse adequada à realidade na qual as/os interlocutoras/e estavam inseridas/os.

A escolha dos temas foi realizada a partir dos objetivos da pesquisa, mas também levando em consideração as observações no cotidiano.

**Quadro 6 – Organização das oficinas**

<b>OFICINAS</b>	
<b>Quantidade de participantes</b>	<b>Tema</b>
09	(Re)contando nossa história.
08	Ações de enfrentamento à violência contra a mulher.
10	Rede de Atendimento à mulher em situação de violência.

**Fonte:** Elaboração desta pesquisadora.

Durante o capítulo de análise serão explicadas como ocorreram cada oficina.

### 3.2.4 4º Passo: Análise de dados

Para a organização dos materiais foi utilizado o Mapa Dialógico, que seguiu os seguintes passos: 1) No primeiro momento, realizei a Transcrição sequencial, que diz respeito à primeira aproximação com o material que foi analisado. Isto ocorreu a partir da identificação das falas e vozes; 2) Foi realizada a Transcrição integral do material, incluindo as falas e expressões comunicadas, de forma literal (NASCIMENTO; TAVANTI; PEREIRA, 2014). Foi feito um mapa para cada oficina.

Após a organização do material, através dos mapas dialógicos, foi realizada a análise através do quadro abaixo.

**Quadro 7 – Quadro de análise**

<b>OFICINA</b>				
	<b>Nomeações</b>	<b>Repertórios</b>	<b>Vozes</b>	<b>Incidentes críticos</b>

**Fonte:** Medrado e Lyra (2015)

Na coluna Nomeações, foram registrados termos, expressões associadas ao objeto da pesquisa. Não deve ser uma simples descrição ou indicação, mas uma classificação, dar a algo uma característica, um valor. Portanto, é preciso entender os usos e/ou efeitos que uma nomeação provoca (MEDRADO; LYRA, 2015).

Na coluna Repertórios, foram incluídos extratos de textos, a partir dos quais foi possível identificar argumentos, expressões, metáforas etc., empregadas para caracterizar e avaliar ações, evento e outros fenômenos. Dessa forma, configura-se como um dispositivo útil para análise da produção de sentidos de uma determinada questão associada ao objeto da pesquisa (Id. Ibid).

Na coluna Vozes, foram incluídos todos os/as interlocutores/as (humanos ou não humanos) referidos na oficina e nos documentos acionados para construção ou refutação de

um argumento, opinião ou ideia geral. As vozes compreendem os/as interlocutores/as (pessoas, instituições, documentos de domínio público, outros textos e materialidades diversas) presentes ou presentificados no texto (Id. Ibid).

Os incidentes críticos compreendem os acontecimentos referidos pelos/as entrevistados, durante as entrevistas, (ou citadas no corpo de um documento), que fazem alusão a momentos de negociação de conflitos que se constituem como controvérsias públicas. Na análise, interessam os incidentes críticos que se associam ao tema-foco da pesquisa (Id. Ibid).

### 3.3 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

No que se refere às questões éticas, esta pesquisa corrobora com o que Spink (2000) chama de ética dialógica. A pesquisa nesta perspectiva parte do pressuposto de que a *dialogia* é intrínseca aos processos de coleta e interpretação de dados, ressignificando a relação entre pesquisador e participantes. É importante que uma pesquisa que siga este pressuposto passe por três cuidados éticos essenciais na pesquisa.

O primeiro refere-se aos consentimentos informados: ao acordo inicial que sela a colaboração, tem como princípio básico a transparência entre pesquisador/a e participantes, bem como o consentimento informado deve ser visto de forma processual e passível de revisão por todos/as que estiverem participando da pesquisa. O consentimento da instituição e das/o interlocutoras/e ocorreu no início para fins burocráticos e entrada no comitê de ética, mas durante a pesquisa ele foi negociado a cada novo convite para participar das oficinas, nas conversas e para as fotos que foram tiradas.

O segundo cuidado ético é a proteção do anonimato, um mecanismo de proteção que implica a não revelação de informações que possam identificar os/as participantes. A veiculação das fotos das oficinas foi negociada com as/o participantes, que expressaram que gostariam que seus rostos não fossem cobertos e assinaram a autorização para uso de imagens.

O terceiro cuidado ético refere-se ao resguardo do uso abusivo do poder na relação entre pesquisador/a e participantes: diz respeito ao reconhecimento dos processos de interanimação dialógica, o/a pesquisador/a deve assegurar aos/as participantes o direito de não-revelação ou de revelação velada. Como descrito em outro tópico, eu já tinha vinculação com a maior parte das profissionais da instituição e tive

acesso a questionamentos da vida íntima e profissional da maioria das participantes, dessa forma na análise busquei refletir sobre as diversas falas e situações para considerar apenas aquelas pertinentes para minha pesquisa. Outra estratégia para minimizar o uso abusivo de poder nesta relação é que, ao concluir minha análise, apresentei para as interlocutoras que participaram da pesquisa e elas poderiam vetar algo que não estivessem de acordo.

Durante todo o processo da pesquisa, levamos em conta os três aspectos descritos acima. Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), seguindo a resolução 466/2012, número do parecer 2.472.673.

#### **4 ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: ENTRE RESISTÊNCIAS, AFETOS E CUIDADOS**

A escolha do subtítulo desta análise, “entre resistências, afetos e cuidado”, representa o que escutei durante as observações e oficinas com as participantes da pesquisa, que cotidianamente precisam “mostrar” e reafirmar para a gestão, para a comunidade e para as mulheres que o trabalho que realizam é relevante. Assim como o cuidado entre a equipe e com as usuárias do serviço.

O conceito de enfrentamento, adotado neste trabalho, está alinhado ao da Política Nacional de Enfrentamento à violência contra as mulheres (BRASIL, 2011a), que diz respeito à implantação de políticas amplas e articuladas que procurem dar conta da complexidade da VCM em todas as suas expressões. Para isto, devem ser realizadas ações conjuntas de diversos setores (saúde, justiça, assistência social, entre outros) com o objetivo de desconstruir e dirimir desigualdades e discriminações de gênero e VCM, bem como buscar interferir nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira e garantir o atendimento qualificado e humanizado às mulheres em situação de violência, promovendo o seu empoderamento.

Esta noção de enfrentamento está articulada às dimensões de prevenção, assistência e de garantia de direito das mulheres (BRASIL, 2011a). As ações da SecMul-GUS e do CEAM-JB se alinham a esta definição. Dessa forma, neste capítulo de análise busco refletir sobre as ações de enfrentamento às situações de violência contra as mulheres, realizadas pelas profissionais participantes da pesquisa. De início, viajaremos à história da instituição, depois, serão aprofundadas as linhas de ação das instituições: prevenção, atendimento às mulheres em situação de violência e articulação intersetorial.

##### **4.1 (RE)CONTANDO NOSSA HISTÓRIA**

Antes de falar sobre as instituições, compreendo que é importante situar o município onde ocorreu a pesquisa. Garanhuns está localizada na Mesorregião do Agreste Pernambucano e região de desenvolvimento do agreste meridional. Sua geografia está situada no Planalto da Borborema, o que coloca a cidade em posição estratégica em relação aos grandes centros urbanos do Nordeste, sendo cortada por uma malha rodoviária composta por rodovias federais

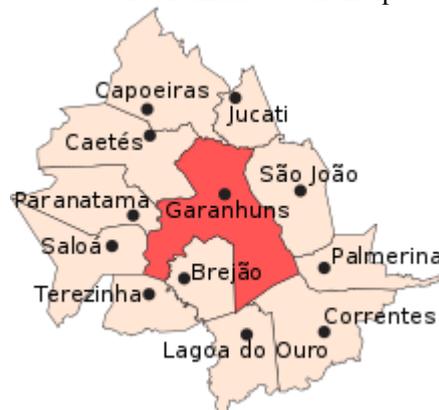
e estaduais (GARANHUNS, 2017). De acordo com o censo de 2010 (IBGE, 2017), o município conta com uma população de aproximadamente 129.408 habitantes.

A cidade também é um centro regional de educação e saúde. Na saúde, conta com o Hospital Regional Dom Moura (HRDM), Unidade Pernambucana de Atenção Especializada (UPAE), e diversas clínicas e hospitais particulares. Na educação, a Universidade de Pernambuco – UPE (*Campus Garanhuns*); a Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE (Unidade Acadêmica de Garanhuns); a AESGA – Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns, mantenedora das Faculdades de Direito (FDG), Administração (FAGA), Ciências Sociais Aplicadas e Humanas (FAHUG) e Ciências Exatas de Garanhuns (FACEG), os quais oferecem cursos de graduação e pós-graduação (GARANHUNS, 2017).

Além da demanda de Instituições que oferecem Ensino a Distância, para formação e qualificação de profissionais, há a oferta de diversos cursos de informática. A cidade conta com os serviços e cursos disponibilizados pelo SEBRAE, SENAC, SESI, SESC e uma unidade do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) (GARANHUNS, 2017).

Por ser um polo de saúde e educação importante na região, há um grande fluxo de pessoas das cidades circunvizinhas que buscam diversos serviços na cidade.

**Figura 2** – Cidades circunvizinhas do município de Garanhuns/PE.



**Fonte:** Wikipédia.

Esta busca de serviços também contempla a SecMul-Gus e o CEAM-JB, seja através de demanda espontânea, encaminhamento pela 9ª DEAM ou pelo trabalho realizado com as gestoras dos municípios circunvizinhos.

Na primeira oficina, tivemos como foco a história da SecMul-Gus e do CEAM-JB e para isto utilizamos como técnica a *linha do tempo*<sup>9</sup>. O recorte temporal escolhido foi de 2013 até abril de 2017. Com a linha formada na parede, solicitei que cada profissional colasse seu

<sup>9</sup> Os eventos marcantes referenciados pelos/as profissionais, na linha do tempo, serão discutidos em diferentes momentos deste capítulo.

nome em cima do ano e contasse um pouco de sua chegada na instituição e sua trajetória, bem como quais projetos e ações eram realizados pela instituição naquele período.

**Figura 3** – Linha do tempo construída na primeira oficina.



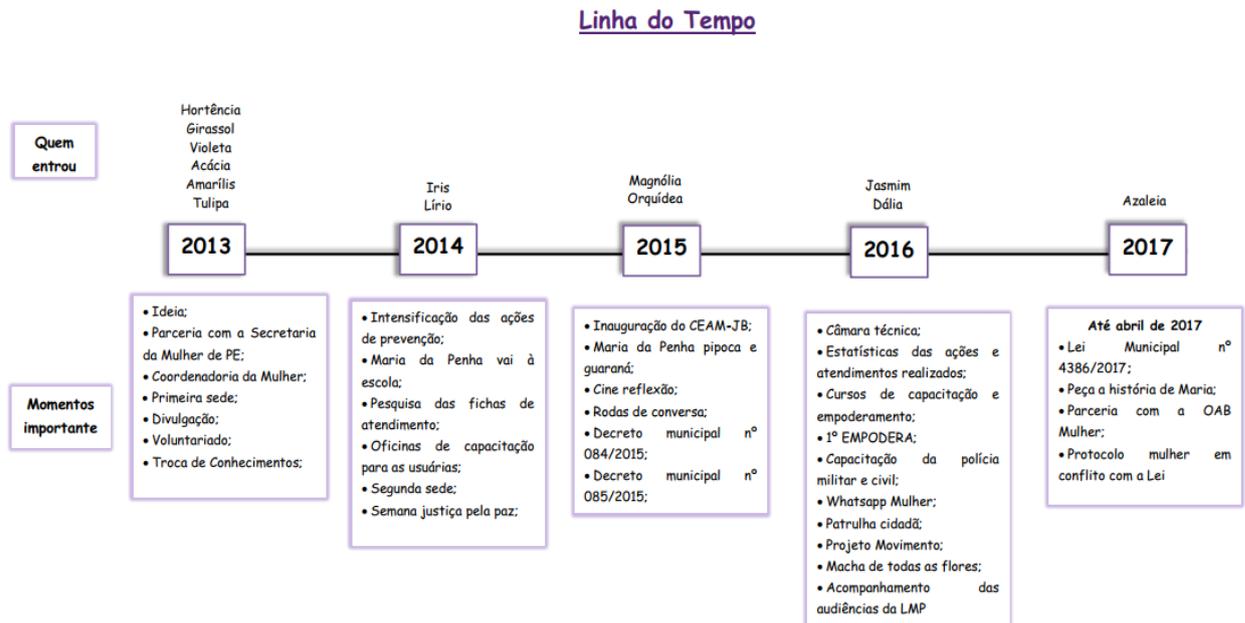
**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisadora.

A construção desta linha do tempo foi um momento muito importante para a pesquisa, pois quando cada profissional falava de sua história antes de chegar à instituição e sua trajetória dentro dela, como as ações e projetos foram se organizando/estruturando, consegui compreender o que eu vivenciei durante o período de observação. Para a equipe, esse momento foi muito emblemático, pois na semana em que ocorreu a oficina as profissionais haviam sido chamadas para apresentar as ações da SecMul-Gus para os/as gestores/as do município. Pensar e (re)lembrar o percurso de trabalho foi importante para a construção do material que foi apresentado. Como pode ser visto no relato abaixo:

para nós enquanto membros dessa equipe, né?! [sic] Foi muito importante porque nem nós que fazemos parte dessa equipe tínhamos a noção do quanto crescemos desde quando começamos. E fazer um resgate da nossa história foi muito importante pra gente, importante para que nós tivéssemos consciência e certeza da nossa importância e o quanto já construímos. (Iris)

Outro aspecto importante é que a maioria da equipe estava na instituição desde 2013/2014 e permaneceu na instituição até o momento em que a pesquisa foi realizada. Mas, algumas/alguns chegaram a partir de 2015 e não conheciam a história do início da instituição. Como pode ser observado na *figura 4*.

**Figura 4** – Linha do tempo das ações realizadas pela SecMul-GUS e pelo CEAM-JB.



**Fonte:** Elaboração desta pesquisadora.

A escolha em focar na história das instituições e profissionais se alinha ao que Scott (1999) diz a respeito da experiência, ao afirmar que é através desta que os sujeitos se constituem. Ao visibilizar a experiência de um grupo diferente, podemos expor os mecanismos repressores, porém, só conseguimos entender o funcionamento interno ou a lógica das relações quando damos conta dos processos históricos, que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências. Dessa forma, é necessário historicizar a experiência, de forma contextualizada e situada. Logo, não poderíamos compreender como são organizadas e operacionalizadas as ações de enfrentamento à VCM em Garanhuns sem contextualizar estas histórias.

No que concerne à esta historicização, busquei na minha análise tentar compreender não apenas os eventos locais relatados pelas profissionais, como também de que forma o contexto de lutas e políticas para as mulheres em nível estadual e federal se relacionavam.

As ações da coordenadoria da mulher em Garanhuns iniciou os trabalhos em 2013, como pode ser observado na *figura 4*. Em 2007, o Governo de Pernambuco assumiu o enfrentamento à VCM como prioritário e criou no mesmo ano a Secretaria da Mulher (SecMul-PE) e o Pacto pela Vida<sup>10</sup>, que foi um importante espaço para a interlocução entre o movimento de mulheres, Governo e demais poderes ligados à

<sup>10</sup> Plano Estadual de Segurança Pública, com o objetivo de prevenir, reduzir e controlar a criminalidade. As discussões que precederam à formalização do documento — Pacto pela Vida. (PERNAMBUCO, 2011)

questão da violência. O grande resultado advindo deste pacto foi a inclusão da violência doméstica e sexista como objeto da segurança pública (PERNAMBUCO,2011).

Mirela de Lucena Mota et al (2017), ao analisar o Anuário 2015 da Secretaria da Mulher de Pernambuco, diz que o atendimento às mulheres em situação de violência no âmbito do Pacto pela Vida e através de políticas específicas conta com três instrumentos valiosos, sendo eles: *i)* a Diretoria Geral de Enfrentamento da Violência de Gênero; *ii)* o Plano Estadual para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres; *iii)* a Câmara Técnica para o Enfrentamento da Violência de Gênero contra as Mulheres do Pacto pela Vida.

O Plano Estadual para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra as Mulheres (2007-2016) alinhou-se às diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher, merecendo destaque, ainda nesse contexto, o fato de Pernambuco ter sido o primeiro estado da Federação a assinar o Pacto Nacional (PERNAMBUCO, 2011)<sup>11</sup>.

Em sua proposta de ação, o Plano Estadual acima citado apresenta cinco dimensões a serem trabalhadas: 1) Prevenção; 2) Proteção; 3) Punição; 4) Assistência; 5) Produção de Conhecimento. Estas dimensões devem ser executadas de forma integrada e tendo a formação e qualificação dos recursos humanos como eixo transversal. Além das cinco dimensões, o plano apresenta nove diretrizes, sendo uma delas a interiorização de programas de enfrentamento a violência de gênero, a perspectiva de gestão compartilhada entre as esferas estadual e municipal (PERNAMBUCO, 2008).

No anuário de 2013 da SecMul-PE, é citado o Programa de apoio ao desenvolvimento da ação governamental para as mulheres, que tem como objetivo fomentar a criação e fortalecer organismos municipais de políticas para as mulheres em todo o Estado, o que envolveu a cessão de uso e assinatura de convênios com municípios com o apoio ao planejamento, integração, regionalização e a interiorização das políticas públicas para as mulheres (PERNAMBUCO, 2013).

---

<sup>11</sup> O Plano Nacional de enfrentamento a VCM (BRASIL, 2011) e Plano Estadual para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra as Mulheres (2007-2016) (PERNAMBUCO, 2008), foram construídos em um contexto político onde havia o fortalecimento das ações de enfrentamento a VCM através das ações desenvolvidas pela SPM e os diversos organismos estaduais e municipais. Porém, com o atual contexto político onde ocorre “proibições” em relação ao conceito de gênero em escolas, fortalecimento de posturas e pautas conservadoras na política nacional é importante pontuar que este contexto pode interferir nas praticas cotidianas das/dos profissionais.

O enfrentamento da violência doméstica e sexista contra a mulher depende, em grande medida, do envolvimento sistemático de muitos agentes – forças policiais, judiciário, promotoria, defensoria, profissionais de saúde, educação, desenvolvimento social, bem como organismos de políticas para as mulheres nos níveis federal, estadual e municipal, além do movimento social (MOTA et al, 2017).

Neste contexto de interiorização e fortalecimento das ações de VCM em Pernambuco, e como explanado na revisão da literatura, em nível federal a SPM também buscava o fortalecimento do enfrentamento à VCM. A Coordenadoria da mulher em Garanhuns iniciou seu trabalho neste contexto sócio-político. Para iniciar a *linha do tempo*, perguntei como surgiu a ideia para a implantação deste equipamento no município. Eis a resposta obtida:

começou primeiro com a idéia, né?! Porque nem coordenadoria era, na verdade. Aí nós trabalhávamos somente com uma ideia de fazer alguma coisa quando o prefeito mandou pra sala da assistência social para ajudar a Celia [Secretária de Assistência Social]. Lá a gente ficou meio jogada, né? Pra lá e pra cá, a gente não sabia mesmo o que fazer. Aí foi quando eu pedi ao prefeito para representar a secretaria numa reunião do estado [pausa] eu não era nada do município, aí ele disse: vá! E lá fui com recurso próprio e lá eu conheci Cristina Buarque[...], aí me apaixonei pela causa e voltei. Voltei e comecei a planejar com Acácia. A gente nem sabia o que era, não tinha o que fazer, não tinha a menor ideia. Aí quando foi em abril nós recebemos o grupo todo de Recife e da Região Metropolitana em Garanhuns e aí nesse momento o prefeito anunciou a coordenadoria e aquela coisa toda. Instituiu a coordenadoria e a gente ficou lá, bolando de casa em casa [risos de todas], de sala em sala, Girassol saía, eu ia sentar, depois Célia saía e eu sentava, e assim foi, a gente compartilhando. [...] eu nunca pensei em trabalhar com mulheres nem com a violência, mas eu recebi uma visita do prefeito lá na AESGA, que ele foi me pedir para continuar a gestão, e eu disse que de jeito nenhum, não queria mais a vida pública. “Mas se eu te chamar para fazer parte da secretaria da mulher? Implantar secretaria da mulher?”. Aí eu disse: pra fazer o quê? aí ele disse assim: não, eu quero assim uma caminha [risos], uma mesinha com cafezinho, biscoitinho, assim, para quando a mulher chegar assim muito nervosa ela deita lá, toma um cafezinho, come um biscoitinho. Aí eu disse: eu acho que isso eu faço! Tudo cor de rosa, né? [risos]. Coisa nova, um desafio eu quero, eu quero [pausa]. Aí pronto, aí eu fui em Recife, na Secretaria da Mulher, aí me deram 500 mil livros, me mandaram vir para cá estudar aí eu vim estudar o que era. Aí pronto eu vi que a coisa era séria, que era uma luta muito grande, que a gente podia implantar aqui, aí foi assim que a gente começou. (Amarilis)

Observo no relato acima que as profissionais que estavam na instituição naquele período desconheciam quais ações poderiam ser feitas pela Coordenadoria da Mulher. Neste relato, a participante fala que o objetivo inicial era “um espaço para acalmá-las”. Um dado importante a ser destacado é que a maioria das participantes da pesquisa teve o primeiro contato com a discussão de gênero, feminismo e violência contra a mulher após ingressar na instituição. Hoje, quando alguém entra nas instituições para fazer algum trabalho (estágio, contrato etc), as profissionais entregam alguns materiais referentes a esta discussão. Repetindo o que foi feito pela SecMul-PE em 2013, estes materiais foram fundamentais para que fossem repensadas as ações da Coordenadoria da Mulher em Garanhuns.

Perguntei a Amarilis o que ela viu nos materiais entregues por Cristina Buarque.

eu vi o que [pausa], eu enxerguei o que eu sempre vi: que a luta da mulher é muito grande, que as mulheres não eram valorizadas [...]. Quando eu comecei a ver a questão do machismo que a gente sabe, mas não sabia é como essa coisa podia ser desconstruída [...] Mas se você disser assim: é porque eu me identifiquei com aquelas mulheres que estão sofrendo, eu nem me identifiquei, eu nem me reconheci, isso veio muito tempo depois (Amarilis).

Esta fala nos mostra que a partir dos materiais e livros disponibilizados pela SecMul-PE, as profissionais começaram a perceber a potência que existe nas ações de enfrentamento à VCM, pois a partir dela é possível romper o ciclo de violência e situações de opressão e desigualdade.

Desde 2013, quando era Coordenadoria da Mulher, as profissionais relataram uma preocupação para que fosse oferecida às mulheres em situação de violência um atendimento psicológico e social. Mas, foi em 2015 que houve a inauguração do Centro Especializado de atendimento à Mulher em situação de violência – Joana Beatriz de Lima e Silva. Perguntei o que representou para elas a inauguração deste equipamento vinculado à SecMul – Gus.

esse foi um momento muito importante, foi um passo realmente muito grande. Não foi nem um passo, foi quase um salto que a gente deu porque até enquanto Secretaria da Mulher a gente vivia numa crise de identidade, a gente ficava aqui dentro e dizia secretaria faz isso, centro de referência faz isso, aí pra mim tudo é secretaria, mas realmente o centro de referência tem a competência para receber as mulheres, acolher, encaminhar. (Amarilis)

[...] o primeiro momento de visibilidade mesmo da estrutura que era a Secretaria da Mulher que ela passou a ser composta de um centro, né? Que as pessoas associam a algo diferente, embora seja tudo uma coisa só, mas acho que foi um momento que ficou mais composto, que deu mais corpo e deu essa visibilidade maior de ter a inauguração, de ter as pessoas importantes aqui. (Lírio)

O CEAM leva o nome Joana Betriz Lima e Silva, perguntei o por quê da escolha deste nome:

2013 foi um ano muito complicado porque a gente já chegou aqui [coordenadoria da mulher] e nós tínhamos 15 mulheres assassinadas, em 2013. Mas, foram coisas que foram acontecendo e a gente não estava muito ligada nessa situação não. Aí foi quando no Festival de Inverno, em Julho, teve o assassinato de Joana<sup>12</sup>, aí foi muito emblemático. Não era a violência doméstica, as pessoas diziam que a gente estava se metendo com algo que não era pra se meter, mas era uma criança morta, aí eu comecei a achar que a gente podia fazer alguma coisa, né? Tinha na época aquela advogada [...] disse que ia fazer uma caminhada, nessa caminhada, como ela morava muito perto dessa menina, ela puxou a Secretaria da Mulher. A caminhada foi exitosa, teve muita gente, aí quando terminou a gente disse pronto e agora? [...] a gente ficou preocupado em relação com o que fazer porque a gente tinha mexido com a mãe da menina, com o pai, tinha dado esperança. Aí eu liguei para Recife, falei com a Secretária Cristina Buarque, contei a história, disse que o crime não

---

<sup>12</sup> Joana Beatriz, 13 anos, desapareceu no dia 23 de julho de 2013 e foi encontrada sem vida na manhã seguinte, num loteamento próximo à Vila Lacerdópolis. Tinha sinais de ter sido estuprada e depois morta por enforcamento. (Blog Roberto Almeida)

estava sendo solucionado e com pouco tempo, uma semana, dias, ela armou o circo, aí ela veio, trouxe o Secretário de Direitos Humanos, chefe da Polícia Civil e chegaram aqui de avião, helicóptero e desceu todo mundo foi lá para casa de Isafas [prefeito], e chegou lá imprensa gente, gente, gente e o Secretário disse “não se preocupe que dentro de uma semana o caso está resolvido”, e nunca foi resolvido. Aí eu chamei a equipe, eu disse “a gente vai ter um centro de referência, eu acho que para não esquecerem a memória de Joana vamos colocar o nome desse centro, não vai trazer Joana de volta, porque tudo que a gente pode fazer, buscar delegado fora e tudo, foi tudo inútil e não resolveu, mas pelo menos aí tem um memorial a Joana.” (Amarilis)

Lembrei junto com as profissionais o dia da inauguração do CEAM-JB, eu tinha terminado meu estágio como residente na instituição, mas fui participar da inauguração do equipamento. Nesta ocasião, a mãe de Joana Beatriz estava presente e falou emocionada da atenção e do cuidado da equipe durante todos os anos.

ela [mãe de Joana Beatriz] nunca deixou de buscar. Até um dia desse ela veio, aqui é um lugar onde ela pode falar chorar esperar dizer o que quer dizer, que a gente é linda maravilhosa, que a gente não faz nada e ir embora. Mas, ela entra e sai com coração mais aliviado. Então esse tributo a Joana também um tributo a todas as mulheres que haviam morrido naquela época que tinha Fernanda, tinha Patrícia uma série de mulheres que tinham morrido, que foram assassinadas. Enfim todas elas os homens foram presos em menos de um ano. Então é um tributo para que Joana não seja esquecida, ela representa todas as mulheres que foram vítimas dessa violência que pode ser de qualquer forma e Joana foi mais uma vítima né? E eu espero um dia, e, todo dia eu peço a Deus não ir sem saber quem foi e o dia que eu souber eu posso morrer, sem problema nenhum. Mas, eu não vou sem saber quem matou Joana! Foi na verdade a primeira dor real que a gente teve, que se deparou com ela, dor de morte né? (Amarilis)

Quando Amarilis fala do caso de Joana como “a primeira dor real”, como a “dor de morte”, podemos inferir que quando a mulher encontra-se em diversas expressões da violência, seja física, psicológica, moral etc, como profissionais e instituição, podemos tentar romper com esse ciclo de violência. Mas, quando a violência chega ao lugar da morte, representa esta dor de não ter conseguido que esta mulher pudesse viver uma vida sem violência.

Em março de 2015, foi sancionada a Lei nº 13.104, conhecida como Lei do Femicídio, que visou alterar o artigo 121 do decreto-lei de 1940 do Código Penal, para prever o feminicídio como crime hediondo (BRASIL, 2015). Esta Lei diz respeito aos assassinatos de mulheres cuja especificidade

está centrada nas relações de poder desiguais e hierárquicas entre homens e mulheres, manifestas sobre o corpo pela condição hegemônica e estrutural da dominação masculina, seja em relação ao desejo sexual, ao controle sobre o corpo, ou sobre a autonomia e liberdade da mulher” (BANDEIRA, 2017 p. 25).

O Dôssie “Femicídio: #invisibilidade mata” (PRADO e SANEMATSU, 2017), diz que para entender este tipo de violência é importante compreender o que é violência de gênero, uma vez que o crime de feminicídio é a expressão máxima, final e fatal de diversas

violências que atingem as mulheres. Apesar de a palavra gênero ter sido retirada do texto final da lei supracitada, este conceito é importante para a compreensão de duas categorias incluídas no código penal para qualificar o feminicídio: violência doméstica e familiar e/ou outras situações que revelam menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Uma vez, gênero é uma categoria relacional e que há relações desiguais de poder que são construídas culturalmente e socialmente e que resultam, na maioria das vezes em violências.

Em 2015, foram publicados os decretos municipais 084/2015 e 085/2015 e, em 2017, a Lei municipal 4386/2017, estes documentos foram referidos pelas participantes da pesquisa como marcos importantes para o enfrentamento da VCM no município de Garanhuns.

**Quadro 8** – Objetivos dos Decretos e Lei Municipal

	<b>Decreto 084/2015</b>	<b>Decreto 085/2015</b>	<b>Lei 4386/2017</b>
<b>Objetivo</b>	Plano de enfrentamento da violência de gênero no município de Garanhuns e outras providências.	Ação estratégica de prevenção à violência contra a mulher por meio da implantação do Projeto “Maria da Penha vai à escola”.	Plano de enfrentamento da violência de gênero feminino no município de Garanhuns.

**Fonte:** Elaboração desta pesquisadora.

Na análise destes documentos, constatamos mudanças conceituais acerca da VCM, como pode ser observado no quadro abaixo.

**Quadro 9** – Nomeações sobre violência contra as mulheres

	<b>Decreto 084/2015</b>	<b>Decreto 085/2015</b>	<b>Lei 4386/2017</b>
<b>Nomeações</b>	- Violência de gênero; - Enfrentamento da violência contra a mulher; - Rede municipal de proteção para as mulheres em situação de violência; - Violência doméstica, familiar e sexista; - Prevenção.	- Violência contra a mulher; - Violência de gênero; - Enfrentamento da violência contra as mulheres; - Prevenção; - Educação não sexista.	- Enfrentamento da violência de gênero feminino; - Gênero feminino; - Violência doméstica e familiar.

**Fonte:** Elaboração desta pesquisadora.

Durante o período da pesquisa, acompanhei a discussão e preocupação das profissionais da SecMul-Gus e do CEAM-JB em relação à aprovação da Lei municipal 4386/2017, pois ela seria o plano de enfrentamento do município. Na primeira versão, os

conceitos norteadores estavam próximos aos dos Decretos supracitados, nos quais o conceito de Gênero era norteador.

Porém, alguns vereadores/as travaram esta discussão alegando que o termo Gênero estaria ligado ao que se convencionou chamar, nesta onda conservadora, de “ideologia de gênero”. Dessa forma, para que não fosse retirado por completo este conceito, a Secretária sugeriu que ele viesse acompanhado da expressão “feminino”.

Esta discussão, no que concerne à retirada do conceito de gênero de diversas políticas, tem relação com a força que diversos movimentos conservadores e fundamentalistas têm ganhado nos últimos anos.

Machado (2016) relembra dois incidentes no governo Dilma. O primeiro foi o recolhimento, em 25 de maio de 2011, dos vídeos educativos produzidos por organizações não governamentais, por demanda do Ministério da Educação (MEC), para promover a educação não sexista e não homofóbica. O segundo incidente foi a retirada, em 2015, do Congresso Nacional dos objetivos de enfrentamento à desigualdade de gênero no Plano Nacional de Educação.

Segundo a autora acima citada, estes requerimentos apresentavam uma rejeição à “ideologia de gênero”:

[...] falar em ideologia de gênero é desconsiderar ou distorcer propositalmente o conceito das teorias de gênero. O propósito, no entanto, é o de obrigar as pessoas que nascem com o sexo masculino a serem homens heterossexuais e as pessoas que nascem com o sexo feminino a serem mulheres heterossexuais. Eles veem como danosa a terminologia de gênero ao processo educacional. (MACHADO, 2016, p. 47)

Segundo Bandeira (2014), é evidente que a interdependência entre as noções de sexo e gênero não pode ser desprezada no âmbito das políticas públicas voltadas à questão da violência contra as mulheres e para todos seus complexos envolvimento e consequências.

## 4.2 AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM GARANHUNS

Quando construímos a linha do tempo, verificamos as ações de enfrentamento que foram e são realizadas pelas instituições. Na segunda oficina, optamos por aprofundar as principais *linhas de ação* da SecMul-GUS e do CEAM-JB, são elas: 1) ações de prevenção; 2) atendimento às mulheres em situação de violência; 3) articulação intersetorial. No que se refere aos dois primeiros eixos, optamos por trabalhar em uma oficina onde as participantes escolheram um caso que elas considerassem emblemático para a partir dele refletir sobre as ações de prevenção e atendimento às mulheres em situação de violência. Na terceira oficina, discutimos a rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

### 4.2.1 Ações de prevenção: porta de entrada do serviço

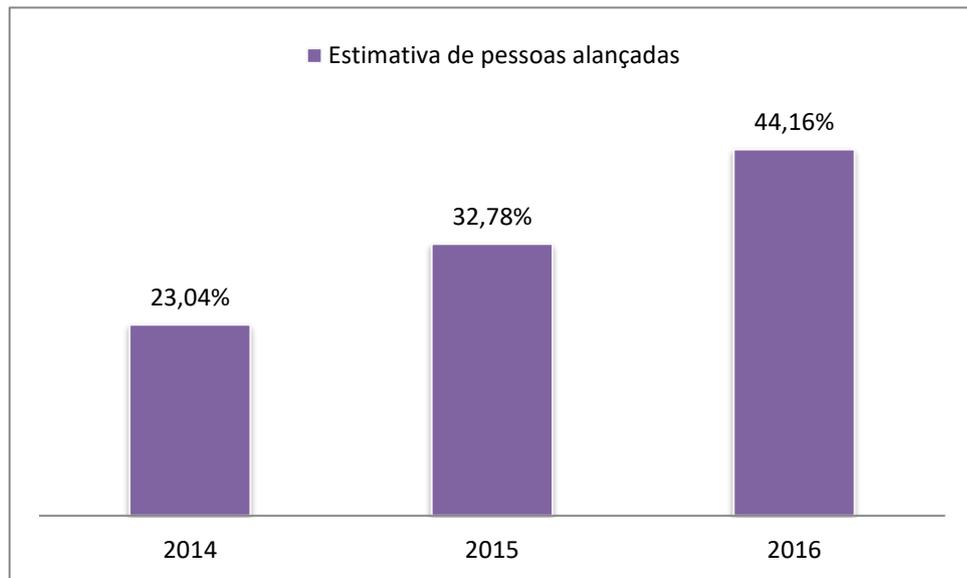
Observamos na construção da *linha do tempo* que as ações de prevenção ocorreram desde 2013, porém foram intensificadas em 2014, através do projeto *Maria da Penha vai à Escola*. As ações de prevenção podem ser divididas entre: 1) Ações pontuais; 2) Ações sistemáticas e 3) Ações intersetoriais.

**Quadro 10** – Ações de prevenção realizadas pela SecMul-GUS e pelo CEAM-JB.

<b>AÇÕES DE PREVENÇÃO</b>		
<b>Ações pontuais</b>	<b>Ações sistemáticas</b>	<b>Ações intersetoriais</b>
- Maria da Penha, pipoca e Guaraná; - Cine Reflexão; - Rodas de Conversa/Palestras; - Peça de teatro “A história de Maria”.	- Maria da Penha vai à Escola; - Projeto Movimento; - Marcha de todas as flores.	- Patrulha cidadã; - Parada segura.

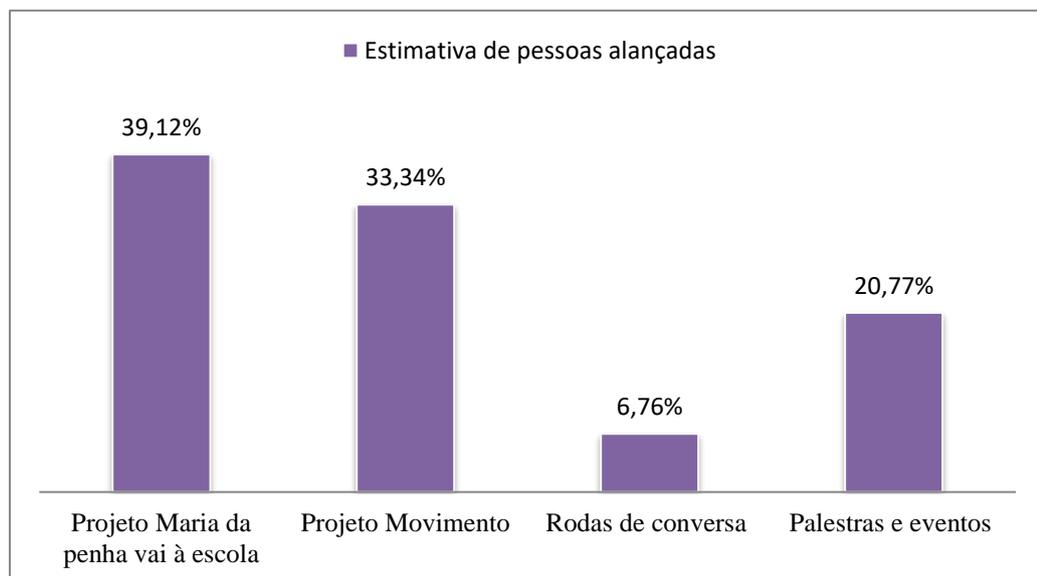
**Fonte:** Elaboração desta pesquisadora.

A SecMul e o CEAM-JB, durante os anos de 2014 a 2016, realizaram diversas ações preventivas/informativas, sendo as principais: “Cine reflexão”, Palestras e eventos, “Projeto Maria da Penha vai à escola”, “Projeto Movimento” e Rodas de conversas. Neste período, a estimativa de pessoas alcançadas por essas ações foi de 19.523 pessoas, abaixo é possível verificar o quantitativo por ano:

**Gráfico 1** – Estimativa de pessoas alcançadas pelas ações de prevenção.

Fonte: Banco de dados da SecMul-GUS.

No ano de 2016 as ações aumentaram e isto deve-se ao aumento do número de escolas que aderiram ao projeto *Maria da Penha vai à escola* e ao início do *Projeto Movimento*. Em 2016, a estimativa das pessoas alcançadas nas ações preventivas foi de 8.623 pessoas, sendo divididas nas diversas ações:

**Gráfico 2** - Estimativa de pessoas alcançadas por ano nas ações preventivas/informativas da SECMUL e do CEAM-JB em 2016.

Fonte: Banco de dados da SecMul-GUS.

Como referido anteriormente, optamos por solicitar que as participantes da pesquisa escolhessem um caso e/ou situação vivenciada por elas para que pudéssemos aprofundar a discussão acerca das ações preventivas realizadas pela SecMul-Gus e pelo CEAM-JB. O caso

escolhido ocorreu a partir do *Projeto Movimento*, projeto este que iniciou suas atividades em 2016.

Ao entrar em uma instituição, as profissionais apresentam os serviços oferecidos pela SecMul-Gus e pelo CEAM-JB, falam sobre a VCM e os tipos previstos na Lei Maria da Penha. E ficam um tempo à disposição para alguma pergunta e/ou para que alguém as procure para tirar dúvidas ou conversar individualmente. A respeito desta ação, as profissionais relataram:

o projeto movimento surgiu também da inquietação de Amarilis. Vocês tão muito parada, eu tô vendo a gente aqui, muito aqui dentro, tem que fazer alguma coisa. Aí eu fiquei: “meu Deus, o que a gente vai fazer?”. Eu não tinha nem o que dizer no momento, a gente já faz tanta coisa, aí outro dia de manhã teve uma reunião da mesa, aí eu falei “Amarilis tá inquieta, quer fazer alguma coisa, e eu disse que é que a gente vai fazer? Aí eu disse: movimento” [risos]. (Lírio)

Aí ela disse assim: já que a mulher não tava vindo, a gente ia procurar mulher fora. (Hortência)

Isso era feito antes muito pontualmente, né? Nas ações em associações, em CRAS e a partir do movimento passou a ser feito diariamente em diversos ambientes, independente de ser público ou privado, eu acho que abriu o mais o leque. (Lírio)

E ainda precisa se apresentar, porque às vezes você chega nos lugares, alguém já ouviu falar, sempre tem quem não ouviu e não sabe o que é, pra quem é. Apresentar esse serviço, apresentar essa rede de serviço que existe, é muito importante, é importantíssimo. (Orquídia)

Durante o período de observação no cotidiano, participei de duas ações desse projeto e como foi relatado a ideia é que a SecMul-Garanhuns esteja todos os dias em algum lugar (serviços públicos ou privados).

**Figura 5** – Ação do Projeto Movimento.



**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisadora.

Segue o relato do caso escolhido pelas participantes:

[...] pensamos em algo que conseguiu sair, chegar na Secretaria a partir da prevenção, e teve um caso muito recente, que foi a partir do *Projeto Movimento* que a mulher chegou aqui na Secretaria. Em relação ao movimento, normalmente elas explanam o que a Secretaria oferece, os serviços, como é que funciona e essa mulher diante daquilo ali se reconheceu de alguma forma como vítima de violência e ela chegou para as meninas e chamou uma delas e disse que era vítima e que passava por aquilo ali. A partir dali, elas explicaram a ela tudo, falaram sobre o serviço individualmente e depois voltaram para a Secretaria. Por que o projeto movimento é uma abordagem direta, mas também é rápido, né? Incomodada com a situação, uma das nossas contribuintes aqui da Secretaria [risos] ficou incomodada em saber que aquela mulher sofria violência, estava naquele local e talvez não chegasse até aqui, e ela ficou meio que inconsolada com a situação, ficou incomodada e quis resolver de alguma forma e aí ela perguntou a alguns membros da equipe o que poderia fazer e se dispôs a ir lá no local onde a mulher estava e mais uma vez tentar trazê-la naquele momento, porque a mulher não era da cidade [Garanhuns]. (Lírio)

A “contribuinte” a qual Lírio se refere no relato é Hortência, esta explicou como foi a abordagem à usuária e o motivo de seu incômodo:

[...] me senti incomodada, essa mulher não vai vir. Aí perguntei: “o que vocês acham, Orquídia e Lírio? Eu posso ir lá? Para ver se essa mulher vem comigo?”. Aí ela disse que podia, aí eu fui, cheguei lá ela estava em atendimento [ultrassonografia], eu fiquei esperando, aí eu ainda consegui falar com ela lá na sala, aí eu disse: “a senhora quer conhecer a Secretaria?” Aí ela disse: “quero!”. Eu disse: “posso esperar a senhora?”. Ela disse: “pode!”. Aí eu fiquei lá, esperei, aí a gente chegou aqui. Iris, Orquídia, não lembro, ou foi Girassol, atenderam, né? Depois, quando terminou todo o atendimento, ela me chamou e pediu que não sabia ir para o comércio, aí ela disse “olha, tem como você ir comigo? Para o povo não falar, por que meu marido pode ver eu no carro”. Aí foi o motorista e Jasmim, que foi comigo. (Hortência)

E aí ela conseguiu trazer a mulher até aqui e a partir daí ela foi acolhida, foi conversado com ela sobre os direitos dela, foi ouvida a história que ela tinha para contar. Infelizmente, a gente passou por algumas situações nesse acolhimento, ela conseguiu externar uma demanda nova, algo que ela nunca tinha exposto a ninguém fora da casa dela, que foi um abuso que a própria filha sofreu do companheiro. Mas, diante do caso dela, dela ser de outra cidade, dela já ter procurado o serviço em outra cidade e, a cidade que ela mora é pequena, e ela não ter conseguido êxito na rede da cidade, ela não se sentia segura para fazer uma denúncia. E aí a nossa dificuldade foi justamente essa, por mais que a gente correu atrás [sic], buscou informar e mostrar essa mulher que existia um caminho, uma saída, ela ficou meio que [pausa]... Talvez a situação que ela passou na cidade dela de não acreditar que funcione, que a coisa vai funcionar, que vai acontecer, fez com que ela criasse uma barreira e aí ela não conseguiu, a gente não conseguiu junto com ela dar continuidade”. (Lírio)

Alguns elementos neste relato me chamaram a atenção. Como o *Projeto Movimento* é uma abordagem rápida, em um lugar público, é importante que estas profissionais tenham um olhar atento às manifestações das pessoas, bem como tenham uma linguagem que atinja diferentes públicos. Fato que ocorreu no relato, pois a partir do que foi falado, a usuária se identificou e buscou as profissionais.

Podemos observar também a importância do trabalho integrado da equipe na instituição, as profissionais que estavam na prevenção, o motorista e a equipe que estava no atendimento trabalharam de forma articulada para atender a usuária.

Claro que ela foi para casa pensando em voltar, em fazer algo, mas eu acho que o mais importante desse caso foi que cada um dos diversos setores participaram independente dos setores, acho que mostra que a Secretaria, a equipe está coesa, independente do seu setor, todos estão preparados para receber essa demanda. (Lírio)

As profissionais citaram as ações de prevenção para além de passar informações

[...] eu achei interessante foi a preocupação de não só levar informação e acabou como se o movimento fosse só isso. É como Lírio falou, fica aquele incômodo porque o trabalho não é só levar, jogar e acabou, né? É você deixar a pessoa com gosto de realmente conhecer a Secretaria, de conhecer os serviços e é isso que o movimento procura fazer, né? (Jasmin)

E a importância que as pessoas do município e das cidades vizinhas conheçam que esse serviço existe. Porque olha, a prevenção não para, é manhã, de tarde, de noite e as meninas, principalmente o movimento, se deparam com pessoas que não conheciam a Secretaria da Mulher e não sabem o que ela faz e mesmo se trabalhando todos os dias e a gente pode ver que tem muito a se fazer. (Iris)

Para a política nacional de enfrentamento à VCM (BRASIL, 2011, p. 27), as ações no âmbito preventivo ocorrem a partir de ações que “desconstruam os mitos e estereótipos de gênero e que modifiquem padrões sexistas, perpetuadores das desigualdades de poder entre homens e mulheres”. E, especificamente em relação à violência doméstica, as ações preventivas deverão focar na mudança de valores, em especial no que tange à cultura do silêncio no espaço doméstico e à banalização da VCM pela sociedade.

As profissionais identificam as ações de prevenção como uma das portas de entrada para o serviço:

como eu estou diariamente no atendimento, são essas pessoas que chegam para a gente no atendimento que são fruto desse trabalho preventivo delas. Algumas pessoas me chamaram muito a atenção. Uma vez Hortência tava ali, varrendo a frente, uma moça passou e começou a conversar com ela ali na frente e Hortência convidou ela para entrar e a gente conversou e ela trouxe para a gente uma demanda muito grave, muito grave mesmo, acompanhamos ela na delegacia, medida protetiva e tudo mais. Outro exemplo foi uma palestra que as meninas fizeram [escola municipal], até hoje essa senhora continua sendo assistida, inclusive por Orquídia, e ela disse que descobriu, que até então ela não sabia, que ela era vítima de violência doméstica, ela achava que o marido dela fazia aquilo porque ele era um homem e que ele podia fazer. Ela não se via vítima de violência doméstica, inclusive ela conviveu com ele 31 anos, através da palestra das meninas, ela se identificou como vítima de violência doméstica e ela disse “se elas disseram que eu fui vítima de violência doméstica, eu vim aqui conversar com vocês e saber realmente se eu sou vítima de violência doméstica”. Então, assim a gente trabalha com atendimento diário, a gente vê o quanto é importante cada ação preventiva. (Azaleia)

Já tivemos diversos casos assim, graves, que chegou assim a partir desse momento de prevenção, já teve casos da escola, né? Uma adolescente conseguiu externar que estava sendo abusada, quase foi estuprada, né? Pelo padrasto. [...] também conseguimos trazer uma jovem que era violentada pelo pai desde acho que 11 anos de idade e ela já tinha dois filhos do pai e ela chegou aqui a partir de uma ação preventiva. Então, a ação preventiva é de fato uma porta de entrada, primeiro essa mulher tem conhecimento, então, a partir daí, se ela tem alguma situação de conflito, ela vai buscar rapidamente chegar nesse local onde ela descobriu. (Lírio)

Observamos que a ideia de prevenção para as participantes vai além das ações previstas pela instituição, mas que este trabalho ocorre em qualquer espaço de interação, como o caso relatado, na rua varrendo a calçada. Como descrito no início, o número de pessoas atingidas pelas ações de prevenção é grande e muitas dessas procuram o serviço depois das ações, seja para elas, para denúncia ou acompanhando alguém.

Outro aspecto importante a ser pontuado sobre as ações de prevenção desenvolvidas é o uso de metodologias participativas, sendo as principais a utilização de vídeos, músicas e encenações.

**Figura 6** – Peça de teatro “A história de Maria”.



**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisadora.

A utilização destes recursos possibilita que o público possa falar sobre violência a partir do que ocorre com o/a personagem do vídeo e/ou peça teatral, sem falar diretamente de si. O que, na maioria das vezes, facilita a adesão e participação da plateia na discussão e reflexão dos atravessamentos da violência contra as mulheres na vida de homens e mulheres, inclusive na de cada um/uma que está participando.

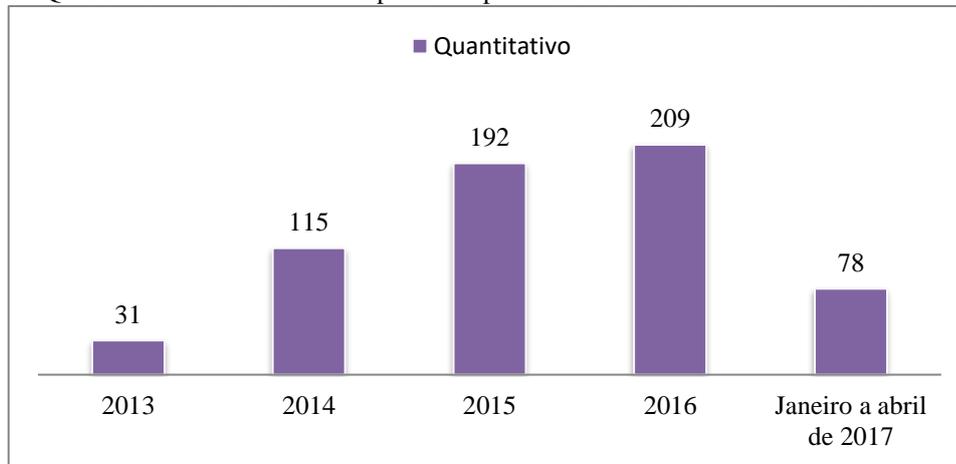
#### 4.2.2 Atendimento às mulheres em situação de violência

Os atendimentos individuais e/ou em grupo às mulheres em situação de violência são realizados no CEAM-JB, de acordo com a Lei 4386/2017 (GARANHUNS, 2017), este equipamento está descrito nas ações estratégicas no que concerne ao eixo de proteção. Sendo um equipamento com estrutura e ambiente adequado ao acolhimento, atendimento e

encaminhamento da mulher vítima de violência doméstica e familiar<sup>13</sup>, a Lei também cita a norma técnica de uniformização dos Centros de referência de atendimento às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2006) e a Lei 11.340/2006 como referências para este serviço.

Em relação aos atendimentos individuais realizados à mulher em situação de violência no CEAM-JB, através da equipe multidisciplinar (Assistente Social, Psicóloga, Advogada) de 2013 (quando ainda era coordenadora da mulher) até abril de 2017 foram acompanhadas 625 mulheres.

**Gráfico 3:** Quantitativo de mulheres acompanhadas pelo CEAM-JB entre os anos de 2013 a abril de 2017.

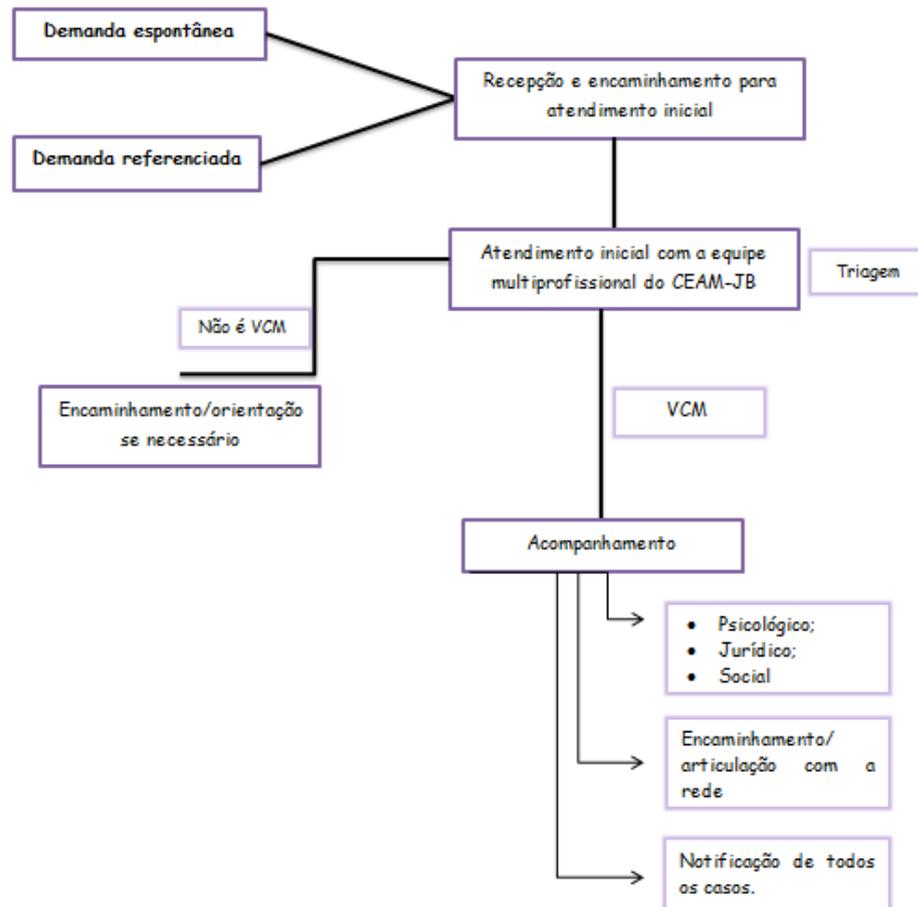


**Fonte:** Banco de dados da SecMul-GUS.

Das 625 mulheres atendidas, 433 casos foram finalizados e 192 continuam em andamento e acompanhadas pelo serviço. O atendimento à mulher em situação em violência realizado pelo CEAM-JB segue o fluxograma (*figura 7*).

<sup>13</sup> O termo “mulher vítima de violência doméstica e familiar” é utilizado desta forma no documento referenciado.

**Figura 7** – Fluxograma de atendimento à mulher em situação de violência realizado pelo CEAM-JB.



**Fonte:** Elaboração desta pesquisadora.

Observamos que as fases de atendimento e acompanhamento à mulher em situação de violência, realizados no CEAM-JB, segue a metodologia de funcionamento e dos atendimentos dos Centros de Referências (BRASIL, 2006). Esta norma diz que estes equipamentos atenderão por demanda espontânea ou encaminhada e deverão oferecer orientações gerais sobre os direitos das mulheres e a rede de atendimento, bem como os serviços psicológicos, social e jurídico, individuais ou em grupo.

Segundo a publicação citada acima, o atendimento ocorre a partir de quatro fases distintas. A primeira fase diz respeito ao acolhimento e informações gerais sobre o serviço e rede de atendimento, esclarecendo dúvidas, verificando o interesse para a entrevista individual. No CEAM-JB, este acolhimento inicial ocorre, na maioria das vezes, a partir da recepção da unidade onde as mulheres são acolhidas e relatam o motivo da procura pelo serviço. Porém, por ser um ambiente que não é reservado e tem um fluxo de pessoas, esta primeira escuta tem por objetivo identificar o motivo da busca e encaminhar as usuárias para o atendimento com a equipe técnica.

Durante o período em que fiz a observação no cotidiano, fiquei alguns dias na recepção da instituição e observei a importância para a permanência/vinculação das usuárias no serviço do acolhimento neste primeiro momento. Pois, mesmo que não sejam feitas, nesta etapa, intervenções diretas, o fato de encontrar um espaço que as atenda e respeite seus silêncios ou falas sem julgamento faz com que essas mulheres aguardem o atendimento multiprofissional. Durante as observações, vi algumas usuárias que chegam e só dizem que foram encaminhadas pela delegacia da mulher ou outra instituição, outras mulheres começam o relato da violência que vivenciaram enquanto aguardam o atendimento individual. Dessa forma, o primeiro contato e impressão do serviço é realizado a partir da recepção.

A segunda fase é a orientação às mulheres em situação de violência (diagnóstico inicial e encaminhamentos), quando as mulheres será atendida por uma dupla de profissionais composta por uma/um psicóloga/o e uma/um assistente social (BRASIL, 2006). Os atendimentos no CEAM-JB são realizados, na maioria das vezes, com a presença de psicólogo/a, assistente social e advogado/a, salvo vezes em que algum/a deles/as está em atividades fora da instituição. Particpei de dois atendimentos junto com as profissionais, nestes, pude perceber a importância da integração da equipe multiprofissional, como também o discurso afinado entre elas, pois as orientações e intervenções, mesmo sendo de diferentes profissionais, tinham uma linha de coerência, bem como uma postura parecida frente às demandas.

O momento de atendimento com a equipe completa é importante, pois as demandas trazidas pelas usuárias precisam ser compreendidas/trabalhadas de forma integral e interdisciplinar. Quando o atendimento é realizado por uma das profissionais, o relato é repassado para as demais e só depois é realizada a terceira fase.

A terceira fase é o diagnóstico aprofundado e atendimento, o objetivo é aprofundar o diagnóstico preliminar elaborado no atendimento inicial a fim de identificar as demandas e questões a serem trabalhadas nos outros tipos de atendimento (BRASIL, 2006). Após a escuta, iniciada na segunda fase, as profissionais discutem as demandas trazidas pela usuária e são direcionados focos para as intervenções e encaminhamentos.

A quarta fase é o monitoramento e o encerramento do atendimento, que diz respeito à interlocução permanente com os demais equipamentos da rede ampliada de atendimento às mulheres através de reuniões, relatórios ou procedimentos necessários para cada caso. O desligamento do serviço de atendimento especializado somente ocorre quando é verificada a superação da situação de violência, o fortalecimento de mecanismos psicológicos e sociais que tornem viáveis a autodeterminação das mulheres (BRASIL, 2006). O monitoramento no

CEAM-JB é feito a partir dos atendimentos realizados na instituição (jurídico, social e psicológico), quando a usuária não comparece aos atendimentos, a equipe entra em contato por telefone. Já em relação as usuárias que são acompanhadas por outros serviços da rede de atendimento a equipe entra em contato com a instituição, seja através de reuniões e/ou relatórios.

Além dessas fases de atendimento, que se assemelham ao previsto na Norma Técnica (BRASIL, 2006), o CEAM-JB realiza a notificação compulsória de todos os casos suspeitos ou confirmados de violência doméstica, sexual e/ou outras violências. A ficha de notificação é preenchida pelas profissionais e encaminhada para a vigilância epidemiológica do município, que alimenta o Sistema Nacional de Agravos Notificáveis (SINAN).

Na segunda oficina, discutimos em profundidade as ações de prevenção e os atendimentos às mulheres em situação de violência. Para isto, solicitei que as participantes escolhessem um caso que elas considerassem emblemáticos para que pudéssemos aprofundar a discussão sobre os atendimentos multidisciplinares. Segue o relato do caso.

Escolhemos um caso que foi encaminhado pelo CRAS da COHAB 3, que foi um caso de uma mulher, hoje com 47 anos, que tinha sido abusada pelo pai durante 32 anos. Faz 11 anos que ela conseguiu sair do ciclo de violência, teve duas filhas com o pai. Ela trouxe essa denúncia para a gente porque ela soube que uma filha desse pai, com 7 anos, estava sendo vítima da mesma violência que ela tinha sofrido. Apresentava os mesmos sintomas, então ela estava se vendo naquela criança, entendeu? Foi quando ela nos trouxe isso. A gente observou que ela sofreu muito, ela chorava copiosamente, como se ela tivesse revivendo ao falar. Ela tava revivendo tudo que ela passou, foi muito doloroso também para a gente tá vendo aquilo ali e acredito que quem participou desse momento ficou muito perturbado. Eu realmente fiquei à noite [pausa], a gente fica naquela pensando “meu Deus, por quê? O que eu vou fazer? O que é que a gente vai fazer? E essa criança aí? (Iris)

Até porque até os fatos que ela trazia eram fatos muito chocantes porque a mãe dela se suicidou em virtude de presenciar cenas de abusos. Então, ela tinha 9 anos e ela tinha outras irmãs. (Azaleia)

Pegando o gancho aí. O pai dizia que toda filha mulher que nascesse seria dele e como ela [mãe] estava grávida de 3 meses e já sabia que era uma menina, então ela preferiu se matar. (Iris)

Ela disse assim: “para meu pai não abusar das minhas outras irmãs eu colocava elas para dormir, quando elas dormiam eu tinha que levantar na pontinha dos pés pra ir agradar o meu pai e quando eu não queria agradar ele, ele abusava de mim com cabo de vassoura”. (Azaleia)

Uma coisa que ela falou e ela se emocionava muito, chorava compulsivamente, ela quase não conseguia falar quando ela fazia relação um dos primeiros abusos dela aos 7 anos, ela disse que ele mordida os seios dela e as mesmas marcas ela estava percebendo na outra irmã, então quer dizer que ele começava os abuso por aí. Aí quando ela falava isso, ela se desesperava, porque é como Iris disse, ela se via e sabia que aquela criança ia passar por tudo que ela passou durante todo esse tempo. (Girassol)

Outro agravante nessa história aí, que é uma coisa que é bem marcante, é quando ela [usuária] teve a primeira filha. Com a filha, ele [pai] registrou a menina, ela não sabe precisar direito, ela quase morreu, ela ficou doente, ficou internada, ela não sabe o ano direito em que a menina nasceu e nem a data. Mas aí o que foi que ele [pai] fez, primeiro, a menina não nasceu aqui [Garanhuns], levou para outra cidade para nascer em Barreiros, e aí quando a menina nasceu, ele com aquela certidão de nascido vivo, levou no cartório e registrou a menina como filha dele e da mulher morta. (Orquídea).

As profissionais relataram que quando ele registrou a criança em seu nome e de sua esposa, esta já estava falecida há dois anos.

Para Saffioti (2004), a violência doméstica tem como característica importante a rotinização, ou seja, a transformação do comportamento violento em um fenômeno cotidiano que contribui para que se construa uma relação de co-dependência. Como a violência irá ocorrer no interior da relação, a autora considera que há necessidade de intervenção externa para reconfigurar a relação. Porém, para a realização desta intervenção é necessário que os/as profissionais estejam capacitados/as para agir diante de casos de violência, uma vez que, muitas mulheres apresentam dificuldades para falar da violência sofrida, seja por medo do que possa acontecer com elas caso o autor da violência saiba da denúncia, seja por não conseguir reconhecer que está vivenciando situações de violência. Porém, a resistência encontrada na mulher não pode ser vista como cumplicidade, uma vez que ela teria que se situar, tendo os mesmos acessos e estando no mesmo patamar que o seu companheiro na estrutura de poder.

A questão apontada pela autora supracitada, sobre a importância de uma intervenção externa, seja de familiares, vizinhos ou profissionais, fica muito evidente quando as profissionais relataram as diversas situações em que a usuária vivenciou preconceito por ter sido abusada e ter tido uma filha de seu pai.

Teve outra coisa para mim foi bem forte: o quanto elas ficaram impressionadas com o nosso acolhimento, o quanto elas disseram que sofriam preconceito e que aqui não sofreram, que as crianças [filhas da usuária e de seu pai] sofriam bullying na escola, que quando iam nos postos de saúde que sabiam da situação delas, agiam com preconceito com relação, que elas não tinham contato com os vizinhos porque os vizinhos achavam que elas eram alguma coisa feia porque ela tinha vivido com o pai. E então ela disse assim nunca teve a oportunidade de viver. Ela dizer que tinha 47 anos hoje, né? Que a vida tinha passado por ela e ela não tinha vivido e isso realmente foi muito triste. (Iris)

Quando perguntei às profissionais se houve alguma dificuldade no atendimento a esta usuária, elas relataram duas principais: 1) Fragilidade da rede de atendimento às mulheres em situação de violência e 2) Dificuldade em ouvir/intervir em casos de violência contra as

mulheres. As participantes relataram que após a escuta da usuária foram acionados o Conselho Tutelar, 9º DEAM, escola municipal, entre outros equipamentos.

Pois é, né, o que fazer agora nesse momento? Para acionar delegacia? Polícia militar? Para ir lá para ver se essa menina tava, acionar escola, verificar se essa menina tava na escola. O Conselho Tutelar que a gente precisou acionar. Uma coisa que Azaleia lembrou das dificuldades foi a demora e em chegar lá porque aí foram 13 dias, não foi? (Orquídea)

[...] Na verdade, foram mais por que o CRAS procurou a gente numa sexta-feira, a gente ficou aqui até umas 16h:30min da tarde conversando com assistente social do CRAS, na segunda-feira, ela já trouxe a moça, na segunda-feira, a gente foi na delegacia abrir o boletim de ocorrência. Entre a abertura do boletim de ocorrência e a delegacia resolver dar o pontapé inicial, foram 13 dias. Não foi nem resgatar foi dar o pontapé inicial. (Azaleia)

E depois que o conselho foi o que foi que ele [autor da violência] fez, ele tirou ela da escola, matriculou em outra escola, colocou na casa dele uma placa de venda e a delegacia, doutora Débora, já foi localizar ele em umas Grotas longe. E estava com a menina, com a menina e com a mãe da menina, só que a mãe da menina tem algum problema mental e ela tava lá dentro da casa totalmente zen, sem se dar conta que estava acontecendo a sua volta e só tava ele e a mulher nessa situação e a criança. (Iris)

As participantes relataram que até aquele momento não havia desfecho desse caso. Quando a criança retornou à Garanhuns, foi realizado o exame sexológico, mas não foi identificada penetração. Como não havia provas de abuso sexual, e o “crime” com sua filha mais velha havia sido prescrito, a alternativa foi indiciá-lo por falsidade ideológica devido ao registro de nascimento no nome de sua esposa falecida.

As profissionais referiram como uma dificuldade a demora para a intervenção, pois em 13 dias de espera o autor da violência foi informado que sua filha tinha procurado a delegacia, e ele conseguiu fugir levando a criança.

A outra dificuldade relatada pelas participantes foi em relação ao pós-atendimento.

E às vezes a gente acha que já viu de tudo e aí chega uma coisa mais pesada ainda. (Iris)

A gente vive muito isso, as situações de abuso aqui é muito, é muito cotidiano, a gente tem filho, tem filhos pequenos e aí começa a ter medo do vento que passa na porta e termina ficando mesmo neurótico, como diz o povo [sic]. (Lírio)

O que me afeta mais não é nem tanto as tragédias, é a gente saber e você não conseguir fazer algo. Não é nem tanto horror, é o sistema, porque aí você vê casos e às vezes você não consegue dar andamento, não existe estrutura para isso. Um dia desses uma menina ligou para a gente e ela ia para a rua, aquela jovem vinha, ela foi vítima de violência, ela se escondeu no mato, a polícia foi resgatou, ela saiu aí ela fez tudo certo! Não conseguiu arrumar casa, não tinha para onde ir, ela ia para a rua. E aí? Meu Deus, e aí? A gente denuncia a violência e blá blá blá [sic] e ela vai pra rua? Como assim ela vai pra rua? Não podia mais ficar lá no lugar, pra casa dos pais não podia voltar porque era numa situação horrível também. (Orquídea)

Como estratégia para conseguir atender aos casos que chegam à instuição, as profissionais relataram que a discussão de casos entre a equipe é muito importante, não apenas sobre o caso, mas também como elas se sentem mediante o que escutaram e como aquele caso as afetou, como pode ser visto no relato abaixo.

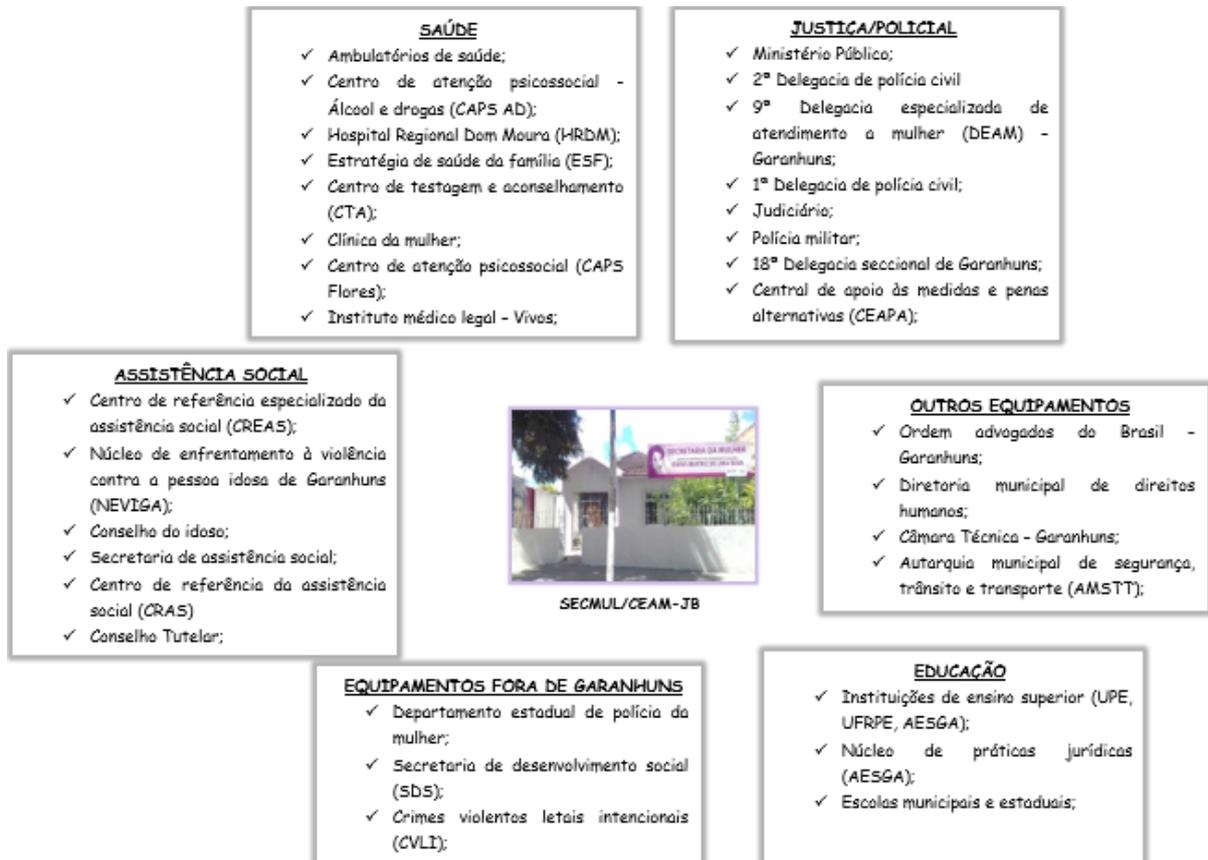
Só de discutir sobre o caso, dizer como se sentiu, já é muito importante, né? Falar, né? Discutir o que aconteceu, como nos afetou, como a gente se relaciona com eles, é muito importante e assim também, pelo menos do meu lado, é saber que mesmo ficando neurótico você não pode deixar de viver, você não vai deixar de sair na rua, você não tem como. Mas, falar sobre como isso nos emociona, como nos afeta e chorar quando nos afeta, eu percebo como uma grande coisa, falar sobre isso e admitir que foi afetado sobre isso é importante até para pensar novos encaminhamentos que você não está conseguindo visualizar. Outra mente que tá fora vem com outra solução, então faz você se preparar para novas demandas. (Iris)

Falar coletivamente sobre o caso, de como ele mexeu com cada uma, faz com que as profissionais reflitam sobre sua intervenção. Durante as observações, vivenciei alguns momentos em que a equipe discutia os atendimentos e de como estes momentos proporcionavam para elas novos olhares sobre as situações vivenciadas pelas usuárias.

#### 4.3 REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ARTICULAÇÕES INTERSETORIAIS

Na terceira oficina, construímos coletivamente a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres do município de Garanhuns. Dividi a equipe em três grupos, cada um com uma área específica. Foram listados 33 equipamentos, sendo 4 fora do município, como pode ser observada na *figura 8* abaixo.

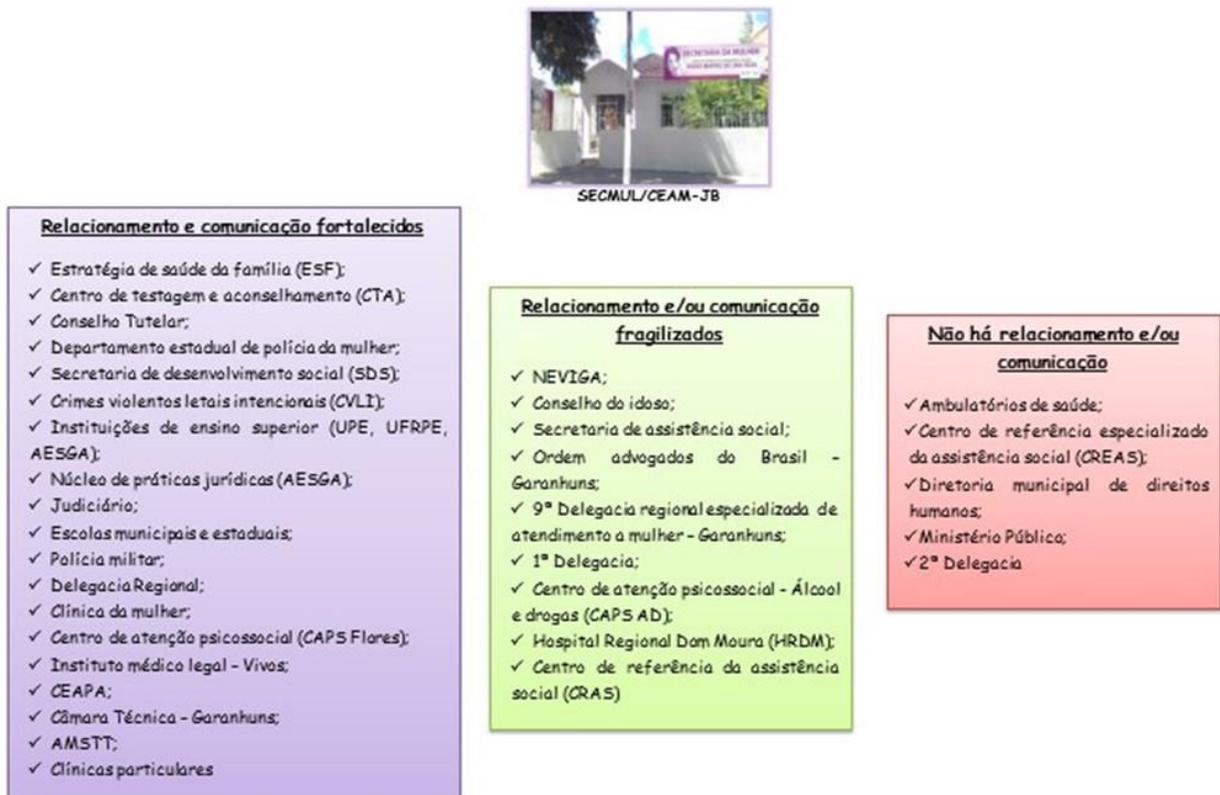
**Figura 8** – Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres do município de Garanhuns-PE, construída na terceira oficina.



**Fonte:** Elaboração desta pesquisadora.

Após identificar todos os equipamentos, discutimos o relacionamento entre a SecMul-Garanhuns e o CEAM-JB com as instituições listadas. Para isto, refetimos se as relações estão fortalecidas (lilás), se apresentam fragilidades (verde) e se não há relacionamento e/ou comunicação (vermelho).

**Figura 9** – Rede de relação entre a SecMul-GUS, o CEAM-JB e equipamentos, construída na terceira oficina.



**Fonte:** Elaboração desta pesquisadora.

É importante pontuar que durante o processo de construção e discussão sobre a rede refletimos que aquela configuração representava aquele momento e contexto. E que tanto os equipamentos como a relação entre eles poderiam mudar, logo faz-se necessário uma constante avaliação/reavaliação das ações e articulações intersetoriais.

Para a organização deste capítulo escolhi dividir em áreas de atuação, dessa forma discutirei o papel de cada área identificando as fragilidades e potencialidades. E, em seguida refletir o que as participantes e pesquisadora pesaram sobre a rede de enfrentamento.

#### 4.3.1 Saúde

Na área da saúde, observamos no quadro abaixo as relações estabelecidas, sendo que a maioria encontra-se fortalecida.

**Quadro 11 - Relacionamento da SecMul-Garanhuns/CEAM-JB com o equipamento da área da saúde**

<b>Relacionamento da SecMul-Garanhuns/CEAM-JB com o equipamento</b>	
Relações fortalecidas/ boa comunicação	Centro de testagem e aconselhamento (CTA); Centro de saúde da mulher; Centro de atenção psicossocial (CAPS Flores); Instituto médico legal – Vivos; Estratégia de saúde da família (ESF).
Relações fragilizadas / dificuldades na comunicação	Centro de atenção psicossocial - Álcool e drogas (CAPS AD); Hospital Regional Dom Moura (HRDM).
Não há relacionamento / não há comunicação	Ambulatórios de saúde.

**Fonte:** Elaboração desta pesquisadora.

As participantes relataram que há um bom relacionamento com as ESF's, CTA, Centro de Saúde da Mulher, seja através de encaminhamentos e/ou parceria para ações de prevenção e enfrentamento. Em relação ao atendimento às mulheres em situação de violência sexual, quando encaminhadas para o IML-Vivos, as participantes relataram que o acolhimento/atendimento depende do plantão médico.

No que se refere ao HRDM, as participantes relataram que existem fragilidades, principalmente em relação à equipe médica e ao gestor da unidade. Quando as mulheres em situação de violência chegam à emergência da instituição, é acolhida de forma adequada, porém, dependendo do médico/a que está de plantão, ou há uma recusa para fazer o laudo ou o fazem se desejarem. Diante desta realidade a equipe da SecMul-Gus, durante o período em que ocorreu a pesquisa, estava tentando contactar a gestão da unidade para intervir nesta questão.

Na rede de saúde mental do município, há o CAPS Flores e o CAPS AD. Em relação ao primeiro, as profissionais relataram um bom relacionamento:

Porque assim, a gente tem um acerto com o CAPS [flores], falamos com o coordenador e, em alguns casos em que a mulher não é perfil CAPS, mas pra ela não passar 3 meses esperando uma consulta com psiquiatra, porque as vezes ela ta em crise, muitas tentam suicídio, então a gente encaminha pro CAPS não tem tido problema ne? (Orquídea)

Já em relação ao CAPS AD, as participantes relataram que o relacionamento é frágil, pois já encaminharam usuárias do serviço para atendimento psiquiátrico e, segundo elas, a equipe da instituição não atendeu à demanda.

A partir disto, podemos fazer duas reflexões: a primeira de que esta fragilidade pode estar relacionada à forma como o serviço é solicitado pela equipe da SecMul-Gus, pois ao solicitar apenas o atendimento psiquiátrico para as usuárias, o CAPS Flores e AD é solicitado a fazer um trabalho de ambulatório, o que não é função deste dispositivo. Observamos que a relação com o ambulatório do município não existe, logo, se esta parceria com o serviço de ambulatório de psiquiatria e psicologia fosse realizada, esta demanda poderia ser encaminhada de forma adequada.

#### 4.3.2 Assistência Social

No quadro abaixo, observam-se as relações estabelecidas na área da assistência social, sendo que a maioria encontra-se fragilizada.

**Quadro 12** - Relacionamento da SecMul-Garanhuns e do CEAM-JB com o equipamento da assistência social

<b>Relacionamento da SecMul-Garanhuns/CEAM-JB com o equipamento</b>	
Relações fortalecidas/ boa comunicação	Conselho Tutelar.
Relações fragilizadas / dificuldades na comunicação	Núcleo de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa de Garanhuns (NEVIGA); Conselho do idoso; Secretaria de assistência social; Centro de referência da assistência social (CRAS).
Não há relacionamento / não há comunicação	Centro de referência especializado da assistência social (CREAS).

**Fonte:** Elaboração desta pesquisadora.

A relação com o Conselho Tutelar foi relatada como fortalecida:

Nas vezes em que a gente demandou, algo funcionou. Na cidade ou em outros lugares onde a gente chegou, as pessoas reclamaram do conselho, tem inclusive assistidas que chegaram aqui e tudo, mas nas vezes em que nós demandamos e levamos o caso, alguma coisa funcionou. (Orquídea)

Durante o período da observação no cotidiano, acompanhei uma reunião com o Conselhor Tutelar a respeito de um caso de violência doméstica que envolvia uma criança. Neste caso que acompanhei, pude observar a atuação em conjunto com a equipe multiprofissional da CEAM-JB. Percebi que a comunicação entre eles para discutir casos, seja por relatório ou por reunião, é eficaz.

Em relação ao CREAS, as participantes relataram:

Na verdade, eu acho que não teve uma intervenção do CREAS, a não ser de receber demanda que seria deles e eles passam pra gente, então é muito frágil. Demanda que

a gente precisou mesmo, já trouxeram pra cá mas era um caso que nem era nosso.  
(Lírio)

O CREAS é um equipamento da política de assistência social que tem como papel ser uma referência, nos territórios, a partir da oferta de trabalho social especializado à família e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos (BRASIL, 2011c). Este serviço, muitas vezes, é uma porta de entrada para as mulheres em situação de violência, como também, por sua inserção comunitária e pelo diálogo permanente com o CRAS, pode identificar situações de violência contra as mulheres antes da chegada da usuária no serviço. Logo, é importante que as relações e comunicação da SecMul-Garanhuns e do CEAM-JB sejam fortalecidas, mas também que ocorra uma corresponsabilização no cuidado, não apenas um encaminhamento.

Em relação aos demais equipamentos, as participantes pontuaram que a Secretaria de Assistência Social e CRAS esbarram em questões de compreensão da assistência como um direito e não como um “favor”, conforme pode ser visto no relato abaixo.

CRAS, pronto tem uma fragilidade, quando a gente precisa garantir a essa mulher o benefício eventual, uma cesta básica alguma coisa desse tipo tem que ser pela amizade “ah vou tentar com fulano, ah não sei o que” entendessem um mero ofício é negado, muitas vezes uma ligação de alguém que não tenha amizade é negado não vê como garantia de direito. (Lírio)

#### 4.3.3 Sistemas Judiciário e Policial

Observamos que a maioria dos equipamentos possui relacionamento fortalecido, porém, dois equipamentos-chave para o enfrentamento da VCM (9ª DEAM e Ministério Público) têm relacionamento fragilizado e/ou não há relacionamento, como pode ser visto no quadro abaixo.

**Quadro 13** - Relacionamento da SecMul-Garanhuns/CEAM-JB com o equipamento dos sistemas judiciário e policial

<b>Relacionamento da SecMul-Garanhuns/CEAM-JB com o equipamento</b>	
Relações fortalecidas/ boa comunicação	Judiciário (vara criminal); Polícia militar; 8ª Delegacia seccional de Garanhuns; Central de apoio às medidas e penas alternativas (CEAPA).
Relações fragilizadas/ dificuldades na comunicação	9ª Delegacia especializada de atendimento à mulher (DEAM) – Garanhuns; 1ª Delegacia de polícia civil.
Não há relacionamento/ não há comunicação	Ministério Público; 2ª Delegacia de polícia civil.

**Fonte:** Elaboração desta pesquisadora.

Em relação aos equipamentos policiais, as participantes relataram que no que se refere à Polícia Militar e à 8ª Delegacia seccional de Garanhuns o relacionamento é bom, já a 1ª Delegacia de Polícia Civil, apresenta fragilidade em relação ao acolhimento à mulher em situação de violência. Já em relação à 2ª Delegacia de Polícia Civil, apesar da equipe acolher bem as mulheres no ato do registro do Boletim de Ocorrência (BO), as participantes optaram por descrever que não há relacionamento por conta da Delegada responsável, como pode ser verificado nos relatos abaixo.

A delegada não reconhece que é importante o enfrentamento da violência doméstica, ela acha simplesmente que é balela [sic], que tem coisas muito mais importantes para fazer [...], ela não tem paciência para violência doméstica, ela entende que violência doméstica é probleminha que se resolve entre quatro paredes. (Azaleia)

Agora, a equipe dela é boa, a equipe dela trabalha bem, são atenciosos. (Acácia)

Em relação à 9ª DEAM, o relacionamento é frágil pelo motivo contrário da anterior. As profissionais relataram que há um bom diálogo com a delegada responsável, mas relataram dificuldades com a equipe que acolhe e faz o BO das mulheres, conforme relatos.

Há falta de tato com as mulheres que são vítimas de violência doméstica porque eles não têm sensibilidade [...] Por exemplo, como chegou lá uma senhora que já tinha tido um AVC por causa do filho e o camarada [policial] chegou lá e disse a senhora: “vai ver seu filho algemado? Preso? A senhora vai prender seu filho? Tem certeza que é isso que a senhora quer fazer?”. Ou então uma outra vítima de violência doméstica que morava no quilombo, que já tinha tentado outras vezes acionar a polícia e não conseguiu por causa do difícil acesso, o agressor já tinha tentado matar ela várias vezes, aí ele chegou, a policial chegou a perguntar [mudou o tom de voz]: “Você acha que a gente tem bolinha de cristal? Que a polícia civil tem bolinha de cristal pra saber que a senhora está sendo vítima de violência doméstica? Por que depois de tudo isso a senhora não veio abrir um boletim?”. Um servidor público para estar na investidura do cargo de servidor público, estudando a legislação de todo servidor público e sabendo que que o seu papel não é questionar, é fazer! Eles

questionam [mudou tom de voz]: “Por que aqui de novo? Por que retirou a medida protetiva? (Azaleia).

Bandeira e Almeida (2004) discutem que existem muitas dificuldades pessoais e barreiras institucionais enfrentadas pelas mulheres em situação de violência para denunciar os autores de violência. Essas dificuldades, muitas vezes, decorrem de concepções arraigadas sobre este tipo de violência, tornando-se verdadeiros mitos. As autoras descrevem alguns mitos e estes se aproximam de alguns dos relatos trazidos pelas participantes da pesquisa.

Identificando a importância de um trabalho articulado com as delegacias, especializadas ou não, as profissionais da SecMul-Garanhuns realizaram algumas ações de capacitação para o efetivo policial militar e civil em 2016. E algumas ações de prevenção também foram articuladas no mesmo ano, como a *Patrulha Cidadã* e o *Whatsapp Mulher*.

**Figura 10** – Cartão com o número da Patrulha Cidadã e *Whatsapp Mulher*.



**Fonte:** Elaboração desta pesquisadora.

As profissionais relataram um bom relacionamento com a CEAPA. Atualmente, a instituição realiza um grupo reflexivo para homens autores de violência. E que foram convidadas para participar de um dos encontros. E assim descreveram sua participação:

Havia 16 agressores e a gente sentia por parte deles a curiosidade de saber da Lei Maria da Penha, porque que existia uma Lei? [...] eles tinham a curiosidade de saber o que era o machismo, como era. Uma coisa que me chamou bastante atenção foi quando Lírio trouxe essa questão histórica e trouxe a questão do tratamento, da criação, de quando a gente fala pros [sic] filhos “olhe, menino não chora, menino não faz isso, menina não faz aquilo”. Quando ela frisou a questão do não chorar e começou a explicar o que era o não chorar, o que a gente tolhia da criança quando a gente dizia que homem não chora, aí teve uma hora que um homem, ele respirou fundo, aí disse assim, “é, mas, quando a gente não aguenta mais, a gente tem que chorar, né?”. Como se fosse assim, eu senti que como ele dissesse que chorar pra ele seria o último, o fim do túnel, aquela luz no fim. E outra coisa que eu queria completar, que eu achei importante em relação ao CEAPA, foi eles [autores de violência] entenderem que eles estavam participando de um momento em que eles estavam sofrendo uma sanção e que eles estavam sofrendo uma pena, mas que eles passaram a não se reconhecer como criminosos porque até então eles entendiam que a LMP os taxava como criminosos, né? Foi quando a gente colocou essa questão pra eles que a partir daquele momento que eles adquiriram aquele conhecimento que eles teriam aquela opção entre serem homens e serem agressores (Azaleia).

Entre as inovações da LMP, está prevista a criação de “mecanismos específicos de responsabilização e educação dos agressores, com a possibilidade de o juiz decretar o comparecimento obrigatório do autor da agressão” (BRASIL, 2006, p. 13). Benedito Medrado e Ricardo Mélo (2008, p. 6) chamam a atenção para o fato de que a LMP, de certo modo, “reconhece que para intervir no contexto da violência doméstica e familiar contra as mulheres, a partir da perspectiva de gênero, é preciso implementar ações que possam também incluir os homens”.

Porém, eles apontam duas lacunas, a primeira refere-se ao fato de a Lei não explicitar trabalhos de promoção à saúde (ou promoção da equidade de gênero) com a população masculina. A segunda é que não existe uma definição clara sobre os centros de atendimentos aos “agressores”, cuja finalidade,

conforme a lei, é de “educação e reabilitação” (art. 35) ou “recuperação ou reeducação”. São duas lacunas importantes, porque se referem exatamente, ainda que usando termos absolutamente questionáveis, à atenção integral que deveria ser dada ao problema, envolvendo todos os agentes sociais que fazem parte (MEDRADO e MELO, 2010, p.6)

Para Toneli et al (2010), a ideia de atender homens autores de agressão baseia-se na aposta de que o sujeito possa reconhecer e responsabilizar-se pela violência que comete, assumir seu compromisso com as formas hegemônicas de masculinidades e procurar alternativas não violentas. Uma compreensão adequada da situação de violência deve levar em conta os significados dessa temática que são prevalentes no grupo cultural dos envolvidos.

Em relação ao judiciário (varas criminais), o relacionamento é fortalecido, como também são realizadas várias parcerias. Uma delas é que as profissionais do CEAM-JB participam e são informadas de todas as audiências referentes à LMP. No caso das mulheres que já são assistidas pela instituição, o acompanhamento é realizado em conjunto e aquelas que ainda não são atendidas são informadas sobre o serviço.

Sobre a dificuldade de relacionamento/comunicação com o Ministério público, as profissionais fizeram a seguinte reflexão:

agora bote [sic] também uma fragilidade que a gente não procura o Ministério Público, a gente procura dentro do processo normal. Não procurou sensibilizar ninguém, né? A gente não foi lá. Eu vou botar uma *mea* culpa. A gente não estreitou, porque no judiciário a gente foi ao judiciário, uma vez, duas vezes, três vezes, você acha que foi fácil conquistar a juíza? Não foi fácil. Então porque a gente não vai no Ministério Público? É um desafio, né? eu entendo o seguinte, o Ministério Público não sabe o que tá fazendo, não sabe o que é a Secretaria da Mulher. Foi mulher, bota lá pra Secretaria da Mulher pra saber o que elas vão fazer. Eles não entendem o que a secretaria faz ai manda pra cá, talvez precise entender também. (Amarilis)

Este relato de Amarilis nos mostra a importância de conhecer os dispositivos que compõe a rede, mas também refletir como ocorrem os fluxos de encaminhamento e comunicação entre eles para o planejamento de ações de fortalecimento e/ou sensibilização para minimizar possíveis fragilidades.

#### 4.3.4 Educação

A área da educação é a única em que o relacionamento com todas as instituições está fortalecida, conforme pode ser visto no quadro abaixo.

**Quadro 14 - Relacionamento da SecMul-Garanhuns e do CEAM-JB com o equipamento da educação**

<b>Relacionamento da SecMul-Garanhuns/CEAM-JB com o equipamento</b>	
Relações fortalecidas/ boa comunicação	Instituições de ensino superior (UPE, UFRPE, AESGA); Núcleo de práticas jurídicas (AESGA); Escolas municipais e estaduais.

**Fonte:** Elaboração desta pesquisadora.

Em relação às instituições de ensino superior, existem algumas particularidades. O CEAM-JB recebe estagiários/as de psicologia da UPE - *Campus* Garanhuns, existe o desenvolvimento de projeto de pesquisa e extensão de alunos de diversos cursos da instituição em parceria com a SecMul-Gus e CEAM-JB. Durante a oficina foi discutida a possibilidade de buscar parceria com a Clínica-escola do curso de Psicologia para o atendimento de mulheres em situação de violência.

A AESGA, que é mantenedora da FAGA e tem o curso de Direito, recebe através de encaminhamento mulheres para acompanhamento jurídico no Núcleo de Práticas Jurídicas. A SecMul-Garanhuns e o CEAM-JB são convidados, em alguns eventos, para falar sobre o atendimento às mulheres em situação de violência.

A relação com as escolas municipais se dá a partir do *Maria da Penha vai à Escola*. Perguntei se a relação com as escolas sempre foi boa, as participantes relataram:

Ah! Com as escolas não! Construção, processo. Foi um processo longo. Hoje, é uma relação construída, também é uma questão de pessoas, foi a decisão da gestão de fortalecer o programa da Secretaria. (Amarilis)

A Lei municipal 4386/2017 (GARANHUNS, 2017) traz como umas das ações estratégicas o programa educativo *Maria da Penha vai à escola*, que tem como foco a desconstrução das desigualdades e “violência de gênero feminino”, bem como o enfrentamento aos preconceitos de raça, cor, etnia, credo, orientação sexual e pessoas com

deficiência no âmbito da comunidade escolar. Participam das ações escolas e creches municipais. Este programa iniciou suas atividades em 2014.

*O Maria da Penha vai à escola* iniciou em 2014, mas ele era ações pontuais. Em 2015, nós conseguimos o decreto [085/2015] e passamos a ter 15 escolas oficialmente participando do projeto e teve culminância do projeto, apresentação das atividades nas escolas, então eu acho que ele foi concretizado de fato ainda em 2015, até então ele era ações pontuais e em 2015 ele passou a ser um decreto municipal e aí foi uma conquista muito grande, né? (Lírio)

Em 2014, participavam do projeto cinco escolas, com a conquista do Decreto, passaram para 15 escolas e deixou de ser projeto para virar um programa. Atualmente, são assistidas 30 escolas municipais. Perguntei às participantes o que elas atribuíam ao aumento do número de escolas.

Eu quero acreditar que tenha sido [risos], que eles tenham gostado do trabalho, tenham visto que vale a pena, né? Que é algo que realmente vai trazer uma transformação e eu acho que o formato que a gente foi construindo esse projeto para que houvesse essa aproximação dos profissionais. (Lírio)

A equipe da SecMul-Garanhuns que fica responsável por este programa organiza o material de apoio para as ações dos/as professores/as, este material contém as sugestões de temas e propostas de atividades. Também são realizadas sensibilização, formação para os/as professores/as participantes e assessoria para as escolas. A ideia é que os temas sejam trabalhados durante todo o ano letivo.

**Figura 11** – Ação do Maria da Penha vai à escola.



**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisadora.

No dia 13 de dezembro de 2017, o prefeito do município de Garanhuns sancionou a Lei nº 4432/2017, que tem como objetivo vetar “a adoção da Ideologia de Gênero nas práticas pedagógicas no cotidiano das escolas da Rede Municipal de Ensino”. A aprovação desta Lei está vinculada às discussões que já foram mencionadas na revisão da literatura sobre o debate da “bancada conservadora” sobre ideologia de gênero e na discussão acerca da retirada do conceito de gênero da Política Municipal de Enfrentamento à Violência Contra As Mulheres.

Para Guacira Lopes Louro (1997, p.81), “é indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz”. As produz a partir de uma série de dispositivos de demarcam as desigualdades sociais e de gênero, como a organização do currículo escolar, na linguagem, na divisão das atividades físicas, materiais didáticos etc.

A presença do programa *Maria da Penha vai à escola* possibilitava aos professores, a partir das capacitações e vivências na aplicação dos planos de aula disponibilizados pela SecMul-Gus, bem como aos/as alunos/as, refletir sobre gênero e sua relação com a violência doméstica e familiar. Porém, com esta “proibição”, como discutir violência contra as mulheres no espaço escolar? E, quais rebatimentos esta decisão municipal pode afetar as ações deste programa?

#### 4.3.5 Outros Equipamentos

Nesta seção, listei equipamentos que não se encaixavam nos anteriores e aqueles que elas referenciaram e não são do município. Pode-se observar que a maioria apresenta relação fortalecida. Os que foram referidos com relações fragilizadas e que não há relação, são equipamentos que iniciaram seu trabalho recentemente e ainda não foi possível estabelecer essa relação.

**Quadro 15** - Relacionamento da SecMul-Garanhuns e do CEAM-JB com outros equipamentos

<b>Relacionamento da SecMul-Garanhuns/CEAM-JB com o equipamento</b>	
Relações fortalecidas/ boa comunicação	Departamento estadual de polícia da mulher; Secretaria de desenvolvimento social (SDS); Crimes violentos letais intencionais (CVLD); Câmara Técnica – Garanhuns; Autarquia municipal de segurança, trânsito e transporte (AMSTT).
Relações fragilizadas / dificuldades na comunicação	Ordem advogados do Brasil – Garanhuns.
Não há relacionamento / não há comunicação	Diretoria municipal de direitos humanos.

**Fonte:** Elaboração desta pesquisadora.

As profissionais apontam que o bom relacionamento entre o Departamento estadual de polícia da mulher, a Secretaria de desenvolvimento social (SDS) e de Crimes violentos letais

intencionais (CVLI) é importante para o estabelecimento de parceria e diálogo com as instituições policiais em Garanhuns.

O Art 4º da Lei Municipal 4386/2017 define as competências da Câmara Técnica de enfrentamento à violência de gênero feminino

- I – a avaliação dos resultados e impactos causados a partir da promulgação da presente lei;
- II - promover a intersetorialidade e transversalidade das ações de enfrentamento à violência de gênero feminino;
- III - articulação entre os serviços que compõe a rede de enfrentamento à violência de gênero feminino, bem como os demais serviços de apoio que se façam necessários ao atendimento à vítima de violência de gênero feminino;
- IV – propor ações de enfrentamento, acolhimento, atendimento e encaminhamentos, bem como ampliação e adaptação dos serviços da rede de apoio e enfrentamento à violência de gênero feminino e atendimento à vítima de violência (GARANHUNS, 2017).

Fazem parte da câmara técnica os equipamentos de diversos setores do município. As participantes da pesquisa afirmaram que a implantação deste equipamento fortaleceu as ações intersetoriais, bem como o diálogo entre as instituições. Além disso, o monitoramento das estatísticas e ações ficaram mais eficazes.

#### 4.3.6 O que pensamos dessa Rede?

Pensar a configuração da rede de enfrentamento da VCM de Garanhuns já estava nos objetivos iniciais da pesquisa, mas durante a observação no cotidiano e, principalmente, nas oficinas, identificamos a necessidade de analisar as relações entre os equipamentos e a SecMul-Gus e o CEAM-JB.

Foi algo que a gente deixou da outra oficina [a segunda oficina] que a gente percebeu a rede, a rede quando a gente foi ver tinha muita fragilidade e conversando todo mundo Amarilis levou para a câmara técnica. (Lírio)

Durante as ações, intervenções e discussão nas oficinas, as participantes falavam sobre a dificuldade do trabalho em rede, mas quando listamos e discutimos os equipamentos observamos que elas não tinham a dimensão da quantidade de equipamentos disponíveis e que poderiam ser articulados. Como pode ser visto nos relatos.

Gente, como tem rede, viu? Pelo menos tecida, frágil, mas tecida. Nem a gente tinha ideia. Eu adorei esse história aí, essa configuração. Porque a gente não tem ideia. (Amarilis)

E até tiveram algumas contradições, né, porque quando a gente vê e diz que tem uma rede estruturada, mas ao mesmo tempo, na hora da intervenção, a rede não está estruturada não, ela é muito frágil. (Lírio)

Observamos que há um relacionamento bom ou frágil com equipamentos importantes. Mesmo tendo fragilidades na comunicação e/ou relacionamento com alguma instituição, ainda existem possibilidades de articulação e ações integradas, como, por exemplo, a 9ª DEAM, onde a dificuldade apontada pelas participantes é o acolhimento às mulheres, mas onde há um bom relacionamento com a delegada responsável. Logo, ao analisar cada equipamento as profissionais podem trabalhar para minimizar as fragilidades e fortalecer os pontos positivos.

Ao analisar os pontos em vermelho (não há relacionamento ou comunicação), as profissionais observaram que estes equipamentos, muitas vezes, são a porta de entrada das mulheres em situação de violência.

É preocupante, né? Porque se você for olhar ali, onde o relacionamento não está bom, é algo muito necessário, o MP é essencial, as delegacias, o hospital, né? O CREAS. (Lírio)

As profissionais buscaram identificar os motivos e o que poderiam fazer para fortalecer, principalmente os equipamentos com os quais não tinham bom relacionamento.

E aí tem uma coisa interessante. Aí eu vejo minha culpa, né? Enquanto gestora, por que eu saio daqui para fortalecer uma rede em Recife e eu não saio daqui para fortalecer o MP, que é ali na esquina? (Amarilis)

Aí tem aquela questão do ego, né? Porque aí você vê, você está lidando com um gestor municipal que, querendo ou não, tá ali pau a pau [sic] com você e que você até pode estar no lugar dele, então isso pode ser uma fragilidade do município. (Lírio)

Outro ponto importante a discutir sobre esta fragilidade refere-se ao que as profissionais chamaram de *personificação da instituição*:

porque ainda há a questão pessoal e a personificação da instituição, que transcende essa coisa de ser instituição e passa a ser pessoa, né? É Orquídea chamando o Conselho, é Acácia chamando a OAB, Lírio chamando a assistência social, então é sempre assim, né?! (Amarilis)

Se você não conhece essa pessoa, “ai, eita, lembrei alguém que conhece essa pessoa, deixa eu ligar para essa amiga minha que conhece esse amigo” [sic]. (Acácia)

Se a instituição deixa de ser um equipamento e passa a ser uma pessoa, a fragilidade pode nunca ser superada, pois a cada nova gestão, mudança de coordenação ou equipe o trabalho terá que ser fortalecido e pactuado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse momento de “conclusão”, quero resgatar a metáfora utilizada na metodologia sobre a fotografia de viagem, pois compreendo que as análises feitas só têm sentido se pensadas de forma contextualizada. O que foi escrito acerca da perspectiva da equipe multiprofissional da SecMul-Gus e do CEAM-JB nos coloca em contato com as pessoas e os atravessamentos históricos e políticos desde a implantação do serviço até os dias de hoje.

A implantação do serviço em 2013 ocorreu em um momento de fortalecimento das ações de enfrentamento à VCM para os municípios do interior de Pernambuco. A relação com a Secretaria da Mulher de Pernambuco foi importante para o planejamento e a execução das ações em Garanhuns, já que, como visto no capítulo de análise, foi a partir das reuniões e materiais disponibilizados que as profissionais da SecMul-Gus compreenderam a potencialidade que as ações de prevenção e atendimento têm no enfrentamento da VCM.

O ato simbólico e real de entregar alguns livros que a Seretaria do Estado fez para Amarilis em 2013, não representava apenas um papel, mas, sobretudo, um convite à reflexão sobre a potência que as ações de enfrentamento à VCM têm na vida das usuárias e das profissionais.

Durante as observações no cotidiano e na realização das oficinas, pude perceber que as profissionais mobilizam, constantemente, construções de gênero no planejamento das ações de prevenção e nas suas intervenções, observadas nos atendimentos individuais. Esta referência pode ser observada nos Decretos (084/2015 e 085/2015), nos quais o conceito de gênero era norteador. Porém, ao analisarmos a Lei 4386/2017 de enfrentamento à violência contra as mulheres do município, verificamos um retrocesso em relação às discussões acerca desta temática, uma vez que o conceito de violência de gênero foi substituído pelo de violência de “gênero feminino”. O município também aprovou a Lei que veta a discussão de gênero nas escolas.

Essas duas Leis acima referidas ainda não haviam sido aprovadas no período da pesquisa, logo, não pude acompanhar os debates desta aprovação para as ações desenvolvidas pela SecMul-Gus, principalmente no programa *Maria da Penha vai à escola*, que objetiva discutir questões relativas à violência contra as mulheres nos anos iniciais e finais de escolas municipais.

As ações de enfrentamento da VCM realizadas pela SecMul-Gus e pelo CEAM-JB são planejadas e executadas a partir de três eixos: 1) ações de prevenção; 2) atendimento

individual às mulheres em situação de violência; 3) ações intersetoriais. Em relação ao primeiro eixo, observamos que durante os anos de 2014 a 2016 houve um aumento nas ações, em virtude, principalmente, do *Projeto Movimento* e do *Maria da Penha vai à escola*. As profissionais observam que as ações de prevenção ocorrem em qualquer espaço de interação delas com a comunidade.

Em relação aos atendimentos realizados pela equipe multiprofissional do CEAM-JB, estes estão alinhados às normativas da Política Nacional de enfrentamento à VCM (BRASIL, 2011a) e ao documento que uniformiza a atuação dos Centros de atenção às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2006).

Por último, no terceiro eixo, referente à articulação intersetorial, as participantes listaram 33 equipamentos de diversas áreas de atuação que compõem a rede de enfrentamento à VCM do município de Garanhuns. Observamos que a instituição participante da pesquisa mostra apresentar um bom desempenho nas articulações e no relacionamento com a maioria dos equipamentos. Porém, aqueles que apresentaram pouco ou nenhum relacionamento precisam ser fortalecidos, uma vez que estes, muitas vezes, são a porta de entrada das mulheres em situação de violência.

Ao finalizar esta dissertação e olhar para os materiais, quadros, fotos e lembranças do meu campo-tema de pesquisa, algumas coisas ainda me inquietam. Nesse sentido, construir a *linha do tempo* com as profissionais e escutar as suas narrativas acerca da violência contra as mulheres, antes e depois de iniciar o trabalho com esta temática, foi algo muito interessante, visto que a maioria delas não teve quase nenhum contato com as discussões de gênero no curso superior e/ou em outro espaço de formação/convivência. Ao ter contato com este conceito, estas começaram a compreender as formas de intervir, algumas delas puderam se reconhecer em situações de violências, passando a compreender os diversos efeitos negativos da cultura machista e das construções tradicionais de gênero.

Ao pensar na rede que construímos na terceira oficina, relataram como dificuldade um aspecto que elas nomearam como *personificação das instituições*. Hoje, na tentativa de concluir esta dissertação, penso que não estavam apenas falando dos outros equipamentos, mas também da SecMul-GUS e do CEAM-JB, uma vez que apenas uma das participantes que participaram da pesquisa é concursada no município. Logo, as ações realizadas dizem respeito à trajetória dessas profissionais desde 2013 e das redes de relações e parcerias conquistadas por elas.

Ao pensar a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, detivemos-nos ao aspecto institucional, talvez pelo tempo que tínhamos disponível para o levantamento de dados e/ou pelos objetivos que nos propusemos a pesquisar. Mas, após a análise, e, principalmente, após as escutas dos diversos casos de usuárias atendidas pela instituição, vejo a importância de compreender e articular essa rede para além de estruturas institucionais e formais, analisando também a rede de relações interpessoais destas mulheres.

Em relação à escolha metodológica deste trabalho, acredito ser importante pontuar algumas questões que vivenciei. A observação no cotidiano e as oficinas foram desafios. A primeira pela imersão no cotidiano de trabalho das profissionais, o que me possibilitou vivenciar um lugar conhecido e desconhecido. Conhecido na medida em que durante o período que fui estagiária vivenciei diversas daquelas ações, com aquelas pessoas e naquele lugar. Mas o desconhecido por estar agora em um outro lugar, o de pesquisadora. De início, pelo hábito as profissionais me apresentavam como “psicóloga”, com o passar das semanas e as demarcações necessárias sobre meu lugar, começaram a me apresentar como a “que está fazendo uma pesquisa aqui”.

Esta mudança de como se referiam a mim foi importante, pois comecei a refletir sobre meu lugar como pesquisadora. Estive presente em diversas conversas de equipe e pessoais durante o período do levantamento de informações. Compreender o lugar que elas me davam e o que eu ocupava foi importante inclusive para selecionar e compreender o que poderia ou não ser objeto desta dissertação.

Em relação às oficinas, estas mostraram-se um instrumento de levantamento de informações muito importante e adequado para a proposta da pesquisa. Hoje, olhando para meus dados, vejo a importância da discussão coletiva sobre as ações de enfrentamento desenvolvidas pelas profissionais. Porém, entendo que a discussão e a reflexão que realizamos durante as três oficinas foi possível devido: 1) a uma equipe coesa e disposta a refletir sobre sua prática; 2) ao sentimento de co-participação que a equipe teve com a proposta da pesquisa; 3) à minha vinculação com a instituição e a maioria das profissionais.

Sobre este último aspecto, é importante pontuar que talvez esta vinculação possa ter contribuído para que eu não enxergasse e/ou aprofundasse algum aspecto do meu campo de pesquisa. Para tentar minimizar esta questão tive o auxílio nas conversas com o orientador de ser provocada sobre algumas questões. Nas oficinas, o auxílio de suas co-facilitadoras (Marta e Audrey) para enxergar elementos que poderiam ter passado despercebidos. Porém, mesmo assim entendo as limitações deste trabalho e da minha análise.

Diante das reflexões realizadas nesta pesquisa, compreendo a importância de pesquisas que analisem o contexto das políticas públicas de atendimento às mulheres em situação de violência, em diversas áreas, que levem em conta o contexto sócio-político e os rebatimentos deste na execução ou não das ações. Como também estudos que compreendam as rotas percorridas pelas mulheres em situações de violência nas diversas redes institucionais e interpessoais.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Lúcia. Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial. In: AFONSO, Maria Lúcia (org). **Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. 3ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

ALZADÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. In: **Estudos Feministas**. Ano 8, 1º semestre de 2000, 229-236. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>> Acesso em: 10 de set. 2016.

AZERÊDO, Sandra. **Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia**. In: Revista Estudos Feministas. 18(1), 175-188. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2010000100011>> Acesso em; 10 de set. 2016.

BANDEIRA, Lourdes. **A contribuição da crítica feminista à ciência**. In: Estudos Feministas. Florianópolis. 207-2030, jan-abr/2008. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000100020>> Acesso em 10 de set. 2016.

\_\_\_\_\_. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. In: STEVENS, Cristina et al (org). **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília/DF: Technopolitik, 2017, p. 16. (versão pdf).

\_\_\_\_\_. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. In: **Sociedade e estado**. Brasília. v. 24, n. 2, p. 401-438, maio/ago. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269922009000200004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269922009000200004&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em: 15 de jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação**. In: Revista sociedade e Estado. v. 29, n. 2, maio/agosto 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01029922014000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01029922014000200008)> Acesso em: 20 de jun. 2017.

BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 23(2): 352, maio-agosto, 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v23n2/0104-026X-ref-23-02-00501.pdf>> Acesso em: 25 de ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Transversalidade de gênero nas políticas públicas. In: **Revista do Ceam**. v. 2, n.1, jan/jun. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/9735>> Acesso em: out. 2017.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas destinadas ao combate da violência contra as mulheres: por uma perspectiva feminista, de gênero e direitos humanos. In: BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; MESQUITA, Andrea (org). Violência contra a mulher: a experiência de capacitação das DEAM's da Região centro-oeste. **Caderno AGENDE**. v. 5, dez de 2004.

KUCHEMANN, Berlindes Astrid; BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. A categoria gênero nas ciências sociais e sua interdisciplinaridade. In: **Revista do CEAM**. v.3, n.1, jan/jun. 2015. Disponível em: < <http://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/14758>> Acesso em: 25 de out. 2017.

BRASIL, Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília, 2011a, p. 46.

\_\_\_\_\_. **Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília, 2011b, p. 74.

\_\_\_\_\_. **Norma Técnica de Uniformização: Centros de Referência de Atendimento à Mulher em situação de Violência**. Brasília, 2006, p. 45.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm)> Acesso em: 20 de dez.2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria de políticas para as mulheres. **Lei nº 11.340/2006: Lei Maria da Penha**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social. **Perguntas e respostas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)**. Brasília, 2011c. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/cartilhas/perguntas-respostascreas.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/perguntas-respostascreas.pdf)> Acesso em: 20 de dez. de 2017.

BRASILINO, Jullyane Chagas Barboza. **“Portas de entrada para saída do inferno”**: A rede de serviços de atenção a mulher em situação de violência. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

CARDONA, Milagros García; CORDEIRO, Rosineide Meira; BRASILINO, Jullyane. Observação no cotidiano: um modo de fazer pesquisa em psicologia social. In: SPINK; BRIGAGÃO; CORDEIRO (Org). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2014, p. 124 – 146.

CARVALHO, Milca Ramaiane da Silva. **Violência conjugal vivenciada por mulheres assistidas no Centro de Referência Loreta Valadares**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, 2013.

CARVALHO, Marie Jane Soares; ROCHA, Cristianne Maria Famer. Vitimização. In: Fleury- Teixeira, Elizabete (org). **Dicionário Feminino da Infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015, p. 398–399.

CÔRTEZ, Gisele Rocha. **Violência doméstica contra mulheres: Centro de Referência da Mulher – Araraquara**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, 2008.

CÔRTEZ, Gisele Rocha; LUCIANO, Maria Cristina Felix; DIAS, Karla Cristina Oliveira. A informação no enfrentamento à violência contra mulheres: centro de Referência da Mulher “Ednalva Bezerra”: relato de experiência. In: **Biblionline**. João Pessoa. Edição especial. 2012. Disponível em: <<http://www.biblionline.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/14199>> Acesso em: 16 de out. de 2016.

COSTA, Milena Silva; SERAFIM, Márcia Luana Firmino; NASCIMENTO, Aissa Romina Silva do. Violência contra a mulher: descrição das denúncias em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Cajazeiras, Paraíba, 2010 a 2012. In: **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. V. 24, n. 3, p. 558–551, set. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S223796222015000300551&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S223796222015000300551&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em: 16 de outubro de 2016.

COUTINHO, Ana Rita Costa. **As experiências sociais das mulheres em situação de violência e as estratégias de enfrentamento**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015.

DENÚBILA, Laís Atanaka. **A intersectorialidade no enfrentamento a violência contra a mulher**: uma análise da experiência do município de Santo André-SP. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em administração pública e governo, FGV, 2015.

DUTRA, Maria de Lourdes et al. A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 5, 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232013000500014&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232013000500014&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em: 17 de out. de 2016.

GERGEN, Kenneth. O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. In: **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**. v. 6, n. 1, p. 299–325, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/10976>> Acesso em: 16 de out. 2016.

\_\_\_\_\_. A crítica feminista da ciência e o desafio da epistemologia social. In: GERGEN, Mary McCarnney. **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro/Rosa dos Tempos; Brasília/ EdunB, p. 48-69, 1993.

GERGEN, Mary M. Rumo a uma Metateoria e Metodologia Feminista nas Ciências Sociais. In: GERGEN, Mary McCarnney. **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro/ Rosa dos Tempos; Brasília/ EdunB, p. 111-128, 1993.

GONÇALVES, Patrícia Ivanca de Espíndola. **Construção de uma rede de apoio no enfrentamento à violência de gênero**: um estudo com profissionais da atenção básica de Garanhuns/PE. Monografia (Bacharel-Formação de Psicólogo). Universidade de Pernambuco – *Campus Garanhuns/PE*, 2011.

GONÇALVES, Patrícia Ivanca de Espíndola et al. **Levantamento dos boletins de ocorrência da delegacia da mulher no município de Garanhuns**. In: Anais 17<sup>a</sup> REDOR, João Pessoa/ PB, 2013. Disponível em: [http://www.ufpb.br/evento/\\_liti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/view/202](http://www.ufpb.br/evento/_liti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/view/202)> Acesso em: 7 de mai. de 2015.

GARANHUNS. **Sobre Garanhuns**. Disponível em: <<http://garanhuns.pe.gov.br/prefeitura/o-municipio/sobre-garanhuns/>> Acesso em: 20 de dez. 2017.

GARANHUNS. Gabinete do Prefeito. **Decreto N° 084/2015**. Disponível em: <<http://www.diariomunicipal.com.br/amupe/materia/BB6395FF>> Acesso em: 20 de dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto N° 085/2015**. Disponível em: <<http://www.diariomunicipal.com.br/amupe/materia/24C1AF6A>> Acesso em: 20 de dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei n° 4386/2017**. Disponível em: <<http://www.diariomunicipal.com.br/amupe/materia/E8217AA8>> Acesso em: 20 de dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei n° 4432/2017**. Disponível em: <<http://www.diariomunicipal.com.br/amupe/materia/6492E00C>> Acesso em: 15 de jan. 2018.

IZUMI, Maria Nilda Conceição. **Centro de Referência da Mulher Casa Brasilândia**: um estudo. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São. 2015.

IBGE. **Brasil/ Pernambuco/ Garanhuns**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/garanhuns/panorama>>. Acesso em: 13 de nov. 2017.

LATTIERE, Angelina. **A rede de atenção à mulher em situação de violência sob a perspectiva do pensamento complexo**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação Enfermagem e Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2014.

LOURO, G. L. A emergência do gênero. In: LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista, Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 80-85.

KISS, Ligia Bittencourt; SCHRAIBR, Lilia Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flavia Pires Lucas. Possibilidades de uma rede intersetorial de atendimento a mulheres em situação de violência. In: **INTERFACE - comunicação, saúde e educação**. Botucatu, v. 11, n. 23, p.485-501, set./dez. 2007. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180115440007>> Acesso em 16 de out. de 2016.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo brasileiro nas relações com o Estado: contexto e incertezas. In: **Cadernos pagu**. (47), 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010483332016000200301&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010483332016000200301&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em: 20 de jun. 2017.

MEDRADO, Benedito; SPINK, Mary Jane; MÉLLO, Ricardo Pimentel. Diário como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: SPINK; BRIGAGÃO; CORDEIRO (Org). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2014, p. 274 – 292.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Entrevistas e outros textos: compartilhando estratégias de análise qualitativa. In: LANG, Charles Elia; BERNARDES, Jefferson de Souza; RIBEIRO, Maria Auxiliadora Teixeira; ZANOTTI, Susane Vasconcelos (org). **Metodologias: pesquisa em saúde, clínica e práticas psicológicas**. Maceió: EDUFAL, 2014, p. 87 – 116.

MEDRADO, Benedito et al. Paternidades no cotidiano de uma unidade de saúde em Recife: traços, curvas e sombras em redes heterogêneas. In: Torneli, Maria Juracy Figueiras et al (org). **O pai está esperando? Políticas Públicas de saúde para a gravidez na adolescência**. Ed. Mulheres, Florianópolis, 2011, p. 189-211.

MEDRADO, Benedito; MELLÓ, Ricardo Pimentel. Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres. In: **Psicologia & Sociedade**. 20, Edição Especial: 78-86, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20nspe/v20nspea11>> Acesso em: 15 de jun. 2016.

MELO, Delaine Cavalcanti Santana de. **Delegacias de Mulheres: Política de enfrentamento e espaço de negociação da violência conjugal**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco -UFPE, 2007.

MENEGHEL, Stela Nazareth et al. Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. In: **Cadernos de saúde pública**. v. 27, n. 4, p. 743-752, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X2011000400013&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X2011000400013&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em: 16 de out. de 2016.

MENEZES, Paulo Ricardo de Macedo et al. Enfrentamento da violência contra a mulher: articulação intersetorial e atenção integral. In: **Saúde e sociedade**. vol.23, n.3, pp.778-786,2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902014000300778&script=sci\\_abstract&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902014000300778&script=sci_abstract&tlng=es)> Acesso em: 16 de out. de 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. **Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa**. In: *Ciência saúde coletiva*. vol.19, n.4, pp.1103-1112. 2014.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232014000401103](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000401103)> Acesso em: 16 de outubro de 2016.

MOTA, Mirella de Lucena. **Avaliação política dos documentos políticos referentes ao enfrentamento à violência contra as mulheres**: uma análise no campo da saúde. In: Anais do VI SEMEAP – Seminário de Modelos e Experiências e Avaliação de Política, Programas e Projetos e do IV Seminário Internacional sobre Avaliação [recurso eletrônico] / organizadora Ana Cristina Brito Arcoverde. – Recife : Ed. UFPE, 2017. Disponível em: <[http://semeap.org/assets/anais\\_vi\\_semeap.pdf](http://semeap.org/assets/anais_vi_semeap.pdf)> Acesso em: 14 de janeiro de 2018.

MONTUORI, Alfonso. **A revisão de literatura como pesquisa criativa**. Tradução para o português: Thomas Schaeffer Bernardes. Grupo de pesquisa PROSA – Mestrado em Psicologia/UFAL, 2016.

NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do; TAVANTI, Roberth Miniguine; PEREIRA, Camila Claudino Quina. O uso de mapas dialógicos como recursos analíticos em pesquisas científicas. In: SPINK; BRIGAGÃO; CORDEIRO (Org). **A produção de informação na pesquisa social**: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2014, p. 248-270.

NETTO, Albuquerque de Leônidas et al. **Mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo**: tomada de decisão por apoio institucional especializado. In: Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 36, n. SPE, p. 135–142, 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-14472015000500135](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472015000500135)> Acesso em: 16 de outubro de 2016.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. **Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais**. In: Psicologia: reflexão e crítica, v. 18, n. 3, p. 408–412, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722005000300015&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722005000300015&script=sci_abstract&lng=pt)> Acesso em: 20 de agosto de 2016.

NOGUEIRA, Conceição, NEVES, Sofia; BARBOSA, Carlos. **Fundamentos construcionistas sociais e críticos para o estudo do gênero**. In: Teoria, investigação e prática, pág. 195-209, 2005. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Sofia\\_Neves3/publication/277051059\\_Fundamentos\\_construcionistas\\_sociais\\_e\\_criticos\\_para\\_o\\_estudo\\_do\\_genero/links/55cb7a0508aeca747d6c1b5e/Fundamentos-construcionistas-sociais-e-criticos-para-o-estudo-do-genero.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Sofia_Neves3/publication/277051059_Fundamentos_construcionistas_sociais_e_criticos_para_o_estudo_do_genero/links/55cb7a0508aeca747d6c1b5e/Fundamentos-construcionistas-sociais-e-criticos-para-o-estudo-do-genero.pdf)> Acesso em: 20 de agosto de 2016.

Organização dos Estados Americanos (OEA). **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - "Convenção de Belém do Pará"** (1994). Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/convencaobelem1994.pdf>> Acesso em: 10 de jun. de 2016.

PASINATO, Wânia. **Oito anos da Lei Maria da Penha: entre avanços, obstáculos e desafios**. In: Estudos Feministas. Florianópolis, 23(2): 352, maio-agosto, 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2015000200533&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2015000200533&script=sci_abstract&lng=pt)> Acesso em: 20 de dez. de 2017.

PERNAMBUCO, Secretaria da Mulher. **Das Lutas à Lei**: uma contribuição das mulheres à erradicação da violência. Recife, 2011. Disponível em: <<http://www2.secmulher.pe.gov.br/web/secretaria-da-mulher/anuarios>> Acesso em: jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Mulheres continuam renovando Pernambuco**: juntas vamos trabalhar para viver

melhor 2013. Disponível em:  
<[http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=8b6592ab84a7-48bf\\_b5bc4551cdbc3d9e&groupId=30863](http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=8b6592ab84a7-48bf_b5bc4551cdbc3d9e&groupId=30863)> Acesso em: jan. 2017.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa. O que é feminicídio? In: PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (org). **Feminicídio: #invisibilidademata**. Ilustração Ligia Wang. Fundação Rosa Luxemburg. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/feminicidio/>> Acesso em: 20 de dez. 2017.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bonglovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004 (coleção Brasil urgente), p. 69-93.

SCOTT, Joan. Experiência. Tradução de Ana Cecília Adoli Lima. In: **Falas de Gênero**. Editora Mulheres, Santa Catarina, 1999, 21-55.

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SAGOT, M. **Ruta crítica de lãs mujeres afectadas por La violencia intrafamiliar en América Latina**: estudios de caso de diezpaíses. San José: 2000. Disponível em: <<http://apps.who.int/iris/bitstream/165880/927532.pdf?ua=>>> Acesso em: 5 de ago. 2016.

SANTOS, C. M. Curto-circuito, falta de linha ou na linha? Redes de enfrentamento à violência contra mulheres em São Paulo. In: **Estudos Feministas**, v. 23, n. 2, p. 577-600, 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2015000200577&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2015000200577&script=sci_abstract)> Acesso em: 16 de out. 2016.

SARAIVA, Jeiza das Chagas. **O processo de reconstrução da vida das mulheres que sofrem violência doméstica no Recife**. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. 2010.

SPINK, Mary Jane; MENEGON, Vera Mincoff; MEDRADO, Benedito. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulação teórico-metodológica e aplicações ético-políticas. In: **Psicologia e Sociedade**. 26 (1), p. 32-43, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/05.pdf>> Acesso em: 20 de jan. 2017.

SPINK, Mary Jane. As múltiplas faces da pesquisa sobre produção de sentido no cotidiano. In: SPINK, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentido no cotidiano**. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstain de Pesquisa Social. Rio de Janeiro, 2010, p. 38 – 59.

\_\_\_\_\_. Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em Psicologia Social. In: **Psicologia & Sociedade**. v. 19, n. 1. 2000, p. 7-14. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010271822007000100002&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010271822007000100002&script=sci_abstract&lng=pt)> Acesso em: 15 de ago. 2016.

\_\_\_\_\_. A ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica. In: **Revista Semestral da Faculdade de Psicologia da PUCRS**. v 31, n. 1, jan. / jul. 2000, p. 7-22.

\_\_\_\_\_. As múltiplas faces da pesquisa sobre produção de sentido no cotidiano. In: SPINK, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentido no cotidiano**. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstain de Pesquisa Social. Rio de Janeiro, 2010, p. 38 – 59.

SPINK, Peter Kevin. O Pesquisador Conversador no Cotidiano. In: **Revista Psicologia & Sociedade**. v. 20, 2008, p. 1-9. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/seerpsoc/ojs/viewissue.php?id=17>> Acesso em 15 de ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Análise de documentos de domínio público. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2013, p. 100- 126.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary Jane (org). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstain de Pesquisa Social. Rio de Janeiro, 2013, p. 1 – 20.

PICOLO, Cirlene Aparecida Doreto. **Trabalho em rede como estratégia de enfrentamento à violência contra mulheres**: um estudo do município de Maringá. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina – UEL, 2013.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003 – (Coleção História do Povo Brasileiro).

WALKER, Sharon. **Revisões de literatura**: conversas textuais produtivas e transformadoras. Tradução para o português: Thomas Schaeffer Bernardes. Grupo de pesquisa em Psicologia Discursiva – PPG Psicologia/UFAL, 02/2016.

TONELI, Maria Juraci et al. Por que pesquisar serviços destinados a homens autores de violência contra mulheres? In: TONELI, Maria Juraci et al (org). **Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres**: experiências latino americanas. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010.

## APÊNDICE A – DADOS DOS ARTIGOS, TESES E DISSERTAÇÕES DA REVISÃO DA LITERATURA

Em relação à escolha dos descritores, esta foi definida de acordo com o tema e os objetivos da pesquisa de dissertação. Na tabela a abaixo, é possível verificar o quantitativo de textos encontrados na busca.

**Tabela** – Número de textos identificados por palavras de busca e base de dados.

<b>Número de Textos por descritores</b>			
Base de dados	Violência contra a mulher AND centro	Violência contra a mulher AND profissionais	Violência contra a mulher AND rede de atendimento
SCIELO	30	55	12
BDTD	39	157	139
PPGPSI	0	4	11

Fonte: elaborada pela pesquisadora

Após a coleta de todos dos materiais, foi realizado o processo de “limpeza”. Esta etapa consistiu em excluir os materiais duplicados e aqueles que, na leitura, não tinha relação com o tema e/ou objetivos da dissertação. Desta forma, o quantitativo final ficou composto de 10 (dez) artigos, 07 (sete) dissertações e 3 (três) teses, como pode ser visto na tabela abaixo.

**Tabela** – Número de textos identificados por palavras de busca e base de dados, após a “limpeza”.

<b>Número de Textos</b>			
Base de dados	Quantitativo após “limpeza”		
	Artigo	Dissertação	Tese
SCIELO	10		
PPGPSI / BDTD		07	3

Fonte: elaborada pela pesquisadora

A escolha do recorte (2006 – 2016) deve-se ao um importante marco para o enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil que foi a Lei 11340/06 (Lei Maria da Penha), logo pudemos analisar pesquisas desenvolvidas durante os 10 anos de sua implantação.

**Tabela** – Número de textos por tipo de produção e ano de publicação.

<b>Tipo de Produção</b>			
Ano de Publicação	Artigo	Dissertação	Tese
2007	01	-	-
2008	-	01	01
2009	-	-	-
2010	-	01	-
2011	02	-	-
2012	01	-	-
2013	01	02	-
2014	02	-	02
2015	03	03	-

Fonte: elaborada pela pesquisadora

O enfrentamento da violência contra a mulher deve ser pensada a partir de um campo multidisciplinar para uma compreensão integral deste fenômeno, dessa forma, durante a busca

e “limpeza” dos materiais buscamos contemplar diferentes áreas de conhecimento, como pode ser visto na tabela 4. Observamos um maior número de publicações referentes à temática da VCM na área da saúde em especial no campo da atenção primária à saúde. Aqueles estudos que focavam equipamentos da rede específica, na maioria, dizia respeito às Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher (DEAM).

**Tabela –** Numero de textos por tipo de produção e campo de saber.

<b>Tipo de Produção</b>			
Campo do saber	Artigo	Dissertação	Tese
Administração pública e governo	-	01	-
Antropologia	-	01	-
Ciências	-	01	-
Enfermagem	01	01	01
Estudos Feministas	01	-	-
Interdisciplinar	01	-	-
Psicologia	01	-	01
Saúde	06	-	-
Serviço Social	-	03	-
Sociologia	-	-	01

Fonte: elaborada pela pesquisadora

As pesquisas que compõe esta revisão estão distribuídas por diversas regiões, sendo a maioria delas em São Paulo, como pode ser visto na tabela 5.

**Tabela –** Numero de textos por tipo de produção e estado onde a pesquisa foi feita.

<b>Tipo de Produção</b>			
Estado que a pesquisa ocorreu	Artigo	Dissertação	Tese
Bahia	01	01	-
Multicêntrico	01	-	-
Paráiba	02	-	-
Paraná	-	01	-
Pernambuco	-	01	-
Rio de Janeiro	01	-	-
Rio Grande do Sul	01	01	-
São Paulo	04	03	03

Fonte: elaborada pela pesquisadora

## APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – CURSO DE MESTRADO



### QUESTIONÁRIO

1) Nome: \_\_\_\_\_

2) Mês/Ano de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_

3) Sexo:

( ) Feminino

( ) Masculino

( ) Outra \_\_\_\_\_

4) Religião:

( ) Católica/o

( ) Protestante

( ) Espirita

( ) outra, qual? \_\_\_\_\_

5) Escolaridade (pode marcar mais de uma):

( ) Nível médio

( ) Superior, se sim qual a situação? ( ) Concluída ( ) Em andamento

Qual a graduação? \_\_\_\_\_

( ) Especialização. Se sim qual a situação? ( ) Concluída ( ) Em andamento

Qual a especialização? \_\_\_\_\_

( ) Mestrado. Se sim qual a situação? ( ) Concluída ( ) Em andamento

Qual o mestrado? \_\_\_\_\_

( ) Doutorado Se sim qual a situação? ( ) Concluída ( ) Em andamento

Qual o doutorado? \_\_\_\_\_

**6) Estado civil**

- Solteira/o  
 Casada/o  
 União Estável  
 Viúva/o  
 Divorciada/o  
 Outro, qual? \_\_\_\_\_

**7) Tem filhos/as?**

- Sim, quantos? \_\_\_\_\_  
 Não

**8) Orientação sexual**

- Heterossexual  
 Homossexual  
 Bissexual  
 Outra, qual? \_\_\_\_\_

**9) Raça**

- Negra/o  
 Branca/o  
 Parda/o  
 Outra, qual? \_\_\_\_\_

**10) Quando você ingressou na Secretaria da Mulher/Centro de Referência da Mulher?**

\_\_\_\_\_

**11) Qual seu cargo quando ingressou na Secretaria da Mulher/Centro de Referência da Mulher?**

\_\_\_\_\_

**12) Qual seu cargo atual na instituição? \_\_\_\_\_****13) Qual sua carga horária semanal de trabalho?**

- 20 horas  
 30 horas  
 40 horas  
 Outra, qual? \_\_\_\_\_

**14) Antes de ingressar na Secretaria da Mulher/Centro de Referência da Mulher você fez algum curso ou participou de algum evento sobre Violência contra a mulher?**

- Não

( ) Sim. Você poderia citar algum/alguns? Você lembra dos temas abordados?

---



---

**15)** Depois que ingressou na Secretaria da Mulher/Centro de Referência da Mulher você fez algum curso ou participou de algum evento sobre Violência contra a mulher?

( ) Não

( ) Sim. Você poderia citar algum/alguns? Você lembra dos temas abordados?

---



---

**16)** Você participa de algum grupo de mulheres e/ou feminista organizado?

( ) Sim, qual o nome do grupo? \_\_\_\_\_

( ) Não

( ) Não, mas participo de outro grupo da sociedade civil.

Qual o nome do grupo? \_\_\_\_\_

**17)** Você participa de algum conselho municipal?

( ) Não

( ) Sim, qual? \_\_\_\_\_

**18)** Você gostaria de participar das oficinas?

( ) Não (se você respondeu esse quesito, agradeço por ter preenchido o questionário)

( ) Sim (se você respondeu esse quesito responda a próxima pergunta)

**19)** Que dia e horário seria melhor para a oficina ocorrer (pode marcar mais de um)?

( ) Segunda ( ) Terça ( ) Quarta ( ) Quinta ( ) Sexta

( ) Manhã, sugestão de horário: \_\_\_\_\_ ( ) Tarde, sugestão de horário: \_\_\_\_\_

( ) Noite, sugestão de horário: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE C – PLANEJAMENTO DAS OFICINAS

### Oficina 1 – Re(Co)ntando nossa história

**Foco:** História da Secretaria da Mulher e CEAM

**Temas-geradores:** Trajetória profissional, trajetória pessoal, história da instituição

**Materiais:**

- Folha A4;
- Targetas;
- Piloto;
- Impressão dos elementos para a linha do tempo;
- Computador;
- Caixa de som;
- Gravador;
- Câmera;
- Barbante

Organização dos encontros

**1. Momento inicial:**

Tempo estimado: 10 min

Música: Infinito Particular (Marisa Monte)

Técnica: Jardim

**2. Momento intermediário:**

Tempo estimado: 1 hora

Técnica Linha do tempo: Colocar uma linha do tempo em branco. Ir construindo com as participantes em cada ano (momentos importantes para a SECMUL e CRAM, quando cada profissional entrou na instituição e questões que cada uma queira falar). Quando chegar em 2017 pedir para que elas falem do processo de quando chegou e atualmente, mudanças, percepções...

2013 ----- 2014 ----- 2015 ----- 2016 ----- 2017 ...

Durante a fala das participantes, construir na linha do tempo a rede de relações entre as pessoas (quem elas conheciam que fez com que chegasse a SECMUL)

### **3. Momento de sistematização:**

Tempo estimado: 15 min

Poema: Sou Feita de retalhos pedacinhos (Cora Coralina)

### **Oficina 2 – Atendimento a mulher em situação de violência**

**Foco:** Ações de enfrentamento à violência contra a mulher desenvolvidas pela SECMUL-Garanhuns

**Temas-geradores:** Ações de prevenção e atendimento

#### **Materiais:**

- Cartolina;
- Balão de sopro;
- Palito de churrasco;
- Caixa de som;
- Computador;
- Lapis piloto

Organização dos encontros

#### **1. Momento inicial:**

Tempo estimado: 15 min

Música: Mulher (Ana Cañas)

Técnica: Balão e Palito

#### **2. Momento intermediário:**

Tempo estimado: 1 hora

Técnica: Estudo de caso

Antes de iniciar o estudo de caso fazer um painel com o título “o que fazemos?” neste painel será escrito quais as linhas de ação que são realizadas na SECMUL-Garanhuns/PE.

Serão divididos dois grupos o primeiro irá discutir as ações de prevenção que são realizadas e escolher um caso que represente as ações desenvolvidas. O segundo irá refletir sobre o atendimento individual.

Após a discussão no pequeno grupo, cada grupo irá falar o que discutiram e sobre o caso que escolheram.

#### **3. Momento de sistematização:**

Tempo estimado: 20 min

Texto: Os dois pássaros (H. Obter, *de Parábolas em son de paz*)

**Ofício 3 – Rede de Atendimento a mulher em situação de violência de Garanhuns/PE**

Foco: Rede de Atendimento a mulher em situação de violência

Temas-geradores: Trabalho em rede, relacionamento entre os serviços

Materiais

- Fitas coloridas

-Folha A4

Organização dos encontros

1. Momento inicial:

Tempo estimado: 20 min

Técnica: nó humano

2. Momento intermediário:

Tempo estimado 1 hora e 30 min

Técnica: Construir junto com as profissionais a rede do município. Coletivamente discutir pensando em dificuldades no trabalho, ações em conjunto, propostas de ações conjuntas, o relacionamento entre a SecMul-Gus e CEAM-JB.

3. Momento de sistematização:

Técnica Teia: Será o momento de avaliação e sistematização. Solicitar que cada participante enrole um barbante em seu dedo e fale sobre as oficinas, ao termino de sua fala jogue o barbante para outra pessoa que fará a mesma coisa até formar uma teia.

### APÊNDICE D – FOTOS DAS OFICINAS





## APÊNDICE E – CONVITE PARA AS OFICINAS

### Convite

Dia 21 de março de 2017, às 14h00min, na Secretaria da Mulher - Garanhuns/PE irá ocorrer a 1ª oficina do Projeto de Pesquisa "Atendimento a mulher em situação de violência: perspectivas da equipe multiprofissional" facilitada por Patrícia Ivanca, com o tema: **(Re)Contando nossa história.**

**Sua presença será muito importante!!**

### CONVITE

Dia 18 de abril de 2017, às 14h00min, na Secretaria da Mulher - Garanhuns/PE irá ocorrer a 2ª oficina do Projeto de Pesquisa "Atendimento a mulher em situação de violência: perspectivas da equipe multiprofissional" facilitada por Patrícia Ivanca.

**Sua presença é muito importante**

### CONVITE

Dia 02 de maio de 2017, às 14h00min, na Secretaria da Mulher - Garanhuns/PE irá ocorrer a 3ª oficina do Projeto de Pesquisa "Atendimento a mulher em situação de violência: perspectivas da equipe multiprofissional" facilitada por Patrícia Ivanca.

Com o tema: Rede de enfrentamento à violência contra a mulher de Garanhuns/PE

**Sua presença é muito importante**

## APÊNDICE G – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS - Resolução 466/12)

Convidamos o(a) Sr.(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa: **Atendimento à Mulher em Situação de Violência: Perspectivas da Equipe Multiprofissional**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora **Patrícia Ivanca de Espíndola Gonçalves**, endereço: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Avenida da Arquitetura S/N, 7º andar, Sala do Grupo de Pesquisa Feminista em Gênero e Masculinidades (GEMA), Cidade Universitária – Recife/PE, CEP: 50740, telefone (87) 99911-5842, e-mail: patricia\_ivanca@yahoo.com.br (inclusive ligações a cobrar). E está sob a orientação do **Prof. Dr. Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca**, telefone: (81) 2126-8271, e-mail jorglyra@gmail.com.

**Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensíveis, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados, caso concorde com a realização do estudo pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.**

**Caso não concorde, não haverá penalização, bem como será possível retirar o consentimento a qualquer momento, também sem nenhuma penalidade.**

### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- Participarão da pesquisa profissionais de nível médio e superior que trabalham no Centro de Referência da Mulher - Garanhuns e que realizem ações de enfrentamento e/ou atendimento individual à mulher em situação de violência. A pesquisa tem como **objetivo geral**: Investigar, a partir da experiência dos/as profissionais, em que medida as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres são planejadas e executadas a partir da demanda e contexto de atuação do Centro de Referência de Atendimento a Mulher - Garanhuns/PE. Como **específicos**: a) Mapear as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres desenvolvidas pelo CRAM-Garanhuns/PE; b) Compreender a trajetória de construção e operacionalização das ações de enfrentamento à violência contra a mulher realizadas pelos/as profissionais do serviço; c) Investigar de que forma o CRAM- Garanhuns/PE atua como articulador da rede de serviços em relação à violência contra a mulher.
- A pesquisa é qualitativa, de inspiração feminista e do construcionismo social. O estudo irá ocorrer em 4 etapas: 1) análise de documentos públicos; 2) Observação no cotidiano; 3) Oficinas com os/as profissionais; 4) Análise de dados a partir do mapa dialógico e árvore de associação de ideias.
- **RISCOS diretos para os/as voluntários/as**: durante a pesquisa os/as participantes podem sentir-se constrangidos e/ou desconfortáveis com a observação no cotidiano e oficinas realizadas pela pesquisadora. A fim de minimizar esta questão, em todas as fases da pesquisa serão desenvolvidas estratégias para fortalecer o vínculo de confiança com o público participante, bem como serão respeitados todos os princípios éticos para pesquisa com seres humanos.
- **BENEFÍCIOS diretos e indiretos para os/as voluntários/as**: A presente pesquisa pretende contribuir para uma reflexão acerca das práticas profissionais no enfrentamento e/ou atendimento individual a mulher em situação de violência realizada no Centro de Referência da Mulher, município de Garanhuns/PE.
- Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, fotos e registros no diário de bordo), ficarão armazenados em pastas de arquivo e no computador pessoal, sob a responsabilidade do pesquisador responsável no endereço: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Avenida da Arquitetura S/N, 7º andar, Sala do Grupo de Pesquisa Feminista em Gênero e Masculinidades (GEMA), Cidade Universitária – Recife/PE, CEP: 50740-550. Pelo período mínimo de 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).

---

**Patrícia Ivanca de Espíndola Gonçalves  
(Pesquisadora Responsável)**

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)**

**Eu,** \_\_\_\_\_, **CPF** \_\_\_\_\_, **abaixo assinado, após a** leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo Atendimento à Mulher em Situação de Violência: Perspectivas da Equipe Multiprofissional, como voluntário(a). Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo(a) pesquisador(a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data \_\_\_\_\_

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa

**e o aceite do voluntário em participar.** (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

<b>Nome:</b>	<b>Nome:</b>
<b>Assinatura:</b>	<b>Assinatura:</b>

**APÊNDICE H – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS**

Eu \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_,

RG \_\_\_\_\_, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade da cessão do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados neste Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos, AUTORIZO, os pesquisadores (Patrícia Ivanca de Espíndola Gonçalves e Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca) do projeto de pesquisa intitulado: **Atendimento à Mulher em Situação de Violência: Perspectivas da Equipe Multiprofissional**, a realizar a gravação de imagens e de áudio que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, autorizo a utilização destas imagens, áudio e/ou depoimentos para fins científicos, de estudos e divulgação da memória da FEB (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei Nº 8.069/1990) dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei Nº 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004),

Garanhuns/PE, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

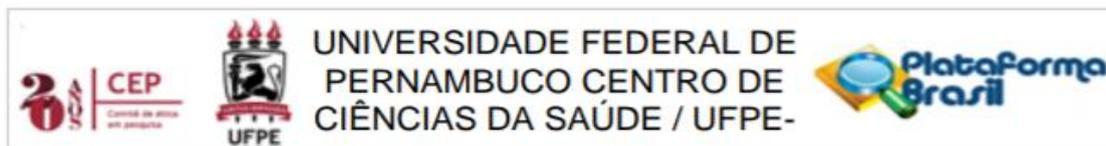
---

Assinatura do Voluntário da Pesquisa

---

Assinatura do Pesquisador Responsável pela Entrevista

## ANEXO A – PARECER FINAL DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Atendimento à mulher em situação de violência: perspectivas da equipe multiprofissional

**Pesquisador:** Patrícia Ivanca de Espíndola Gonçalves

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 60515116.7.0000.5208

**Instituição Proponente:** CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DA NOTIFICAÇÃO

**Tipo de Notificação:** Envio de Relatório Final

**Detalhe:**

**Justificativa:** Relatório final

**Data do Envio:** 22/01/2018

**Situação da Notificação:** Parecer Consubstanciado Emitido

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.472.673

#### Apresentação da Notificação:

A pesquisadora solicitou a aprovação do relatório final da pesquisa.

#### Objetivo da Notificação:

A pesquisadora indicou a aprovação do objetivo da notificação.

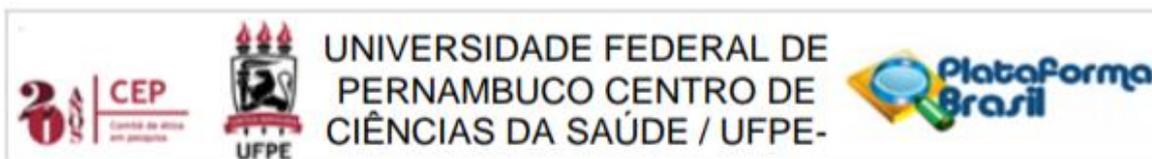
#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O TCLE foi apresentado no projeto inicial com Riscos e Benefícios e devidamente utilizados pela pesquisadora.

#### Comentários e Considerações sobre a Notificação:

A notificação foi apresentada com o relatório e a mesma esta adequada, foram indicados resultados e conclusão.

**Endereço:** Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br



Continuação do Parecer: 2.472.673

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos foram considerados adequados.

**Recomendações:**

S/Recomendações.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Aprovado.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O Relatório Final foi analisado e APROVADO pelo colegiado do CEP.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Envio de Relatório Final	relatoriofinal.pdf	22/01/2018 11:32:21	Patrícia Ivanca de Espindola Gonçalves	Postado

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

RECIFE, 24 de Janeiro de 2018

---

**Assinado por:**  
**LUCIANO TAVARES MONTENEGRO**  
(Coordenador)

**Endereço:** Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br